



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
MESTRADO EM GEOGRAFIA**

SHANTI NITYA MARENGO

**A ESPESSURA DO LUGAR:
LEITURAS SOBRE O LUGAR NOS SIMPÓSIOS NACIONAIS DE
GEOGRAFIA URBANA**

**SALVADOR
2010**

SHANTI NITYA MARENGO

**A ESPESSURA DO LUGAR:
LEITURAS SOBRE O LUGAR NOS SIMPÓSIOS NACIONAIS DE
GEOGRAFIA URBANA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia, Departamento de Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Geografia.

Orientador: Wendel Henrique

SALVADOR
2010

M324 Marengo, Shanti Nitya.

A espessura do lugar: Leituras sobre o lugar nos Simpósios Nacionais de Geografia Urbana / Shanti Nitya Marengo - Salvador, 2010.

168f.

Orientador: Prof. Dr. Wendel Henrique.

Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Departamento de Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, 2010.

1. Geografia urbana - Epistemologia. 2. Espaços públicos. 3. Simpósios de Geografia Urbana – 1989-2007. 4. Geografia na literatura. I. Henrique, Wendel. II. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Geociências. III. Título.

CDU: 911.375.5

TERMO DE APROVAÇÃO

BANCA EXAMINADORA

PROF. DR. WENDEL HENRIQUE

PROF. DR. PEDRO ALMEIDA VASCONCELOS

PROFA. DRA. NELBA AZEVEDO PENNA

SALVADOR
2010

A meu pai e avô, seu Alfredo, que não está mais conosco, mas cuja forte presença moral ainda sinto, e minha mãe e avó, dona Ziza, pela cumplicidade amorosa sempre acolhedora, dedico esse trabalho.

AGRADECIMENTOS

Aqueles que suportaram cotidianamente o meu processo de construir a dissertação, desde 2008, processo que se intensificou bastante no último ano, fazendo-me diminuir proporcionalmente a presença para qualquer outra coisa, que não fosse escrever e ler durante todo o tempo. Sem dúvida os que mais participaram da minha ausência foram a minha mãe, dona Ziza, a minha esposa, Adriana e o meu irmão, Arthur. A eles, especialmente, agradeço por me suportarem presente/ausente, e contribuírem, dando-me, na medida do possível, a tranquilidade e o suporte necessários a realização deste trabalho.

Aos professores do mestrado pelas contribuições diversas, nos diversos momentos, pelas reflexões que suscitaram e pelos aperfeiçoamentos que, mesmo inadvertidamente, proporcionaram. Aos funcionários da pós-graduação, Dirce e Itanajara, pela prontidão e atenção.

Aos colegas de mestrado, pela companhia acolhedora e pela atenção que me dedicaram. Ao meu orientador, Wendel Henrique, pela orientação, parceria e compreensão, e aos professores Pedro Vasconcelos e Nelba Penna, pelo cuidado e detalhe nas contribuições e bibliografia certa.

RESUMO

Esta pesquisa trata de um estudo sobre a noção de lugar nas publicações relativas aos Simpósios de Geografia Urbana (Simpurbs), a fim de se observar as formas e coerências quanto ao seu emprego nos diversos artigos publicados. Observamos como os autores, na utilização das diversas noções de lugar, coincidem, se interseccionando ou divergindo a fim de transmitir suas respectivas reflexões relativas aos diversos temas abordados, onde o lugar não necessariamente aparecia como uma noção central. Realizamos esse trabalho não sem antes observar a antiguidade da noção no pensamento ocidental, geográfico ou não, e observar como as características que o define hoje – caráter existencial, particularidade, centralidade na subjetividade humana etc. – foram sendo agregadas ao longo da evolução do pensamento geográfico. Em específico, nos detemos no reconhecimento e análise do lugar nos artigos apresentados em mesas e comunicações que foram publicados ao longo de dez Simpúrbs – de 1989 a 2007 – no âmbito de duas abordagens geográficas relacionadas, respectivamente, à Geografia Crítica e à Geografia Humanística. Como não nos restringimos, nesta análise, àqueles textos que se referissem ao lugar com todos os seus atributos, tivemos a oportunidade de encontrar outras noções que partilham atributos comuns ao lugar como: diferença, local, territorialidade não-formal, entre outros. Isso serviu para enriquecer a reflexão quanto à importância de se avaliar espaços singulares na geografia. Observamos que muitos artigos fazem a crítica à globalização da modernidade, não necessariamente nestes termos, visando a emergência das dinâmicas que caracterizam o lugar, baseadas na comunicação, na vizinhança e no encontro. Está claro, para vários autores, a gradativa homogeneização dos processos que ocorrem em todos os lugares e o quanto esses processos são causadores de alienação. Nota-se que a resistência a esses processos emergem nos próprios lugares onde eles agem. Grande parte das reflexões se refere à expansão e aceleração do processo de urbanização e se debruçam sobre o trabalho de entender a crise causada pelo mesmo processo, revelando as contradições, os dramas, ocultos no cotidiano programado.

Palavras-chaves: lugar, Geografia Urbana, epistemologia

ABSTRACT

This research is a study about the notion of place in publications relating to the Symposium of Urban Geography (Simpurbs) in order to observe the ways and consistencies regarding their use in various published articles. We have observed how the authors, in the use of different notions of place, correspond to intersecting or diverging to convey their respective thoughts on the various themes, which not necessarily the place has appeared as a central notion. To develop his research we have observed the antiquity of the concept in before the analysis of the published articles, and define some characteristics related with the notion of place as: an existential nature, particularities, centrality in human subjectivity and others. Specifically, we have decided to keep in recognition and analysis of the place in articles presented in conferences and papers that were published over ten Simpurbes – 1989-2007 – under two related fields in the Geographical Thought - the Critical Geography and Humanistic Geography. In this analysis, as we haven't restricted to those texts which refer to the place with all its attributes, we were able to find other concepts that share common attributes for the place as: difference, local, non-formal territoriality, among others. This served to enrich the debate about the importance of evaluating unique spaces in geography. We have noticed that many articles are critical to the globalization of modernity, not necessarily in these terms, aiming at the emergence of the dynamics that characterize the place, based on communication, in the vicinity and at the meeting. Clearly, for many authors, the gradual processes of homogenization, which are occurring in some places, are causing alienation. It is noticeable that the resistance to these processes emerges in the very places where they act. Much of the discussions concern the expansion and acceleration of urbanization and concentrate on the trouble to understand the crisis caused by the same process, showing the contradictions, the dramas, hidden in the routines and in the everyday life.

Keywords: Place, Urban Geography, Epistemology

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 UM POUCO DE LUGAR, ESPAÇO E HISTÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO	21
1.1. A GEOGRAFIA NO MUNDO.....	24
a) A Geografia Clássica.....	24
b) O movimento de renovação da geografia: surge novas geografia.....	28
1.2. A GEOGRAFIA BRASILEIRA.....	33
a) A Geografia brasileira nasce clássica.....	33
b) A Geografia brasileira a partir da Década de 70.....	36
2 SOBRE O ESPAÇO E O LUGAR	47
2.1. AS DIVERSAS CORRENTES DA DISCIPLINA GEOGRÁFICA QUE DISCUTEM O LUGAR.....	53
a) O lugar na Geografia Crítica.....	56
b) Outros lugares: possibilidades e convergências.....	63
2.2. UM MUNDO SEM LUGARES.....	76
2.3. OS LUGARES COMO RESISTÊNCIA.....	81
3 E O LUGAR NOS SIMPURBS?	86
3.1. OS SIMPURBS E OS CONTEXTOS DA FRAGMENTAÇÃO.....	88
a) As fragmentações do espaço intraurbano.....	96
b) Olhando mais de perto as dinâmicas produtoras de lugares urbanos.....	109
3.2. O SENTIDO DO LUGAR: OS LUGARES VISTOS POR DENTRO.....	128
3.3. E A GEOGRAFIA HUMANÍSTICA?.....	144
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	151
REFERÊNCIAS	159

INTRODUÇÃO¹

Nosso trabalho se ocupa em discutir o lugar ao longo dos Simpurbos. Desse objetivo básico devemos esclarecer: por que esse trabalho se concentra sobre o lugar? Por que foca nos Simpurbos? E por que deseja discernir a relação entre lugar e os Simpurbos?

A resposta da primeira questão está na opção política, que vê nas relações criadas graças a proximidade, através da comunicação, possibilidades criativas de novas formas de ser na cidade. Viver e sobreviver nas cidades cria relações de cumplicidade (muitas delas efêmeras) entre aqueles moram, permeadas pelo imprevisto. É a soma dessas relações, constituída de incontáveis gestos de doação, de incontáveis diálogos dispersos que soldam compromissos não-escritos, de infinitas trajetórias de sentidos aparentemente “irracionais”, entre outros elementos indiscerníveis pela lógica hegemônica, que tornam o lugar tão atraente a ponto de estar sendo discutido neste trabalho. Entendemos que a recriação da cidade-obra, tal como Lefebvre (2006) a coloca, reside em procurar os habitantes da cidade, em encontrá-los. Aqueles habitantes “culpados” pelas resistências irredutíveis a lógica hegemônica. Intuitivamente sabemos que as respostas aos problemas da urbanização moderna estão nos espaços alternativos produzidos pelas relações moldadas por esses habitantes, espaços criados pelas necessidades da existência plena – de desejos, de sonhos, de manutenção do corpo etc. – e “murados” por uma miríade de cotidianidades diversas entre si e convergentes, ao mesmo tempo.

A explicação do motivo de termos escolhido os Simpurbos está associada a explicação do porquê de termos escolhido analisar o lugar nos Simpurbos. Escolhemos a noção de lugar por conta de sua riqueza de possibilidades analíticas, e se é riqueza de possibilidades que nos interessa, possibilidades quanto a novos futuros, mais inclusivos, mais justos socialmente, parecia-nos óbvio que escolhêssemos, para um estudo

¹ Devemos observar que, ao longo deste trabalho, há uma quantidade considerável de citações de citações, o que pode ser visto como um problema, afinal um trabalho acadêmico deve primar pela originalidade e autenticidade das reflexões desenvolvidas. A citação da citação está contextualizada na interpretação da interpretação de um autor que leu a obra original. A reflexão do autor, que a utilizou, se desenvolveu sobre uma interpretação de “segunda mão”, assim o entendemos. Sabendo o problema como o descrevemos, tentamos o máximo possível – inclusive trazendo de outros estados e países textos que não foram encontrados na Bahia – recorrer às obras originais, no entanto como fazê-lo se tais obras não são acessíveis? Não nos restou outra opção senão recorrer às citações de citações.

epistemológico, um evento acadêmico relacionado ao urbano e a cidade. Por acaso não seria a cidade uma concentração de pessoas, de seres humanos, cada um com todas as suas especificidades que o tornam único? Também não seria ela, a cidade, uma concentração de objetos, de informações? Tudo circulando, circulante, flexível, fazendo parte de uma infinidade de contatos diários voluntários e involuntários. Sim, com certeza, a cidade é o melhor espaço para se perceber o lugar, ou os lugares, porque a cidade contém muitos lugares.

Discutimos o lugar na cidade – e o lugar-cidade – com foco em duas abordagens teórico-metodológicas relacionadas respectivamente a Geografia Humanística e a Geografia Crítica. Não poderíamos discutir a noção de lugar indiscriminadamente, sem estabelecer esse foco. O lugar, em ambas as abordagens, torna-se um instrumento teórico com ampla capacidade de análise da realidade. A noção, graças às abordagens citadas, torna-se especialmente relevante em virtude do diálogo que estabelece com o cotidiano, para o qual pode nos dá acesso e, por conseguinte, nos possibilitar observar muitas das relações que rapidamente descrevemos no início deste texto.

Com o que acabamos de escrever até aqui, podemos dizer que esse trabalho se constrói como uma sondagem de todas essas possibilidades que colocamos. Afinal tínhamos que confirmar reflexões prévias, soltas, inconsistentes, quase somente desconfianças construídas desde 2002, quando começamos a estudar o lugar. Com este fim iniciamos esta sondagem cumprindo alguns passos, alguns procedimentos. Além de revisar a bibliografia pertinente, também recorreremos a entrevistas com alguns dos fundadores e organizadores dos Simpurb. Essas entrevistas, cujos fragmentos foram reproduzidos ao longo do trabalho, sem qualquer correção, nos serviram para dimensionar com mais exatidão o Simpurb como evento acadêmico, seu significado e representatividade, assim como também nos balizaram quanto ao papel do lugar nos Simpurb.

A noção de lugar, no simpósio, com certeza, seria discutido com diversos outros temas, mas não estaria sendo discutido diretamente, nem nas mesas, nem nas sessões temáticas. Em uma das entrevistas realizadas, o professor Jan Bitoun nos confirma isso, dizendo que, realmente, não encontraríamos nos Simpurb, uma mesa discutindo o lugar, assim como não encontraríamos uma mesa pensando o território “por que o que a geografia urbana vai tentar discutir são processos [de formação e transformação da cidade], e aí para analisar esses processos ‘lança mão’ de conceitos que tratam do espaço” (Professor Jan Bitoun, entrevista realizada em 2009). O professor José

Borzacchiello Silva, também em entrevista, coloca que o lugar não estava ausente, a noção somente não era discutida como conceito, mas como categoria de análise, transversalmente às diversas temáticas, o que não diverge tanto da explicação do professor Bitoun.

Assim sendo aceitamos que os textos publicados de cada edição do evento teriam que ser “investigados”, peneirados a procura do lugar. Ou seja, teríamos que forjar o conhecimento instrumental necessário para a investigação. Também teríamos que entender o evento, sua necessidade, e como ele surge dentro da geografia brasileira. Precisávamos construir contextos.

O primeiro contexto que construímos, no primeiro capítulo, diz respeito ao reconhecimento da antiguidade da noção de lugar, e como ela foi mudando ao longo do tempo. Encontramos a noção sendo pensada pelos gregos na Antiguidade Clássica, que a diferenciavam do espaço. A noção segue pela Idade Média e chega na Modernidade. Acompanhamos, rapidamente, essa história e nos detemos na moderna perspectiva geográfica da noção, do século XVIII até o século XX, mais precisamente, damos uma importância especial a perspectiva do lugar no âmbito da Geografia Tradicional, francesa, sem ignorar as outras geografias a essa época. Detivemo-nos na matriz geográfica francesa pelo fato da geografia brasileira “descender” basicamente dela. Da Geografia Tradicional chegamos ao movimento de Renovação, no mundo e no Brasil, lembrando, ao mesmo tempo, que o processo de urbanização também “caminhava” e adquiria características bem específicas no Brasil, que não poderiam ser explicadas, simplesmente, pela geografia européia (e em parte, americana) transplantada. O movimento de Renovação da Geografia traz mudanças e novas geografias, além da Geografia Neopositivista – que discutimos sem “perder de vista” sua abordagem de lugar – vemos surgir a Geografia Crítica e a Geografia Humanística. No bojo da primeira nasceria o Simpósio Nacional de Geografia Urbana. As duas trariam consigo novas perspectivas de se “ver” o lugar, nem melhores, nem piores do que as anteriores, mas com certeza, mais adequadas ao mundo urbano existente.

No segundo capítulo construímos o contexto teórico da discussão. Desenvolvemos primeiro a noção de espaço existencial e seu possível caráter ontológico. Essa discussão justifica a nossa escolha do lugar enquanto recorte geográfico de caráter existencial. Considerar o espaço ontológico nos forneceu uma direção e o referido contexto para a noção de lugar enquanto espaço da existência, espaço vivido, mundo vivido, discutido na Geografia Crítica e na Geografia

Humanística. Também no mesmo capítulo, da primeira parte, derivamos a explicação sobre o lugar na Geografia Crítica, alguns autores desta abordagem e suas respectivas reflexões sobre a noção. Também discutimos, com algum detalhe, o lugar na Geografia humanística e em outras ciências além da geografia que demonstrasse alguma semelhança de perspectiva com essa abordagem. A noção de lugar não é exclusiva da geografia e pareceu-nos importante (e instrumental) lembrar isso no texto. Também discutimos processos que descaracterizam os lugares, transformando-os em outra coisa, lugares homogeneizados, não-lugares, deslugaridades. Os nomes variam, assim como os atributos que os caracterizam. Essas noções possuem em comum o processo que tentam denominar, a despersonalização do lugar. Contudo esse processo se desenvolve encontrando resistências das formas e dinâmicas que constituem o lugar, e é pensando essas resistências que fechamos este capítulo.

Como foi que perscrutamos os Simpurb a procura do lugar? Ele estava lá, óbvio, pronto para ser estudado por nós? Não, ele não estava. Precisamos, para “trazer à tona” o lugar nestes textos, utilizar uma bibliografia complementar a fim de nos “aproximarmos” das reflexões desenvolvidas. Essa bibliografia inclui autores como Henri Lefebvre, Milton Santos, Marc Augé, Yi-Fu Tuan etc., que deram ao texto do terceiro capítulo mais capacidade explicativa, assim como impediram-no que se tornasse, de certo modo, tautológico.

O terceiro capítulo consiste na análise da noção de lugar em todos os Simpurb até 2007, o que nos dá dez Simpósios para análise (ver tabela no final desta parte). Desconsideramos somente o Simpurb de Brasília por não ter publicado as reflexões desenvolvidas nas mesas. No caso, esse último Simpurb (realizado em 2009) somente disponibilizou no cd-rom os trabalhos apresentados para as sessões temáticas, cujos textos não foram trazidos para a discussão deste trabalho.

Sobre a análise dos textos nos concentramos naqueles publicados. Todos os Simpurb tiveram os textos, apresentados em mesas redondas, publicados. Alguns Simpurb incluíram nessas publicações as comunicações, mas isso não é garantido em todos. Dúvidas quanto a não-publicação de alguns textos apresentados nas mesas foram levantadas em relação a publicação do Simpurb de Recife, onde professores que tinham sido convidados explicaram que não tiveram seus artigos publicados, porém não é garantido que tal fato tenha ocorrido nas outras publicações, antes e depois daquela de Recife, já que não ouvimos todos os professores envolvidos com o evento em todas as suas edições, pela própria inaplicabilidade de tal intento. A não-publicação da maior

parte dos textos apresentados em sessões temáticas nos diversos Simpurb nos obrigou a concentrarmo-nos somente nos textos apresentados nas mesas redondas e comunicações que foram editados em publicação impressa – livro ou revista – ou quando não, aqueles que constassem em cd-rom. Dos dez Simpurb que analisamos os textos, somente os que ocorreram em Florianópolis e Manaus nos fizeram a recorrer aos textos publicados em cd-rom. Sendo que no caso de Manaus, recorreremos somente em parte a mídia digital, para complementar a publicação parcial dos textos em mídia impressa, um livro organizado pelo professor José Aldemir de Oliveira.

Feito esse primeiro recorte, fizemos outro, relacionado aos temas das mesas que daríamos prioridade em nossa análise. Optamos por escolher, primeiro, aquelas mesas que tivessem um tema relacionado ao cotidiano. Os Simpurb realizados em Rio Claro (SP), no Rio de Janeiro (RJ), em Fortaleza (CE), coincidentemente, os três simpósios imediatamente posteriores ao primeiro – realizado em São Paulo – apresentaram essa mesa. Depois deles nenhuma mesa mais, em nenhum Simpurb, se propôs a pôr a categoria cotidiano como tema. Depois buscamos as mesas cujos temas se relacionassem aos fenômenos e processos presentes na escala do intraurbano, por exemplo, as fragmentações da cidade causadas pelas intervenções urbanísticas, onde poderíamos surpreender o lugar, mesmo que mencionado secundariamente no texto, ou nem mencionado, mas indiretamente apontado através de alguma característica sua importante, como continuidade espacial ou relevância simbólica. As mesas que discutiam movimentos sociais também foram analisadas, visto que alguns destes movimentos tem base e ação local e interagem diretamente com o lugar. Também trabalhamos com as mesas relacionadas a epistemologia da geografia que discutissem o urbano, a cidade, o espaço e conceitos e/ou categorias onde o lugar pudesse surgir permeando a reflexão.

No último capítulo também discutimos o sentido do lugar e sua importância para a sobrevivência da urbanidade, para a sobrevivência da cidade como espaço de encontro. Os autores descrevem, em diversos textos no Simpurb como nos lugares podem está guardando as alternativas possíveis ao espaço homogeneizado, imposto pelas ações hegemônicas.

Quanto às contribuições da Geografia Humanística, nós as indicamos, assim como as tentativas de utilização desta abordagem, mesmo quando o lugar não era referido diretamente. Como já dissemos, a Geografia Humanística guarda um dos caminhos para o enriquecimento da teoria geográfica, especialmente, na área de urbana,

que precisa ser explorado e discutido. Esse trabalho – e talvez essa seja uma das suas contribuições relevantes – pretende apontar a importância desse caminho.

Tabela dos textos – apresentados nos Simpurb, de 1989 a 2007 – discutidos ao longo deste trabalho. Os textos foram classificados segundo a mesa no qual foram concentrados no Simpurb, ou capítulo onde foram agrupados no livro:

SIMPURB/ANO	TÍTULO DA MESA/CAPÍTULO DO LIVRO	AUTOR	TÍTULO DO TEXTO
SIMPURB SÃO PAULO (1989)	<i>* Não houve agrupamento dos artigos em capítulos na publicação</i>	Jan Bitoun	Uma interpretação geográfica
		José Borzacchiello da Silva	Reinventando Fortaleza: o Saber Geográfico e Outros Saberes na Interpretação da Cidade
		Maurício de Abreu	O Estudo Geográfico da Cidade no Brasil: Evolução e Avaliação. Contribuição à História do Pensamento Geográfico Brasileiro
		Ana Fani Alessandri Carlos	Repensando a Geografia Urbana: Uma Nova Perspectiva Se Abre
SIMPURB RIO CLARO (1991)	Cidades e Movimentos Sociais	Fanny Davidovich	Movimentos sociais e cidade: uma introdução ao tema
		Amélia Luisa Damiani	O Estado e o conjunto habitacional
	O Cotidiano da Metrópole	Pedro Geiger	O cotidiano na vida metropolitana e conflitos da terra
		Helena Kohn Cordeiro	Reflexões sobre o Tempo do Quotidiano no Centro Metropolitano de São Paulo
		Nilson Crocia de Barros	Crescimento Metropolitano e Comércio Informal na Cidade do Recife, Brasil

		Silvana Maria Pintaudi	Os shopping-centers e o cotidiano da metrópole paulista
	Geografia Urbana: perspectivas teórico-metodológicas	Roberto Lobato Corrêa	O espaço urbano: notas teórico-metodológicas
		Ana Fani Alessandri Carlos	Pensando novos caminhos da análise urbana
SIMPURB RIO DE JANEIRO (1993)	Tempo e Espaço no Cotidiano Urbano	Iná Elias de Castro	Tempo e Espaço no Cotidiano Urbano: uma Introdução
		Ana Fani Alessandri Carlos	O Espaço e o Tempo Sociais no Cotidiano
		Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro	Global e Local na Análise da Estruturação da Cidade: Reflexões Metodológicas
	Matrizes da Geografia Urbana	João Baptista Ferreira de Mello	A Cidade dos Homens: Algumas Interpretações Humanísticas sobre o Urbano
	Reforma Urbana e Territorialidade	Franklin Coelho	Reforma Urbana e Territorialidade
SIMPURB FORTALEZA (1995)	Epistemologia das Cidades	Odete Seabra	Conteúdos da urbanização: dilemas de método
		Jan Bitoun	O Intra-Urbano: a Geografia e o Urbanismo
	Cotidiano Urbano	Ana Fani Alessandri Carlos	A Construção de uma Nova Urbanidade
		Silvana Maria Pintaudi.	Cidade, Cotidiano e imaginário
		Amélia Luisa Damiani	A Cidade (des)ordenada e o cotidiano
		Marília Luiza Peluso	A Casa Própria e o Sonho
	Políticas e Desenvolvimento Urbano	José Aldemir de Oliveira	A cidade no horizonte do provável: políticas e desenvolvimento urbano

		Fanny Davidovich	Programa Favela-Bairro no município do Rio de Janeiro e política urbana: hipóteses para pesquisa
SIMPURB SALVADOR (1997)	Conferência de Abertura	Maria Adélia Aparecida de Souza	Cidade: Lugar e Geografia da Existência
	Matrizes da Geografia Urbana	Pedro Geiger	Matrizes da Geografia Urbana: Questões Gerais
	Espaço, Poder e Cultura	Silvana Maria Pintaudi	Cidade, Cultura e Poder Público
		Amélia Luisa Damiani	O Urbano e a Tríade Espaço, Poder e Cultura
		Ignez Barbosa Ferreira	Espaço, Poder e Cultura na Gestão do Território
	Dinâmica Sócio-espacial e Formas de Intervenção	Ângelo Serpa	Clonagem de Paisagens: como Alguns Projetos de Intervenção transformam as Paisagens Urbanas em Não-lugares
		Teresa Barata Salgueiro	Cidade pós-moderna, espaço fragmentado
		Maria Auxiliadora da Silva	A evolução urbana do centro histórico de Salvador e a preservação da continuidade funcional do bairro de Santo Antônio Além do Carmo
	SIMPURB PRESIDENTE PRUDENTE (1999)	A cidade no Brasil: transformações e permanências	Pedro Almeida Vasconcelos
Ana Fani Alessandri Carlos			A metrópole polifônica-poliorâmica
Em dilemas de Método: urbanização e fragmentação		Odete Seabra	Urbanização e fragmentação: apontamentos para o estudo do bairro e da memória urbana
		Saint-Clair C. da Trindade Júnior	Redes de Ação: uma possibilidade de interpretação da fragmentação intra-urbana

		Ricardo Castillo	Aproximações sobre o Tema da Análise Geográfica da Urbanização e da Fragmentação na Era das Novas Tecnologias de Informação
	Produção social do espaço e problemática ambiental urbana	Gustavo de Oliveira Coelho de Souza	Cidade, meio ambiente e modernidade
	As Cidades e as Políticas Públicas: do Planejamento à Gestão	Silvana Maria Pintaudi	Políticas Públicas Municipais: entre o Local e o Mundial
		Rosa Moura	Gestão desarticulada: políticas urbanas em tempos de ajuste estrutural
	A rede urbana e sua dinâmica recente	Marcelo Lopes de Souza	Da “fragmentação do tecido sociopolítico-espacial” da metrópole à “desmetropolização relativa”: algumas facetas da urbanização brasileira nas décadas de 80 e 90
	O sentido da cidade no final do século XX	Amália Inés Geraiges de Lemos	O sentido da cidade hoje: reflexões teóricas
		Ana Lucy Oliveira Freire	As práticas sociais urbanas: contribuições para refletir sobre a cidade
		Jorge Luiz Barbosa	O sentido da cidade no final do século XX
SIMPURB DE SÃO PAULO (2001)	Os problemas da cidade, a metrópole e o modo de vida: segregação, conflitos, estratégias	Sandra Lencioni	Uma Nova Determinação do Urbano: o Desenvolvimento do Processo de Metropolização do Espaço
		Anselmo Alfredo	Cidade e Metrópole, uma Identidade Contraditória no Processo de Urbanização Contemporânea
		Fanny Davidovich	Metrópole e Contemporaneidade, Algumas

			Pontuações
		Jaime Tadeu Oliva	A Cidade como ator Social – A Força da Urbanidade
	Espacialidades e Temporalidades Urbanas	Tereza Barata Salgueiro	Espacialidades e Temporalidades Urbanas
SIMPURB RECIFE (2003)	<i>* Não houve agrupamento dos artigos em capítulos na publicação</i>	Cláudio Jorge M. de Castilho	Ações sociais para o trabalho e o uso do território: a proximidade territorial e a construção de espaços da cidadania
		José Aldemir de Oliveira	A natureza nas (das) pequenas cidades de um Brasil longe-perto daqui
		Ronaldo Cerqueira de Carvalho	Rio de Janeiro – uma cidade conectada por túneis
		Selma Maciel Batista	O processo de configuração sócio-espacial do Candeal Pequeno
SIMPURB MANAUS (2005)	Áreas Centrais	Glória de Anunciação Alves.	As centralidades da cidade de São Paulo: o papel do centro tradicional
		Luís Carlos Tosta dos Reis	A crise da importância da área central e o desdobramento do núcleo central de negócios
	As pequenas cidades	Rita de Cássia da Conceição Gomes	Buscando compreender as pequenas cidades
		Francisco Ednardo Gonçalves	O perfil urbano das cidades pequenas do agreste potiguar
		Doralice Sátyro Maia	Cidades pequenas: como defini-las? Apontamentos para os estudos sobre as cidades pequenas
	Cidade, espaço e tempo	Elis de Araújo Miranda	Leitura de uma Paisagem Luso Amazônica

		Carla Alexandra Filipe Narciso	A Produção do Espaço Verde Público na Construção da Cidade
SIMPURB FLORIANÓPOLIS (2007)	O Futuro das Cidades e da Urbanização do Brasil	Marcelo Lopes de Souza	As Cidades Brasileiras e os Movimentos Sociais no Início do Século XXI: Sete Questões para Provocar o Debate
		Roberto Lobato Corrêa	Perspectivas da Urbanização Brasileira – uma visão geográfica para o futuro próximo
	Semelhanças e Diferenças no Processo de Urbanização do Sul do Brasil	Tânia M. Fresca	Rede urbana paranaense e produção indústria
	Santa Catarina: Unidade e Diversidade no Processo de Urbanização	Elson Manoel Pereira.	Planejamento urbano em Florianópolis e análise contemporânea
	Repensando a Geografia Urbana: Teorias, Conceitos e Métodos	Maria L. Silveira	Crises e paradoxos da cidade contemporânea

1. UM POUCO DE LUGAR, ESPAÇO E HISTÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO

Uma vez que tratamos da cidade e do urbano, certo que no âmbito de um Simpósio específico de Geografia Urbana, de caráter nacional (não intencionamos tratar da cidade no contexto mundo ou da história universal), mas, ainda assim, deveremos (re)construir uma pequena história do pensamento geográfico universal, a fim de criarmos, um necessário contexto para os fatos que descreveremos. Esse contexto será um recorte voltado especificamente para aqueles períodos que dizem respeito ao tema em questão: o lugar na/da cidade. Como falarmos deste tema sem falar do espaço, ou melhor, das concepções de espaço nas quais foram e estão inseridas? As análises possíveis que se podem fazer acerca da cidade, do urbano e do lugar são tão diversas entre si quanto os conceitos que existem sobre espaço. Abordaremos todas as noções de espaço conhecidas para conseguirmos verificar uma evolução? Não nos parece um caminho viável, em vista de não ser esse o objetivo do trabalho em questão. Desta forma, optamos em acompanhar uma “linha” do tempo que se inicia na Antiguidade, percorrendo-a não necessariamente de forma linear, até a Modernidade, com o objetivo de observar algumas noções de lugar que julgamos importantes para o trabalho em questão.

Castriota (2009) vai precisar a temporalidade da reflexão sobre o lugar recorrendo ao filósofo Edward Casey. Este autor inicia a referida discussão citando Platão que diferencia “*chora*” de “*topos*”. Para Casey, esta diferenciação refere-se respectivamente ao espaço e ao lugar. O termo “*chora*” utilizado por Platão equivaleria ao espaço, por ser o receptáculo de tudo o que muda, ao mesmo tempo em que é homogêneo ou neutro em sua constituição. O lugar surgiria, no pensamento de Platão, quando o espaço se contraísse repentinamente agrupando...

(...) naquele espaço inicialmente indeterminado, os quatro ‘tipos’ ou ‘poderes’ elementares em quatro ‘regiões’ (*chorai*), dentro das quais apareceriam os ‘lugares (*topoi*)’ particulares. ‘Lugar’ aqui vem traduzir o termo grego ‘*topos*’, que é o lugar estabelecido onde os corpos (*somata*) vêm a residir, uma vez que foram agrupados com corpos semelhantes na mesma região. (CASTRIOTA, 2009, p. 116).

Percebamos que lugar já surge para Platão como uma expressão da singularidade contida num todo indiferenciado. Aristóteles não concorda com Platão e vai a outra direção dissolvendo o espaço (“*chora*”) no lugar (“*topos*”). Para Aristóteles o lugar é

um contenedor de corpos, ele delimita. Casey interpreta que o lugar de Aristóteles é “primariamente um localizador e que o que localiza é uma coisa física. (...). Mas além de localizar (...) o lugar seria algo ‘que envolve’, com o resultado de que um dado lugar vai ser sempre co-extensivo com aquilo que contém” (CASTRIOTA, 2009, p. 117). Augé, citando Luis Marin, define o lugar aristotélico como a “superfície primeira e imóvel de um corpo que com ela cerca um outro ou, para falar mais claramente, o espaço no qual um corpo é colocado” (AUGÉ, 1994, p. 52).

Vasconcelos (2001) em artigo publicado no livro referente ao Simpurb acontecido na cidade de Presidente Prudente, discute epistemologia da Geografia, mostrando que Aristóteles já considerava o lugar uma categoria fundamental, entre dez outras (FERRATER MORA, 1988 *apud* VASCONCELOS, 2001, p. 14)² – sendo que espaço não aparece nessa listagem.

Castriota explica que tanto Aristóteles quanto Platão citaram, de formas diferentes, um axioma sobre o lugar do pitagórico Árquitas: “ser é ser num lugar, ou de forma inversa, ser sem lugar é não ser”. Filoponus, também na Antiguidade, criou outro axioma radicalmente diferente: ser é ser “no espaço, onde ‘espaço’ significa algo ‘não-local’ e ‘não particular’” (CASTRIOTA, 2009, p. 117). Segundo Casey, o axioma de Filoponus foi resgatado na Idade Média, dando início a uma transformação radical, cuja consequência foi a assimilação do lugar pelo espaço. Ainda na Antiguidade, segundo Cresswell (2004), o geógrafo grego Estrabão, numa reflexão pioneira, procurava diferenciar, através da descrição, um espaço particular de outros ao redor dele, estabelecendo limites entre estes espaços. Estrabão, utilizando-se desta prática, chamada de corografia, reconhecia a superfície da terra como um conjunto de lugares, de espaços diferenciados entre si.

Na modernidade, lugar e espaço se sobrepõem, perdendo as características que lhes eram atribuídas durante a Antiguidade. Ambos referem-se à mera “localização”. O espaço pensado por Immanuel Kant, um dos fundadores da Geografia moderna, no século XVIII, o foi como “um plano de extensão geométrica” (MOREIRA, 2008a, p. 14) onde os fenômenos são “percepcionados” segundo sua localização e distribuição. Para Moreira, aquela Geografia ainda não podia ser chamada como tal, pois se aproximava mais de uma Corografia que se incumbia da descrição e taxonomia do mundo físico, sem avançar para nenhum tipo de abstração-indução, o que a tornava

² Pedro Vasconcelos cita: MORA, José Ferrater. **Dictionary of Philosophy**. Moscow: Progress, 1984.

propícia, somente, a produzir informação sem conhecimento. O “salto” teórico que permitirá essa transformação da Corografia em Geografia, ciência com método e objeto próprios, será dado por dois cientistas do século XIX: Karl Ritter e Alexander Von Humboldt.

Ritter partiu de onde Kant parou. Ele se apropriou da corografia e lhe deu um sentido, mediante uma concepção de *todo* inspirada, segundo Gomes (1997), no Romantismo e no Idealismo alemão. Havia, na perspectiva de Ritter, “unidades que congregam os princípios de organização do todo. Estas unidades são dotadas de ‘personalidade’ e desempenham papéis definidos na composição e no movimento do todo” (GOMES, 1997, p. 19). Neste ponto, encontramos uma forma específica de conhecimento produzido, por Ritter, que interessa particularmente ao trabalho em questão acerca destas unidades espaciais: elas denotam o reconhecimento de uma “individualidade regional dos recortes do espaço” (MOREIRA,...), cujo sentido é significar a organização dos mesmos. De acordo com Moreira, havia entre estes recortes paisagísticos/unidades espaciais “os traços comuns e os singulares de cada uma, para assim inferir a ordem geral de classificação e a específica de individualidade” (MOREIRA, 2008a, p. 15), metodologias que implicaram numa comparação sucessiva entre os diversos recortes e na conversão da Corografia em Corologia, uma forma de Geografia, para Moreira. Certo que a individualidade reencontrada, graças ao método de Ritter, não nos autoriza a falar que se trata daquela noção de lugar perdida na Antiguidade. Mas reconhecer um recorte paisagístico com atributos singulares, assim como dar a sua localização, já é um modo, reduzido, de definir o lugar.

Humboldt, contemporâneo a Ritter, também fez avanços em relação à corografia kantiana, dentro de uma perspectiva naturalista e utilizando o método de Ritter, mas não o descreveremos aqui por não ser pertinente ao objetivo do trabalho. Após estes cientistas, que Gomes (1997) e Moreira (2008) chamam de fundadores, tem-se um hiato na evolução da Geografia, de 1860 a 1880, acompanhada pelo desenvolvimento de uma conjuntura de crise paradigmática, onde o nascimento de teorias científicas como a Segunda Lei da Termodinâmica de Clausius e a Teoria da Evolução Natural do homem, de Darwin, questionavam os modelos científicos precedentes, como a Segunda Lei de Newton, sobre a dinâmica, por exemplo. Uma crise paradigmática seguida por mudanças na sociedade que ocorriam por conta da segunda Revolução Industrial, a qual exigia para seu desenvolvimento acréscimos crescentes de ciência e uma divisão técnica do trabalho cada vez mais fragmentada. É nesse contexto que surge o sistema

positivista,

expressão maior dessa sociedade técnica (...) que referenda a visão física e matemática de natureza do projeto científico renascentista, separa o inorgânico, o orgânico e o humano em esferas dissociadas e proclama o paradigma do inorgânico da Física como base, orientando as demais ciências nessa padronagem. (MOREIRA, 2008a, p. 16).

É o sistema positivista que vai oferecer os instrumentos para o surgimento de uma abordagem geográfica que se tornará dominante por, aproximadamente, um século.

1.1. A GEOGRAFIA NO MUNDO

a) A Geografia Clássica

Moreira observa que a padronagem positivista implicou na “matematização” das ciências, inclusive da Geografia, que fragmentada e setorializada tentou aplicar os modelos matemáticos (o que vamos discutir mais adiante). É na segunda metade do século XIX que uma nova teoria geográfica surge, com Friedrich Ratzel, no contexto de unificação da Alemanha e consolidação de sua respectiva Revolução Industrial (MORAES, 2007). Como os fundadores, Ratzel manteve a linha da Geografia como uma ciência empírica e definiu como objeto geográfico “o estudo da influência que as condições naturais exercem sobre a humanidade” (MORAES, 2007, p. 69), atuando na fisiologia, na psicologia dos indivíduos e na própria constituição social. Ratzel não se preocupou em reconhecer a especificidade da relação entre o homem e determinado meio, singularizando uma parcela do espaço, mas somente observou a influência deste meio no homem e na sua organização social. “O homem precisaria utilizar os recursos da natureza para conquistar sua liberdade” (MORAES, 2007, p. 70).

Um ponto importante sobre o qual chamamos atenção é o fato de Ratzel reconhecer a cidade, ponto diferenciado, possível de ser localizado. Abreu (1994), em texto sobre história do pensamento geográfico brasileiro apresentado no primeiro Simpurb, em 1989, cita Ratzel como um dos primeiros geógrafos a tratar da cidade, sua análise geográfica utilizava o conceito de “Lage”, “palavra que em português corresponde ao mesmo tempo à posição (isto é, localização segundo as coordenadas geográficas) e à situação, isto é, localização em relação, por exemplo, a outro elemento

ou conjunto de elementos” (BACKHEUSER, 1944, *apud* ABREU, 1994, p. 201)³. O conceito posição/situação – o qual Abreu diz ter um caráter estratégico e econômico – ainda constaria em muitos trabalhos relativos a cidade após as idéias de Ratzel.

Outro geógrafo que daria contribuição relevante, em época próxima, após o hiato supracitado entre a contribuição dos fundadores (1860) e o ano de 1880, seria Paul Vidal de La Blache, que também valorizou a capacidade de empiria da Geografia, mas atenuou (e não rompeu com) seu caráter naturalista, dando mais força ao elemento humano dentro de uma abordagem histórica. Moraes observa que a Geografia vidaliana continuava naturalista e a valorização do humano na paisagem passava através da perspectiva de vê-lo como coisa capaz de modificar a paisagem. Vidal “colocou o homem como ser ativo, que sofre a influência do meio, porém que atua sobre este, transformando-o” (MORAES, 2007, p. 81). Uma influência recíproca, entre homem e meio, que vem permeada pela contingência, daí não haver apenas um caminho para o desenvolvimento desta interação, mas diversos, e cada caminho, único. Observamos, desta forma, o encontro da teoria de La Blache com os espaços singulares, “que retoma o conceito da individualidade da região de Ritter, substituindo-o pelo discurso da identidade do recorte único e singular que suprime a certeza sensível e o caráter de corografia da superfície terrestre” (MOREIRA, 2008a, p. 20). O singular descrito por Vidal de La Blache “era dado pela combinação única entre os elementos que estruturam e dão forma e ‘personalidade’ a uma região” (GOMES, 1997, p. 21). É o próprio cientista que sentencia ser a Geografia “uma ciência dos lugares, não dos homens” (MORAES, 2007, p. 79). No caso, lugares-regiões que apresentamos como lugar por conter alguns atributos dessa noção, já que se trata de “uma unidade espacial, dotada de individualidade, em relação a suas áreas limítrofes” (MORAES, 2007, p. 86). Lugares que apresentam, cada um, seu respectivo “‘gênero de vida’⁴, o qual exprimiria uma relação entre a população e os recursos, uma situação de equilíbrio, construída historicamente pelas sociedades” (MORAES, 2007, p. 81).

Também sobre Vidal de La Blache, Cresswell (2004) observa que apesar do lugar não ser central na sua teoria, o foco acerca do conceito de *genre de vie* (modo/gênero de vida) produz trabalhos que se ocupam da interrelação entre a esfera

³ Maurício de Abreu cita: BACKEUSER, E.. Os fatos fundamentais da Geografia. **Boletim Geográfico**, 1944.

⁴ Moreira descreve o conceito de gênero de vida, segundo Vidal de La Blache, “como o amálgama dos hábitos de existência contraídos em dado meio e sistematizados dentro deste como a forma de relação pela qual os homens interagem e se integram como um todo orgânico entre si e os elementos naturais” (MOREIRA, 2009, p. 22).

natural e cultural em áreas específicas da França. Na Geografia Humana francesa essa forma de caracterizar lugares particulares inspiraria a Geografia Humanística mais tarde. Buttimer (1982) descreve como nesses lugares/regiões primordiais, de La Blache, já se verificava a coincidência entre a identificação espacial e social, pois “muito embora as fronteiras fisiográficas fossem enfatizadas, o padrão de vida (*genre de vie*) modelou e foi modelado pelo sentido de lugar” (BUTTIMER, 1982, p. 177).

Abreu também cita a contribuição de Vidal de La Blache no que se refere às cidades, para quem “o estudo geográfico das cidades deveria pautar-se principalmente pelas questões referentes ao sítio” (ABREU, 1994, p. 202). O objetivo era a cidade servir como demonstração do engenho e da vontade humanas que invariavelmente sempre “venciam” o meio natural. Graças a La Blache o conceito de sítio predominou no que se refere ao estudo das cidades sobre a noção de posição que passou a ocupar “um nível subsidiário” (PINCHEMEL, 1983, *apud* ABREU, 1994, p. 203)⁵.

Notamos também a importância de Jean Brunhes para a nossa discussão, cuja contribuição foi relevante na primeira metade do século XX, em virtude de sua concepção do objeto de estudo na Geografia e suas implicações, que o definiram: os *fatoss essenciais*, que também o fizeram valorizar – como também os seus predecessores – o dado visual empírico contido na paisagem. Os fatos essenciais, geográficos, de acordo com Brunhes, somente se revelam pela conexão com a totalidade (BRAGA, 2007; MOREIRA, 2008a), um princípio que poderemos verificar em outras teorias que iremos abordar. Também podemos salientar a sua concepção de espaço, sempre em movimento, em eterno rearranjo graças às contradições (que Brunhes também reconhece), tudo lhe dando um caráter dialético, que repercute em mudanças nas formas de *habitat*.

Não podemos esquecer-nos de colocar a contribuição a nosso trabalho, de Richard Hartshorne, na primeira metade do século XX, visto que encontramos em suas reflexões referências à singularidade do fragmento espacial. Esse geógrafo norte-americano resgata a teoria de Alfred Hettner, geógrafo alemão que por sua vez promoveu um retorno a Ritter. Moreira (2008a) esclarece como as idéias de Hartshorne quanto à Geografia Regional vidaliana foram ampliadas pelo conceito hettneriano de diferenciação de áreas, que para Moreira se trata de um “movimento de constituição da

⁵ Maurício de Abreu cita: PINCHEMEL, Philippe. Geographers and the city: a contribution to the history of urban geography in France. In: PATTEN, John (org.). **The Expanding City**: Essays in honour of professor Jean Gottmann. London Academic Press, p. 295-318.

diferença” (MOREIRA, 2008a, p. 36). Diferenciação entendida como o processo de ocorrência aqui e ali das...

(...) formas empíricas da região, da zona e do lugar, fazendo do todo da superfície uma corologia com seu mosaico de paisagens. Diferença como realidade instituída pelo movimento de diferenciação dos fenômenos em seus deslocamentos e recortamentos na superfície terrestre. (MOREIRA, 2008a, p. 37).

A diferença, neste caso, transparecia um modo de particularidade – atributo do lugar – ainda que somente quanto às formas.

Cresswell (2004) cita o fato de Richard Hartshorne, assim como Carl Sauer e Allan Pred já concordarem sobre a importância do lugar em meados do século XX. Para Cresswell essa concordância entre os autores “reflete a noção de senso comum que a geografia é um reflexo da curiosidade das pessoas acerca das **diferenças entre as partes da superfície da Terra**” (CRESSWELL, 2004, p. 16, tradução e grifo nossos)⁶. Holzer é mais específico em relação a Sauer, que ele considera ser o primeiro geógrafo a desvincular o lugar do sentido estritamente locacional. O conceito de paisagem cultural utilizado por Sauer “incorporava fortes elementos subjetivos” (HOLZER, 1999, p. 68) que remetiam ao lugar. Para Sauer *os fatos da geografia eram fatos do lugar* (SAUER, 1983, *apud* HOLZER, 1999, p. 68)⁷.

Todos os geógrafos que mencionamos até agora elaboraram suas respectivas teorias nos limites da Geografia Clássica, de princípios positivistas. De acordo com Cresswell (2004), esta Geografia até a década de 60 do século XX ocupou-se fundamentalmente em descrever as diferenças entre as áreas da superfície da Terra. O estudo geográfico, predominantemente de caráter idiográfico, ocupava-se em particularizar determinada região, ou *place/region*, como denomina Cresswell, a fim de delimitar suas fronteiras, limites da diferenciação que não eram discutidos, mas dados da realidade, a unidade regional era um fato (GOMES, 1997). Cresswell descreve como a Geografia Positivista, regional, descrevia a *place/region* em grande detalhe, “começando com a base geológica, tipo de solo mais clima e finalizando com cultura” (CRESSWELL, 2004, p. 16, tradução nossa)⁸. A Geografia era a ciência do empírico, e

⁶ “reflects the common-sense notion that geography is a reflection of people’s curiosity about the **differences between parts of the Earth’s surface**” (CRESSWELL, 2004, p. 16, grifo nosso).

⁷ Holzer cita: SAUER, Carl O.. The morphology of landscape. In: LEIGHLY, J. (Org.). **Land and life** – a selection from the writings of Carl Ortwin Sauer. Berkeley: University of California Press, p. 315-350.

⁸ “starting with the bedrock, soil type and climate and ending with ‘culture’” (CRESSWELL, 2004, p. 16).

o geógrafo, um inventariante do visível, “em busca do pitoresco, do exótico, do detalhe” (GOMES, 1997, p. 23), em busca também de uma generalidade, uma tipologia das formas, com o objetivo de subsidiar uma classificação (GOMES, 1997). Essa forma de fazer Geografia foi incontestada, de acordo com Moreira (2009), até a década de 50 do século XX, quando surgem movimentos, dos próprios geógrafos questionando a eficácia da Geografia em explicar e atender as necessidades de uma nova conjuntura mundial que emergia no pós-guerra. A emergência da indústria e do planejamento estatal colocava a vista “as limitações teóricas e prático-operacionais” (MOREIRA, 2009, p. 11) da Geografia dita clássica.

b) O movimento de renovação da geografia: surgem novas geografias

O movimento de renovação na Geografia não consiste em uma crítica homogênea direcionada à Geografia Clássica de uma única corrente geográfica que surgia. Trata-se ao contrário de muitas críticas surgidas mais ou menos a mesma época, cada uma delas representando uma nova abordagem geográfica. Podemos encontrar no processo de renovação, Geografias fundadas nas mais diversas matrizes teórico-metodológicas. Santos, no seu livro “Por uma Geografia Nova”, de 1978, editado na época da renovação, quando ela se torna especialmente intensa no Brasil, discute a *new geography*, a Geografia da Percepção e do Comportamento, além da Geografia Crítica de base marxista, todas propondo o novo, quando não uma reforma no antigo. Moreira (2008b) observa a existência da Geografia Fenomenológica também surgida mais ou menos no mesmo período. Cada uma delas traz uma nova perspectiva do espaço e, conseqüentemente, do lugar. Propomos-nos levantar e discutir o que algumas dessas abordagens apresentaram de novo em relação ao tema do trabalho em questão e como essas inovações foram necessárias e importantes para a atualização teórica da Geografia em relação a realidade que se complexificava crescentemente.

Começamos por discutir a *new geography*, uma geografia positivista revisitada, ou neopositivista, localizando o seu surgimento na necessidade que alguns geógrafos viram em tornar a Geografia uma ciência aplicada, uma vez que aparentemente se apresentava essa demanda. Moraes designa essa abordagem com o nome *Geografia Pragmática* por conta da finalidade explicitada por seus autores em criar “uma tecnologia geográfica, um móvel utilitário” (MORAES, 2007, p. 109) a fim de

desempenhar funções no planejamento estatal.

É notória a crítica de Schaefer (1976) ao excepcionalismo característico da Geografia Clássica, idiográfica, onde o conhecimento extraído através do método indutivo valorizava demasiadamente a empiria e impossibilitava o reconhecimento de leis gerais para a construção de modelos explicativos que fossem válidos em situações diversas, visto que cada unidade espacial – no caso, cada região – era única e, portanto, impossível de ser “encaixada” em quaisquer leis genéricas. Para Schaefer estas teses inviabilizavam a “Geografia como ciência, restando-lhe, como prática, tratar a região no caráter de uma classificação e apenas descrevê-la” (SHAEFER, 1976, *apud* MOREIRA, 2009, p. 13), reduzindo a disciplina geográfica a uma corografia. Ora, “uma descrição, mesmo seguida por uma classificação, não explica a maneira pela qual os fenômenos estão distribuídos pelo mundo. Explicar os fenômenos, que foram descritos, significa sempre reconhecê-los como casos ligados a leis” (SCHAEFER, 1976, p. 11). É observando as limitações da Geografia Clássica que Schaefer propôs a filiação a uma *New Geography*/Geografia Neopositivista/Geografia Pragmática, capaz de utilizar metodologias de quantificação e descrever leis relativas à localização e distribuição das formas espaciais, apontando neste sentido, como exemplo, para o “uso da teoria geral da localização” (SCHAEFER, 1976, p. 45). Nos limites teóricos da Geografia Neopositivista, ou “*spatial science*”, “o conceito de região era substituído pelo conceito de espaço como foco central da geografia humana”⁹ e o “lugar era simplesmente uma localização” (CRESSWELL, 2004, p. 19, tradução nossa)¹⁰.

Moreira reconhece “três momentos distintos na história da implantação da *new geography*” (MOREIRA, 2009, p. 37), cada um correspondendo a um nome: no momento da quantificação, vigora o nome Geografia Quantitativa; o nome Geografia Teorético¹¹-quantitativa é usado no momento da adoção dos modelos; por fim tem-se o nome *New Geography* quando na adoção da Teoria Geral dos Sistemas.

A *New Geography* parte do pressuposto da existência de “uma ordem estrutural matemática oculta por trás do padrão empírico de organização espacial dos fenômenos, cabendo-lhe descobrir e identificar as suas formas de manifestação. É esta descoberta que (...) dá à pesquisa o poder preditivo e nomotético que lhe é necessário”

⁹ “*the concept of region was replaced by the concept of space as a central focus of human geography*” (CRESSWELL, 2004, p. 19).

¹⁰ “*place was simply a location*” (CRESSWELL, 2004, p. 19).

¹¹ O nome teórica deriva do inglês *theoretical*, cuja tradução é teórica, que nominava a “perspectiva genérica e explicativa do pensamento geográfico” (MORAES, 2007, p. 113).

(MOREIRA,...). A noção de lugar nesta ótica configurar-se-ia como ponto, cuja singularidade ocorreria na “forma específica de manifestação do padrão geral de organização” (MOREIRA, 2009, p. 37), passível de ser revelada pela aplicação dos modelos adequados, já que se admite a repetição dos padrões espaciais independente de onde se realizarão.

Trazemos a teoria das Localidades/Lugares¹² Centrais, de Walter Christaller, a fim de observar algumas de suas características mais pertinentes aos temas que estamos desenvolvendo neste trabalho. Christaller, segundo Sposito (2004), considera que as grandes, médias e pequenas cidades são localidades/lugares centrais porque desempenham *funções centrais*. Enquanto para Cresswell (2004), o termo lugar no contexto do modelo de Christaller (e de outros autores – Lösch e Baskin) restringia-se a “localizações onde funções particulares, serviços e populações estavam concentradas” (CRESSWELL, 2004, p. 19, tradução nossa)¹³. No modelo de Christaller, a importância de uma localidade central e o tamanho de sua área de influência (ou hinterlândia) é tanto maior quanto o número e a qualidade dessas funções dentro de uma rede de cidades, entre as quais deve se estabelecer uma hierarquia. Moreira (2008a) descreve como a Geografia Neopositivista decreta a morte da história ao mesmo tempo em que concebia “uma idéia de espaço só com forma, sem conteúdo”. O espaço deveria comportar pontos (lugares/cidades) e linhas, que são redes, fluxos de transportes e informações, e as pessoas deveriam ser removidas do cenário.

Moraes (2007) afirma ser a *New Geography* uma continuidade da Geografia Tradicional¹⁴. “Uma mudança de forma, sem alteração do conteúdo social. Uma atualização técnica e lingüística” (MORAES, 2007, p. 110), portanto não haveria através desta corrente uma ruptura radical de pensamento, mas somente uma adaptação metodológica, com a aceitação do raciocínio dedutivo, a fim de possibilitar a constituição de uma Geografia aplicada. A *New Geography* não se concretizou como uma superação da Geografia Clássica, os problemas que se apresentavam na orientação positivista da primeira permaneciam. A “‘nova geografia’ não fez mais que precisar (matematicamente) as imprecisões da geografia tradicional” (GONÇALVES, 1982, p.

¹² Admite-se ambas as traduções para a teoria demonstrada no livro: Christaller, Walter. *Central Places in Southern Germany*. New Jersey: Prentice-Hall, 1966.

¹³ “*locations where particular functions, services and populations were concentrated*” (CRESSWELL, 2004, p. 19).

¹⁴ Geografia Tradicional é outra denominação dada, por alguns autores, a corrente clássica da geografia, que evitaremos utilizar, uma vez que consideramos o termo “clássico” mais adequado. A produção geográfica da abordagem clássica, muito rica e diversa, corre risco de ter seu significado reduzido com o emprego do termo “tradicional”, que poder interpretado como inadaptável, avesso às mudanças.

106, *apud* SPOSITO, 2004, p. 185)¹⁵, facilitando, desta forma a identificação de seus problemas. Para ambas as geografias, de orientação positivista, os problemas se encontravam na representação das formas, eram “problemas geométricos” (GOMES, 1997, p. 25), de localização e distância. A crise paradigmática continuava sem solução, pois como poderíamos explicar o caráter singular de um lugar através somente da forma? Como capturar seu significado e importância através somente da função que desempenhava?

À medida que, no âmbito anglo-saxônico se desenvolvia a *New Geography*, desenvolviam-se no âmbito francês outros caminhos, “vindo na forma da proposta da geografia ativa” (MOREIRA, 2009, p. 40), movimento desencadeado na década de 60, que se confrontava com as demandas de uma Geografia aplicada sem se render a elas. Pierre George, Yves Lacoste, entre outros geógrafos que participavam do movimento, questionavam a perspectiva utilitarista da ciência geográfica ao mesmo tempo em que desejavam uma Geografia menos ingênua, menos parecida com a “geografia dos professores”, como o próprio Lacoste denominava no seu livro “Geografia, isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra”, publicado em 1976. A proposta da “geografia ativa” consistiu em construir uma crítica à Geografia Clássica, certo, mas muito mais uma crítica a uma orientação de pensamento dentro da Geografia: a orientação positivista. Os pensadores da Geografia Ativa propunham uma ruptura em relação às formas positivistas da Geografia, aqui incluídas a Geografia Clássica e a *New Geography*, comprometidas com a manutenção do *status quo*. Desta proposta, mais radical, emerge a Geografia Crítica filiada ao pensamento marxista trazendo mudanças expressivas ao conhecimento geográfico. Deste movimento, de renovação pela Geografia Crítica, também tomaram parte Maximo Quaini, Milton Santos e David Harvey entre outros. Moreira (2008a) discute alguns temas acerca dos quais a Geografia Crítica avançou e outros que ele considera ausentes do cenário, apesar de considerá-los importantes. Não reproduziremos aqui todos estes temas por não serem imediatamente pertinentes ao trabalho, mas pontuaremos alguns, cuja importância na nossa discussão não será logo clara, mas tornar-se-á à medida que nos aprofundemos.

Moreira começa discutindo a crítica ideológica das geografias positivistas, colocando-a como um dos temas presentes nas reflexões desenvolvidas pela Geografia Crítica, nos primeiros momentos. De acordo como Moreira (2008a), esse momento

¹⁵ Eliseu Sposito cita: GONÇALVES, C. W. P. A Geografia está em crise. Viva a Geografia! In: MOREIRA, R. (org.). **Geografia: teoria e crítica**. Petrópolis: Vozes, 1982, p. 93-113.

deixa claro como a Geografia era um instrumento do poder instituído que a usava com o fim de ideologizar as massas e utilizar o território segundo os seus interesses. O segundo tema de abordagem trata do questionamento da própria idéia de espaço – e de outros conceitos e categorias fundamentais à disciplina – que possibilitava esse controle pelo poder instituído. Colocava-se a necessidade de questioná-los para então reformulá-los segundo novos objetivos, mais coerentes com a Geografia, ativa, que se pretendia construir. O espaço como objeto de estudo da Geografia, neste contexto, surgiria como outro tema bastante discutido pelos geógrafos da renovação marxista. Questionava-se o caráter transcendental e fetichizado dado ao espaço pela corrente positivista, mesmo que não intencionalmente, de acordo com Moreira (2008a). Os geógrafos da renovação marxista vêem como solução desse problema a sobredeterminação, que é senão a reciprocidade histórica entre espaço e sociedade, uma troca dialética entre determinado e determinante, “em que o espaço, uma vez criado como objeto pelos sujeitos no processo de criação da sociedade na história, se reverte por sua vez em criador dos próprios sujeitos da sua criação” (MOREIRA, 2008a, p. 33). Mas para Moreira essa solução não resolve de fato o problema, o espaço a depender da análise que se desenvolva ainda pode ser facilmente “reificado”. Alguns geógrafos tentam resolver esse impasse através de uma possível ontologia do espaço, não necessariamente dentro de uma abordagem estritamente marxista, o que discutiremos mais adiante.

Nos anos 60 outra corrente também se manifesta. Trata-se da Geografia Humanística que era, também, “em parte, uma reação para a nova ênfase dada ao espaço na ciência espacial” (CRESSWELL, 2004, p. 19, tradução nossa)¹⁶. Luckermann, Yi-Fu Tuan, Anne Buttimer, David Seamon, David Lowenthal e Edward Relph eram alguns dos geógrafos que se manifestaram dentro da corrente humanística, inclusive colocando a idéia de lugar como uma forma de dar ênfase a subjetividade e a experiência, a fim de se construir uma atitude que se confrontasse com a lógica dura da Geografia Neopositivista (CRESSWELL, 2004). Holzer, citando Luckermann¹⁷, coloca que este, retomando a obra de Sauer, explicou a Geografia como a ciência dos lugares. Para Luckermann o lugar estaria associado ao conceito primordial de localização, que por sua vez é definido como a relação entre sítio e seu entorno (HOLZER, 1999). O lugar seria o objeto geográfico mais óbvio, porque está imediatamente aparente na realidade,

¹⁶ “*in part, a reaction to the new emphasis on space in spatial science*” (CRESSWELL, 2004, p. 19).

¹⁷ Holzer cita: LUCKERMANN, F. Geography as a formal intellectual discipline and the way in which it contributes to human knowledge. *Canadian Geographer*, 1964, p. 167-172.

constituindo-se como um simples fato da experiência.

O mesmo Holzer (1997), citando Tuan, em um texto acerca da Geografia Humanística, descreve necessárias “aproximações humanísticas” (HOLZER, 1997, p. 10), propostas pelo mesmo autor, com o objetivo de resgatar a subjetividade nos estudos acadêmicos de geografia. Para o projeto de constituição desta Geografia foram fundamentais as contribuições filosóficas da fenomenologia e do existencialismo (CRESSWELL, 2004). Holzer cita Relph pensando essa contribuição, o qual explicou a fenomenologia proporcionando “uma visão holística e unificadora da relação homem-natureza” – já que “se torna impossível delimitar claramente o que é o sujeito e o que é o objeto” (HOLZER, 1997, p. 12) –, ao mesmo tempo em que criticava o cientificismo e o positivismo.

1.2. A GEOGRAFIA BRASILEIRA

a) A Geografia brasileira nasce clássica¹⁸

Moreira (2008a) coloca ser a matriz francesa da Geografia a matriz originária da Geografia brasileira. São geógrafos franceses¹⁹, discípulos, principalmente, do pensamento de La Blache, mas também de Brunhes, Reclus e Sorre, que na primeira metade do século XX vêm para o Brasil e contribuem para a formação e consolidação da disciplina geográfica no país.

Naquela Geografia, de caráter idiográfico, fortemente dependente do trabalho de campo e avessa às extensas reflexões teóricas, procurava-se na paisagem os elementos que determinariam as especificidades constituintes de uma região. Portanto, era uma Geografia essencialmente descritiva, ainda que observasse aspectos relacionais. As conexões/relações entre os elementos que particularizavam aquela região e os elementos que emprestavam contexto a região em questão não poderiam ser perdidas. O espaço no âmbito da Geografia Positivista Clássica era palco para as ações humanas.

¹⁸ De Ruy Moreira (2008a).

¹⁹ Abreu (1994) observa esse fato com uma ressalva: o verdadeiro introdutor da teoria francesa da geografia no Brasil foi Carlos Delgado de Carvalho, que já realizava um trabalho de atualização curricular nas escolas de nível elementar no Brasil já na década de 1910. Abreu também cita outro precursor, José Veríssimo da Costa Pereira, mais eclético, uma vez que esse também se familiarizara com o pensamento de Ratzel.

Abreu menciona o trabalho de um dos geógrafos franceses contribuintes do desenvolvimento da Geografia no Brasil. Trata-se do “Estudo Geográfico das Cidades” (de 1941) escrito por Pierre Monbeig. Este trabalho nortearia “o pensamento de inúmeros geógrafos brasileiros por mais de um quarto de século” (ABREU,...). Nele constavam uma “uma série de etapas metodológicas, cada uma direcionada à observação e obtenção (...) dos dados exigidos para a elaboração de cada segmento da monografia urbana” (ABREU,...), que seriam basicamente seis: “o sítio, a posição, a evolução histórica, a fisionomia e estrutura, as funções urbanas e o raio de ação da cidade” (ABREU, 1994, p. 206). Nesta obra Monbeig reafirma a distância que a Geografia deve manter da discussão relacionada a economia, ao mesmo tempo em que deveria se manter próxima do meio natural.

Entre as décadas de 40 e 80 do século XX, foram realizados vários trabalhos de Geografia Urbana que utilizam os procedimentos (integral ou parcialmente) descritos por Monbeig no seu texto supracitado. Poderíamos considerar que alguns destes trabalhos desenvolveram as primeiras reflexões sobre alguns atributos que hoje delegamos a noção de lugar. Assim afirmamos por conta, principalmente, da escala do objeto estudado, geralmente equivalente a uma área relativamente pequena e *contínua*. Foram realizados trabalhos, segundo Abreu (1994), sobre os pequenos núcleos urbanos; assim como trabalhos sobre a estrutura urbana quando se observavam espaços intraurbanos como os subúrbios e os bairros. O ponto em comum que ligava esses trabalhos entre si eram os procedimentos metodológicos da monografia urbana “monbeigiana”, principalmente a descrição da posição/localização e a descrição das funções.

Organizada inicialmente pelos geógrafos do Rio de Janeiro e São Paulo, a AGB (Associação dos Geógrafos Brasileiros) teve um papel relevante no desenvolvimento da Geografia brasileira. Abreu descreveu como nas Assembléias Gerais, realizadas desde a década de 40, eram momentos de reafirmação da teoria (aquela herdada da escola francesa) baseada no trabalho empírico e de viés naturalista. Nas assembléias eram realizados trabalhos de campo envolvendo todos os participantes, por isso elas eram organizadas em cidades de pequenas dimensões onde o contato com a paisagem natural fosse facilitado. Não percamos de vista que se tratava de um esforço de particularizar uma determinada área a partir da leitura de sua paisagem. Poderíamos reconhecer o trabalho de campo como o modo idiográfico de construção do lugar (ou melhor, de uma noção de lugar-região que pode ser considerada uma das noções primordiais da idéia de

lugar na Geografia).

Na década de 40, pesquisadores de outros estados – além de São Paulo e Rio de Janeiro – também acompanhavam essa evolução do pensamento geográfico brasileiro. Bitoun (1994) faz um significativo resgate desse processo na cidade do Recife. Esse autor mostra como a Geografia que se desenvolvia no Recife, na década de 40, também seguia os mesmos moldes vidalianos já apropriados pelo Sudeste. Segundo o próprio era uma Geografia da paisagem que privilegiava o visível, formas e funções. Para essa análise, Bitoun se apropria da produção de dois geógrafos da época: Josué de Castro e Mário Lacerda de Melo. Em ambos vemos dois extremos. Quanto aos mangues, por exemplo, o primeiro “celebra com lirismo os mangues que ‘foram pouco a pouco entrelaçando suas raízes e seus braços numa amorosa promiscuidade, e foram, assim, consolidando a sua vida e a vida do solo frouxo das coroas de lodo donde brotaram’(CASTRO, 1967, p. 14)” (BITOUN, 1994, p. 31). Já Mário de Melo, ao contrário, vê no mangue

“(…) um acidente informe que altera com lugares arenosos e mais elevados ou se oculta por trás deles. Quase não é terra nem água sendo uma coisa e outra ao sabor do movimento das marés. Mas até a na baixa maré é antes lama do que terra. Seu aspecto repelente traduz-se na própria constituição indecisa, ambígua, neutra.” (MELO, 1940, p. 44 *apud* BITOUN, 1994, p. 31)²⁰

Em ambos a extensão do ponto em questão é observada, através de uma descrição que explicita um forte conteúdo político, a revelia da pretensa imparcialidade científica que a corrente geográfica clássica se atribuía. O artigo de Bitoun observa essa divisão entre os dois autores, que permanece também quanto a outros elementos da cidade. Para Bitoun (1994), opiniões tão extremamente diversas são um sintoma do embaraço de ambos em explicar os conflitos de Recife com o método clássico da Geografia. A cidade do Recife deveria desenvolver-se, civilizar-se enfim. Em nenhuma das visões, percebamos, os mocambos e os mangues são analisados a luz da evolução da modernidade capitalista em uma cidade de um país subdesenvolvido. Observamos também que, em nenhum momento, Bitoun refere-se a esses pontos descritos pelos autores citados como lugares, entretanto, reconhece-se que são pontos que foram – pelos autores, Castro e Melo – particularizados em uma descrição da paisagem e numa retrospectiva histórica, alguns dos processos metodológicos caracteristicamente

²⁰ Bitoun cita: MELO, Mário Lacerda de. **Pernambuco**: Traços de sua geografia humana. Recife: Gráfica Jornal do Comércio, 1940.

realizados para delimitar o lugar.

Voltando ao eixo São Paulo e Rio de Janeiro, Abreu (1994) apontou uma renovação das temáticas adotadas pela Geografia no final da década de 50. Segundo esse autor, as assembléias da AGB, no período, foram decisivas para que essa renovação caracterizasse um movimento. As monografias urbanas, demasiadamente descritivas, perderam relevância diante de um país que se urbanizava rapidamente e necessitava ser explicado. As cidades cresciam e a Geografiaurgia em encontrar seu papel nesse processo. A teoria geográfica evolui e transforma a cidade em ponto polarizador de uma região, portanto capaz de intervir no quadro regional, organizando e ordenando. A década de 60, para a Geografia urbana brasileira, torna-se a década na qual a disciplina geográfica encontra sua aplicabilidade no planejamento urbano-regional, e mais especificamente, no estudo da metrópole e de suas funções regionais. Os estudos intraurbanos perdem importância e a cidade torna-se o nó de uma rede que dá coerência a região. A cidade torna-se um ponto. Unidimensional e localizável, perde a paisagem e a forma, ficando só com as funções direcionadas às redes. A evolução da metrópole e sua área de influência tornam-se alguns dos principais temas estudados pela Geografia Clássica relativos a cidade e ao urbano, e assim permanece até a década de 70.

b) A Geografia brasileira a partir da Década de 70

Carlos explica, em texto sobre a história da Geografia Urbana apresentado no primeiro Simpurb, que a “fase descritiva [da geografia] não foi eliminada, mas superada”. As metodologias utilizadas – “a localização, a descrição e os procedimentos empíricos” – pela Geografia Clássica continuavam sendo “parte integrante dos trabalhos no sentido de que aparecem como primeiro passo fundamental para a elaboração da análise da real compreensão do fenômeno” (CARLOS, 1994, p. 158), cuja descrição é somente uma primeira aproximação.

Segundo Geiger:

A presença das correntes de pensamento não pode, pois, ser vista, forçosamente, numa ordem seqüencial. Embora o seu surgimento tenha seguido um desenvolvimento histórico, o aparecimento de novas correntes não significa o desaparecimento das anteriores que podem continuar se desenvolvendo. Daí o emprego da palavra ‘neo’. Uma vez instaladas, as diversas matrizes podem correr paralelas, interagir e eventualmente se re-encontrar. (GEIGER, 1999, pp. 24-25).

No entanto, é bom delimitarmos quando podemos observar, de fato, uma ruptura entre o período no qual se desenvolvia uma geografia (ou geografias, já que a corrente positivista de modo algum era homogênea) com abordagens positivistas, e o momento no qual, novas abordagens, de várias correntes teórico-metodológicas, começam a ser experimentadas. De acordo com Carlos, esse momento, no Brasil, pode ser reconhecido a partir da década de 70.

Os últimos anos da década de 70 e os anos da década de 80 marcam uma mudança radical nos modos de pensar, fazer, sentir e ensinar a geografia. Novos temas aparecem e mais particularmente novas abordagens teórico-metodológicas se impõem de forma definitiva. (CARLOS, 1994, p. 159).

Geiger (1999) observa como as reuniões de geógrafos na década de 70, por conta desta Geografia que se revisitava, consistiam em debates vibrantes e discussões verbais intensas. Moreira (2008a) converge com Geiger quando, distinguindo duas fases no movimento de renovação da Geografia, reconhece que na primeira fase, nos “anos de virada das décadas de 1970-80” (MOREIRA,...), ocorrem mudanças efetivas, de crítica de fato “sobre o sentido e significado do discurso geográfico” (MOREIRA,...). A emergência da mudança demonstrou-se, por exemplo, às reuniões da AGB na década de 70. Transformadas as reuniões, foram deixados de lado aqueles trabalhos de campo que lhes foram tão característicos desde a década de 40. Segundo Abreu (1994), já em 1972, no I Encontro Nacional de Geógrafos em Presidente Prudente, não houve o trabalho de campo. Uma demonstração do desgaste que a Geografia Clássica apresentava. Para Moreira (2008a) essa primeira fase caracterizou-se como um movimento de redescoberta da Geografia. Já na segunda fase, a partir da década de 80, aconteceu uma opacificação do movimento, na qual “a renovação vira uma oficialidade (...), muda o ritmo e o sentido de rumo e assim confunde sua primazia e se consome nessa mudança” (MOREIRA, 2008a, p. 36).

Fazendo parte do processo de renovação, no seu início, encontramos uma forma revisitada da Geografia Clássica, a qual se denominou Geografia Neopositivista. Carlos (1994) explica que, durante a década de 70, a Geografia Neopositivista, surgida como crítica a Geografia Clássica, influenciava trabalhos de Geografia Urbana no Rio de Janeiro – através do IBGE e da UFRJ – e em Rio Claro – na Unesp – ao mesmo tempo em que na USP predominava “desdobramentos” da Geografia Clássica da escola francesa. Poderíamos dizer que a emergência da Geografia Neopositivista,

matematizante, foi uma resposta tardia da Geografia brasileira à pergunta “como se faz ciência?” que deve nortear, segundo Boaventura de Souza Santos (1988, *apud* CASTILLO, 2001)²¹, a “primeira ruptura epistemológica”, cujo fim é a “criação de uma nova linguagem (em grande parte matemática) e uma nova racionalidade” (CASTILLO, 2001, p. 178). Vivia-se o período do regime militar e a atividade do planejamento ganhava lugar de destaque, “inicialmente restrita às esferas setoriais, logo se espalhou também para a escala territorial” (ABREU, 1994, p. 236), se utilizando das contribuições das diversas disciplinas, pois ganhava importância para o crescimento econômico do país os planos de ordenamento territorial. A Geografia Neopositivista, modelística, tornou-se ideal para a elaboração de instrumentos úteis à realização dos planos, além do que a matemática – que ela adotava – tornava-a apta a dialogar com outras disciplinas, já legitimadas no âmbito do planejamento, que adotavam a mesma linguagem científica (ABREU, 1994).

Carlos descreve também como os diversos autores da Geografia Clássica realizada a essa época, década de 70, na USP, ainda construíam trabalhos cujos procedimentos metodológicos consistiam naqueles descritos por Pierre Monbeig no seu livro “Estudios Geográficos da Cidade”, de 1941. Resumindo, tratava-se de localizar a cidade, ou espaço no interior dela, e discutir a função que lhe correspondia, sem isolar o espaço em questão. De acordo com esses trabalhos “a cidade é o elemento em torno do qual se organizam as regiões; onde a centralidade é vista pela avaliação do agrupamento urbano funcional, cuja ação em relação aos outros espaços se exerce pela sua polarização” (CARLOS, 1994, p. 162).

Essa geografia que se desenvolvia na USP não tinha a orientação nomotética característica da Geografia Neopositivista, portanto não via a cidade enquanto um todo homogêneo indistinto, nem buscava uma teoria geral a partir de modelos de apoio matemático (CARLOS, 1994). A cidade era estudada por uma teoria geográfica tradicional “tensionada”, onde a mesma “aparece como ‘fato-expressão’ da região a que pertence, assim como instrumento ativo de sua organização (ampliação espacial) e articulação entre os espaços chamados periféricos em relação ao espaço urbano total” (CARLOS, 1994, p. 166). De fato, estuda-se bastante a metropolização em curso, e como ela se denuncia na articulação entre as cidades que constituíam a região metropolitana. Estudam-se as cidades através da função, ou das funções, que estas

²¹ Castillo cita: SANTOS, B. S. Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. **Estudos Avançados**, vol. 2, nº 2, 1988.

desempenham em relação ao todo. Alguns autores realizam o esforço de entendimento das contradições que operam, enquanto outros somente as reconhecem, como diferenças.

Importante observar que a preocupação da Geografia de orientação positivista na década de 70 (e até o início da década de 80) se deslocava do “lugar em si para o entendimento do espaço de suas articulações mais amplas, sem ignorar as determinações específicas do lugar” (CARLOS, 1994, p. 173). Entendia-se a totalidade como um todo articulado, no entanto ela ainda aparecia “como reunião de coisas” (CARLOS, 1994, p. 173). Abreu (1994) também observou essa tendência na geografia brasileira, onde eram predominantes os estudos interurbanos em relação aos estudos intraurbanos. Uma tendência que ele remeteu “às demandas provenientes do sistema de planejamento territorial e regional” (ABREU, 1994, p. 237). Entretanto, as pesquisas sobre o intraurbano, apesar de minoritárias, continuaram, mas sobre novas fundações teóricas. O excepcionalismo, da Geografia Clássica, gradativamente estava sendo abandonando, os geógrafos buscavam leis, generalizações que fossem válidas para os mais diversos casos. Na ausência de material que discutisse o espaço intraurbano da cidade nessa perspectiva, os geógrafos, na época, valeram-se do conhecimento produzido em outras áreas, como a sociologia. Muito do que foi produzido neste período, segundo Abreu, sofreu influência, por exemplo, da ecologia humana. Eram trabalhos que apontavam variados padrões de distribuição de fenômenos no espaço urbano, revelavam as configurações visíveis da cidade, assim como outras dimensões do urbano que não poderiam ser observadas, muitas vezes com o fim de subsidiar o planejamento (ABREU, 1994).

Bitoun (1994), analisando o desenvolvimento da Geografia Urbana no Recife, ilustra como o movimento de superação da Geografia Clássica de herança francesa não foi um movimento isolado no sudeste. Essa superação tornou-se necessária em várias regiões do Brasil, visto que a Geografia Clássica ignorava as “práticas sociais conflitantes” (BITOUN, 1994, p. 29) cada vez mais freqüentes não só na cidade do Recife, mas em qualquer outra grande cidade de um país que se urbanizava rapidamente. “A cidade apresentava-se, em suma, como um objeto rebelde à metodologia clássica do geógrafo” (BITOUN, 1994, p. 30). Bitoun coloca como, na mesma década de 70, também surgem, no Recife, trabalhos que se debruçavam sobre as contradições da cidade que crescia, através de uma abordagem regional, na qual se avaliava a demasiada força político-econômica das metrópoles brasileiras recém-criadas

em relação à região que as mesmas polarizavam. Bitoun descreve como os geógrafos chamavam atenção para o tratamento apenas urbanístico dado às cidades pelos arquitetos e urbanistas através dos planos diretores. Também Silva (1994) faz a mesma observação e acrescenta como esses planos essencialmente urbanísticos eram “puramente físicos, contendo basicamente incursões no que tange ao plano viário” (SILVA, 1994, p. 57). Ignoravam-se as contradições que se explicitavam no espaço.

Os planos regiam apenas a cidade oficial, formal, aquela enquadrada nos compêndios dominantes à época. Aspectos da pobreza e miséria – ligados ao desemprego, subemprego e, conseqüentemente, aos problemas de saúde, educação, habitação, saneamento etc – da cidade informal não eram contemplados (SILVA, 1994, p. 57).

Observamos aqui, usando as palavras de Bitoun, como aqueles trabalhos, por conta da “ênfase dada à problemática regional” (BITOUN,...), apresentavam “uma postura de exterioridade, no que se refere o espaço intraurbano, que é tratado de forma descritiva” (BITOUN, 1994, p. 38). Os bairros eram apresentados por uma visão funcional que os vinculava ao papel da circulação, e somente. A Geografia, a época (década de 70), conseguia apreender as contradições na escala do país e da região, mas “não identifica o espaço urbano restrito como território(s) de práticas contraditórias de múltiplos atores sociais” (BITOUN, 1994, p. 41). E os lugares, onde estão?

Abreu (1994) discute alguns trabalhos, ainda que poucos, sobre o espaço intraurbano. Aqueles que além de comportarem algumas premissas teóricas de orientação positivista, também “beberam” da teoria de outras disciplinas e que resultaram, portanto, em trabalhos teoricamente híbridos. Eles podem ser observados, no período, em diversos pontos do Brasil. Não vamos reproduzir aqui a descrição detalhada realizada por Abreu, visto que nos estenderíamos em pontos não tão pertinentes aos temas que desenvolvemos. Observamos somente duas modalidades de trabalhos realizados acerca do tema *padrões locacionais*. Uma modalidade que privilegiou “a forma como diversas atividades se entrelaçam no espaço da cidade, dando origem a usos do solo urbano diferenciados em cada uma das suas partes” (ABREU, 1994, p. 244), e outra que privilegiou o “estudo de determinadas parcelas do espaço urbano” (ABREU, 1994, p. 241) explicando a estrutura espacial de bairros ou caracterizando e delimitando áreas centrais de diversas cidades. Em ambas as modalidades podemos verificar o interesse da Geografia por espaços singulares. Abreu ainda chama atenção para um avanço que alguns desses trabalhos apresentaram relativo

à mobilidade intraurbana, organizando/desorganizando difentes espaços no interior da cidade. Aqueles autores discutiam os lugares? Se pensarmos esses espaços sob a ótica da noção contemporânea de lugar, de limites fluidos, caráter existencial, entre outras características, não poderíamos chamá-los assim. Aqueles espaços diferenciados somente possuíam alguns dos atributos da idéia atual de lugar, correspondentes à singularidade das funções que desempenhavam ou das formas que continham.

As geografias de orientação positivista – seja Neopositivista ou uma Positivista “revisitada” – não permaneceriam intocadas ainda por muito tempo. O processo de renovação contava com outras geografias além da Neopositivista. Outras correntes de pensamento se estruturaram para realizar suas respectivas críticas em relação às geografias de orientação positivista, incluindo a sua forma revisitada, neopositivista. Afinal a realidade se complexificava e emergia a necessidade de se pensar novas teorias para explicar a nova cidade que surgia com a intensificação do processo de urbanização, especificamente, no Brasil. Na década de 70, a Geografia Neopositivista estava em vias de superação nos EUA e Europa, mas no Brasil ela ainda ocupava um espaço considerável. A crítica era uma: a Geografia Neopositivista pretendia “encaixar” o mundo real em modelos ideais e, portanto, distantes da realidade. “Daí, não podiam mesmo dar uma resposta concreta às crises que afetavam o mundo àquela época” (ABREU, 1994, p. 244). Mas, especificamente, como estas crises afetavam a realidade do Brasil urbano naqueles anos? Como esta conjuntura inquietou a comunidade geográfica a ponto de estimular o surgimento destas novas geografias?

A urbanização brasileira na década de 70 se apresentava em expansão. A população urbana aumentava, novos setores produtivos –urbanos – surgiam, juntamente com esses processos, novos problemas apareciam. Por exemplo, uma mão-de-obra não qualificada que migrava do campo para as cidades a procura de emprego, encontrando grandes dificuldades em se radicar na cidade. A urbanização acelerada e generalizada tal como ocorreu no Brasil gerou cidades em crise que foram terreno fértil para o surgimento de movimentos sociais “em torno de demandas por equipamentos de consumo coletivo e infra-estrutura técnica e social, tendo como principais espaços de gestação os loteamentos irregulares de periferia e as favelas” (SOUZA, M. L., 2007, p. 2). É essa realidade conflituosa que realidade necessitava de novas teorias explicativas. As geografias de orientação positivista não davam conta da explicação daquelas cidades que se desenvolviam e se intensificavam. Segundo Abreu (1994), duas outras propostas surgiriam com o objetivo de dar conta de explicar a realidade urbana brasileira que se

constituía a medida que se complexificava. Uma proposta neoliberal, “resultado de uma crítica interna da teoria econômica neoclássica” (ABREU, 1994, p. 249), que rejeitaria alguns pressupostos dela, questionando, por exemplo, a neutralidade do Estado, mas que não significaria de fato uma ruptura com o modo (neo)positivista de pensar; e uma proposta proveniente do pensamento marxista.

Referindo-nos primeiro a proposta neoliberal, focamos em duas temáticas entre outras descritas por Abreu (1994): a segregação urbana e os processos espaciais. A primeira temática, podemos dizer, contém trabalhos com pertinentes análises da criação de espaços diferenciados em virtude dos processos de segregação. Estes trabalhos acusaram duas “forças” de segregação nas cidades brasileiras: “as forças de autosegregação que orientam as decisões locacionais de uma elite privilegiada e, de outro, as forças impostas de segregação, que enquadram em limites bastante rígidos as opções que se oferecem às classes sociais dominadas” (ABREU, 1994, p. 254). Quanto a segunda temática, Abreu descreve estudos que consistiam em análises sobre resistências e mudanças presentes nas paisagens urbanas, responsáveis pela diferenciação de alguns espaços na cidade.

Carlos defende que essa crise somente seria explicada pela abordagem materialista²², uma das novas teorias que constituiriam a Geografia Nova. Segundo a autora, essa abordagem “permite pensar o urbano como unidade do diverso em suas múltiplas contradições, isto é, permite o desnudamento de sua natureza contraditória” (CARLOS, 1994, p. 165). Citaremos Boaventura Souza Santos (1988, *apud* CASTILLO, 2001) e admitiremos que a apropriação da teoria materialista pela Geografia seria uma resposta da disciplina à pergunta: “para que queremos ciência”, no caso, a geográfica? Para Boaventura Souza Santos esta pergunta significaria uma “segunda ruptura epistemológica” surgida por conta das demandas de uma realidade onde as desigualdades se aprofundavam e os problemas sociais se agravavam.

Em 1978, durante o 3º Encontro Nacional de Geógrafos, realizado pela AGB em Fortaleza, é apresentada com considerável apoio dos presentes, a proposta de uma “Geografia Nova”, crítica, de orientação marxista. Na década de 70, na USP surgiriam os primeiros trabalhos de orientação materialista que fariam a crítica decisiva da Geografia de orientação positivista, oferecendo a tão necessária ruptura teórico-metodológica. Nestes trabalhos a cidade iria aparecer como produto e condição para a

²² Consideraremos, ao longo deste trabalho, os termos materialista e marxista como equivalentes.

produção e reprodução do capital e da vida humana. Carlos (1994) descreve avanços metodológicos que foram capazes de incluir, por exemplo, as favelas, que na análise das geografias positivistas eram vistas como problemas, resultados do mau planejamento do espaço. No âmbito do materialismo as favelas são observadas como a contraparte necessária da acumulação do capital e da reprodução da força de trabalho no contexto da formação sócio-econômica brasileira. Para Silva, também, a Geografia devia se concentrar sobre as contradições, descobrindo “as ‘cidades’ na cidade” (SILVA, 1994, p. 49).

A Geografia Crítica, de orientação materialista, representou a ruptura teórico-metodológica em relação às geografias anteriores de orientação positivista, nas suas diversas formas. Para começar, o espaço, nesta corrente, não é externo ao homem, mas produzido por ele, e vice-versa, caracterizando uma sobredeterminação, como já colocamos anteriormente, citando Moreira. A cidade era vista como a viabilizadora da revolução, pois é nela que se acumulam e se acirram as contradições originárias da produção capitalista, criando uma “verdadeira ‘unidade de ruptura’” (ABREU, 1994, p. 260). Essa visão foi especialmente profícua no Brasil, pois na passagem da década de 70 para os anos 80, o regime militar encontrava-se no seu ocaso, o que estimulou a reivindicação, pelos movimentos sociais, de maior participação popular no processo de tomada de decisões no âmbito institucional.

Abreu coloca alguns temas que mais atraíram a atenção dos pesquisadores filiados a Geografia Crítica. Citamos aqui neste trabalho, somente aqueles estudos que consideramos pertinentes por implicarem, de alguma forma, na análise de um espaço diferenciado ou de um processo de diferenciação. Entre diversos temas, desta forma, apontamos: o modo como “a classe trabalhadora participa do processo de construção do espaço urbano” (ABREU, 1994, p. 265), em aparente desordem, que é senão uma ordem possível e sempre heterogênea, constituída por “ordens”, enfim, que sempre estabelecem espaços diferenciados; e o tema da produção/destruição/reprodução dos espaços intraurbanos, que vários trabalhos demonstram a partir de estudos nos quais determinadas partes da cidade, geralmente bairros, passam por sucessivos processos de valorização, desvalorização, revalorização de acordo com as conveniências das forças capitalistas atuantes no espaço urbano.

As reflexões e inquietações que “dialogaram” com a Geografia Urbana ao longo da década de 80, talvez tenham sido o “combustível” da criação dos Simpurbs. Professora Maria Encarnação Sposito, assim como professora Nelba Azevedo Penna,

colocam, em entrevista, que o Simpurb surge no bojo do movimento de renovação da Geografia, uma “tentativa de superação de uma abordagem estritamente empírica, que nunca foi de fato estritamente empírica, mas que nos anos 80 assim se avaliou” (professora Maria Encarnação Sposito, entrevista realizada em 2009).

As reflexões da Geografia Urbana se desenvolviam ao longo do movimento de renovação da disciplina, e ocorriam, também, concomitantes ao processo de redemocratização do país – que se urbanizava rapidamente. São três processos que inevitavelmente refletiram na produção geográfica da época. Tantas e férteis reflexões “pediam” um espaço adequado para o desenvolvimento delas, um evento que se propusesse a realizar os desenvolvimentos necessários, com a profundidade de análise e rigor que se pretendia. Afinal, o urbano e a cidade brasileira precisavam ser pensados, nas suas especificidades. Não por acaso, o primeiro Simpurb se realiza na cidade São Paulo, em 1989. São Paulo já era a maior metrópole nacional do Brasil, na frente, inclusive do Rio de Janeiro, a segunda maior, e relativamente próxima. Ambas já apresentavam os problemas da metropolização, como violência, favelização, congestionamento, especulação imobiliária etc. Problemas que precisavam ser estudados, pensados. Para tanto, as duas cidades também concentravam a grande maior parte dos estudantes de pós-graduação do Brasil, e alguns dos principais cursos de geografia. É nesse contexto que se organizou o primeiro Simpurb foi, fundamentalmente, “um balanço da geografia urbana brasileira” (Professora Maria Encarnação Sposito, entrevista realizada em 2009). Fizeram-se retrospectivas, observou-se a evolução da geografia urbana brasileira até ali, nacional e regionalmente, diagnosticou-se a cidade e o urbano no Brasil e a necessidade de se pensar alternativas ao estado das coisas tal como se apresentava.

O lugar, de acordo o professor José Borzacchiello da Silva, não apareceu neste primeiro Simpurb, e isso aconteceu por conta do referido contexto, o qual incluía o fim do período ditatorial e o início da redemocratização do país. Vivia-se um novo período, de efervescência política, de organização partidária.

(...) a palavra de ordem da geografia estava pautada no conceito de espaço. Nós estávamos pensando numa perspectiva de uma totalidade muito mais ampla que tivesse uma dimensão do Estado Nacional, mas também uma dimensão global e compreendendo o conceito de espaço no contexto do modo de produção capitalista (Professor José Borzacchiello da Silva, entrevista realizada em 2009).

Os geógrafos viviam o período pós-autoritário e necessitavam construir uma

noção mais próxima do real da nação, com o objetivo de reorganizá-la. A professora Maria Encarnação Sposito, reconhecendo a pouca discussão direta sobre a noção de lugar nos Simpurbs – em espacial, nos primeiros – dá outras justificativas para esse fato. Para a professora Sposito, a dominância do materialismo histórico como perspectiva teórico-metodológica nos primeiros Simpurbs, contribuiu para ausência dessa discussão, já que naquele momento o lugar não parecia uma noção prioritária. É a professora Sposito que afirma, em entrevista:

(...) o conceito de lugar veio muito mais associado a outras perspectivas que a gente poderia englobar aí um grande campo da hermenêutica, da fenomenologia, e como este campo do ponto de vista dos métodos, do método, não era o mais valorizado naquele período, naturalmente não havia pesquisa, não havia pesquisadores, portanto não havia mesa redonda (Professora Maria Encarnação Sposito, entrevista realizada em 2009).

Silva (1994), em texto apresentado no primeiro Simpurb, apontava a continuidade da crise na Geografia, com a renovação, e a fim de ilustrá-la (a crise) ele demonstrou a dificuldade da disciplina em delimitar seu objeto e seu campo de estudo. Situação que também se estendia à Geografia Urbana, em específico: “O que se pretende afirmar é que a Geografia Urbana, contendo as ambigüidades da ciência, encontra dificuldades para se firmar enquanto ramo do saber geográfico” (SILVA, 1994, p. 49). Outros caminhos estavam sendo pensados com o objetivo de superação da conjuntura de crise. Abreu (1994) convidava para um retorno ao lugar que, segundo ele, vinha sendo negligenciado pela crítica radical, a qual optou, predominantemente, em explicar espaços singulares através de explicações generalizantes, uma vez que padrões espaciais – ainda que diferentes – intimamente ligados entre si devem ser explicados pelos mesmos processos sociais (MASSEY, 1985, *apud* ABREU, 1994)²³. Para Abreu, o retorno ao lugar não seria um retorno à teoria da diferenciação de áreas, por exemplo, já que este espaço singular estaria obrigatoriamente sendo pensado no contexto de uma totalidade dinâmica, mas o reconhecimento deste recorte específico “apresenta também um movimento próprio, distinto, que interage com o movimento das estruturas [teóricas gerais]” (ABREU, 1994, p. 280). Geiger (1999), no Simpurb de Salvador, em 1997, colocava como a instância cultural da sociedade, nos limites da ciência geográfica, estava sendo revalorizada, uma resposta à realidade que se complexificava e se tornava mais diferenciada. “O processo cultural é motivador de necessidades e aspirações de um

²³ Maurício de Abreu cita: MASSEY, Doreen. New directions in space. In: GREGORY, Derek & URRY, John (orgs.). **Social relations and spatial structures**. London: Macmilian, p. 9-19, 1985.

público urbano heterogêneo” (GEIGER, 1999, p. 26-27).

Como se daria o retorno, teórico-metodológico, ao lugar? De diversas formas, mas poremos foco, neste trabalho, naquele caminho que atravessa a existência, para chegar ao lugar. Um lugar indissociável da vida cotidiana, das dinâmicas que a constituem e que inevitavelmente se espacializam.

2. SOBRE O ESPAÇO E O LUGAR

A atual crise que se desenvolve na ciência e em específico na geografia deriva da dificuldade contemporânea de se apreender a riqueza da realidade e, portanto, de se entender e conseguir ver o que é real. A crise surge na forma de uma aceleração demasiada das transformações do mundo atual. Surge um admirável mundo novo, e novos conceitos, ou antigos ressignificados, deverão explicá-lo. Silveira (2006) coloca, por exemplo, a dificuldade de a geografia superar a extensão geométrica como o eixo da sua epistemologia e coloca a necessidade de se “formular um novo paradigma epistemológico” (SILVEIRA, 2006, p. 82). Pretendemos, através desse trabalho, contribuir teoricamente na direção de compreendermos, ao menos, nossas possibilidades de alcançarmos a realidade. Claro que faremos isso dentro das possibilidades e dos limites da ciência a qual nos “filiamos”: a geografia.

Nosso ponto de partida é a dimensão na qual o real acontece, ou se “realiza” – se é que podemos falar dessa forma, com esses verbos – começamos assim do cotidiano e daquela instância geográfica – mas também antropológica, sociológica, filosófica – na qual a existência é surpreendida: o lugar. Começamos da escala da existência, como bem nos coloca Buttimer (1982) e Silveira (2002). O lugar é uma noção já bastante rica e cheia de possibilidades. Porém, como dissemos, queremos observar a riqueza da realidade. Por isso escolhemos analisar o lugar na cidade, no espaço urbano por excelência, onde todas as diferenças se concentram, no qual as desigualdades – principalmente nos espaços periféricos – se acirram. É Lefebvre que afirma:

Ao mesmo tempo que lugar de encontros, convergência das comunicações e das informações, o urbano se torna aquilo que ele sempre foi: lugar do desejo, desequilíbrio permanente, sede da dissolução das normalidades e coações, momento do lúdico e do imprevisível (LEFEBVRE, 2006, p. 79).

Augé, rapidamente, descreve como os lugares das cidades antigas francesas propiciavam o encontro e a mistura de itinerários singulares. Neles trocavam-se palavras e esqueciam-se as solidões por um instante, “na porta da igreja, da prefeitura, no caixa do café, na padaria” (AUGÉ, 1994, p. 64). Esses lugares antigos ainda existem? Transformaram-se? O que lhes aconteceu? A resposta a essas perguntas talvez comece com a reconstrução da noção de lugar a fim de aprendermos a reconhecê-lo no mundo atual. A reconstrução começa com o seu contexto primário de existência: o contexto de um espaço geométrico.

Se se concebe o espaço através de uma concepção geométrica, o lugar torna-se ponto, com atributos que podemos descrever, a depender da escala que escolhemos. Num espaço assim colocado, as sucessivas escalas escolhidas implicam numa sucessão de pontos e cenários a serem, respectivamente, localizados e descritos. No caso, “o que podemos formular e reconhecer a partir de uma epistemologia da extensão são os espaços da racionalidade, isto é, os espaços que podem ser explicados pela idéia de distância e pelas suas diferentes formas de vencê-la” (SILVEIRA, 2006). A mesma autora explica como é mais fácil “ver” a produção e os produtores das solidariedades organizacionais²⁴. Fácil, relativamente, porém a realidade humanamente construída de todos os dias, a todo o momento, está contida somente nos espaços da racionalidade hegemônica onde predominam as solidariedades organizacionais? “(...) este mundo que nós temos diante de nós para ser investigado, não é apenas um mundo de especializações produtivas modernas, mas sobretudo um **espaço banal**²⁵” (SILVEIRA, 2006, p. 89, grifo nosso), ou seja, a realidade não é constituída somente dos pontos onde atuam os agentes hegemônicos, mas é um espaço de todos, e portanto de várias racionalidades.

Hoje, se escolhemos o lugar, é porque intencionamos trabalhar diretamente com um espaço, que denominamos neste início, de espaço existencial. As implicações, no lugar, desse caráter existencial do espaço, explicaremos mais adiante. Agora, nos deteremos sobre esse aspecto, existencial, do espaço. Armando Corrêa da Silva afirma esse caráter do espaço. Ele pretendia com esse intuito superar a geografia surgida da lógica formal (de origem aristotélica) e da concepção kantiana de espaço. Para Silva o espaço geográfico como lugar não pode ser considerado sem o homem, habitante ou produtor. “Essa população [de homens] percebe e toma consciência do espaço em que vive e trabalha” (SILVA, 1988, p. 7). Guimarães e Silva (2009), a fim de traçar o espaço como existência do existente humano, explicam a necessidade da categoria processo e como o processo implica em mudança e diferença. O espaço “sendo ser, deve se mover” (GUIMARÃES; SILVA, 2009, p. 6), ou, ir da totalidade à particularidade. Guimarães e Silva (2009), com o objetivo de aprofundarem-se, recorrem ao conceito de heterotopia trabalhado por Harvey. A heterotopia, para Harvey, citando Hetherington e

²⁴ A solidariedade organizacional: “as regiões existem hoje porque sobre elas se impõem arranjos organizacionais, criadores de uma coesão organizacional baseada em racionalidades de origens distantes, mas que se tornam um dos fundamentos da sua existência e definição” (SANTOS, 2006, p. 285).

²⁵ “O espaço banal é o espaço de todos, “todos os capitais, todos os trabalhos, todas as técnicas e formas de organização podem aí se instalar, conviver e prosperar” (SANTOS, 2006, p. 322).

Foucault, “organiza uma parcela do mundo social de uma maneira distinta do ambiente que a circunda. Essa ordenação fluida marca esses espaços como Outros e lhes permite ser considerados um exemplo de maneiras alternativas de fazer as coisas” (HETHERINGTON *apud* HARVEY, 2009, p. 241-242)²⁶. Os espaços heterotópicos na cidade podem abrigar “formas de comportamento e de política desviantes e transgressoras” (HARVEY,...) que são importantes enquanto são demonstrações de lugares onde a vida é vivenciada de modo distinto. Para Harvey, não precisamos procurar na imaginação as alternativas aos espaços que tendem tipicamente a homogeneização, basta “olhar em volta” nos espaços heterotópicos, pois é “no interior desses espaços que alternativas podem tomar forma, e é a partir deles que se pode elaborar uma crítica mais eficaz de normas e processos existentes” (HARVEY, 2009, p. 242). Já podemos divisar nestes espaços heterotópicos um pouco do lugar que pretendemos penetrar, assim como a riqueza de suas possibilidades.

Guimarães e Silva ainda desenvolvendo a noção de espaço existencial, citam Harvey, a fim de explicar o caráter relacional²⁷ desse espaço e suas implicações: no caso, a consideração de um espaço-totalidade, em movimento, dialético, portanto. Dessa forma o espaço é ser sob dois aspectos, ser como potência, enquanto totalidade-essência, e ser como existência – em ato – enquanto elemento da totalidade (totalidade ele próprio, uma vez que traz em si todas as características desta). Demonstraremos mais adiante como autores, no materialismo dialético, chamam esse elemento, da totalidade, de lugar. Jaime Oliva (2003), a fim de explorar a potência de realização da cidade, em texto apresentado no 2º Simpurb em São Paulo, discorre sobre a noção de espaço relativo e as vantagens dessa consideração para o estudo do urbano. Coloca o espaço geográfico como produção humana, imbuída, portanto, de intencionalidade projetada e incorporada nos objetos. “Com essa postura, todas as consequências de uma dada produção ou organização do espaço são produtos da ação humana, da sociedade, que é o verdadeiro sujeito do processo” (OLIVA, 2003, p. 77).

Lefebvre cria, enquanto desenvolvedor de uma filosofia do espaço para explicar a produção do espaço, uma tríade espacial:

²⁶ Harvey cita: HETHERINGTON, K. **The badlands of modernity: heterotopia and social ordering**. London, 1997.

²⁷ “O conceito de espaço relativo e de espaço relacional, nos termos colocados por Harvey [no livro *Justiça Social e a Cidade*], pressupõe a compreensão do espaço como elemento que contém e que está contido num conjunto de relações (espaço relacional) e que só pode ser entendido a partir da relação que estabelece com os demais espaços (espaço relativo). São noções que extrapolam àquela de espaço absoluto, que prioriza a geometria espacial” (TRINDADE JÚNIOR, 2001, p. 149).

a) *espaço percebido*, do corpo e da experiência corpórea, ligado às práticas espaciais (produção e reprodução social numa relação dialética com o espaço); b) *espaço concebido* ou espaço do poder dominante e da ideologia. Está relacionado com as representações do espaço, ou seja, o espaço dominante do modo de produção, o espaço dos planejadores e do poder; c) *espaço vivido*. Une experiência e cultura, corpo e imaginário de cada um de nós. É o espaço da representação. (BRAGA, 2007, p. 70).

O vivido e o percebido não se justapõem, entre ambos há o que Seabra, discutindo Lefebvre, vai chamar de “‘penumbra’ na qual opera o percebido” (SEABRA,...), que “corresponde a algum nível de entendimento do mundo, funda atos, relações, conceitos, valores, mensagens, verdades...” (SEABRA, 1996, p. 80). Soja (1999, apud CRESSWELL, 2004, p. 38)²⁸ elaborando uma triadética do espaço, com o objetivo de “fugir” das dualidades típicas do pensamento científico, adota a reflexão de Lefebvre utilizando-se de outros nomes. Esse autor utiliza o nome *primeiro espaço* para se remeter ao espaço empírico, do fenômeno mapeável e mensurável, o espaço produzido pelos processos sociais, equivalente ao espaço percebido. O *segundo espaço* é aquele do subjetivo e do imaginado, domínio das representações e imagens, que equivaleria ao espaço concebido. Por último tem-se o *terceiro espaço*, que seria o espaço vivido e praticado, espaço da sobrevivência.

Para Guimarães e Silva, os espaços concebido e percebido são abordagens que consideram o espaço como um ente lógico, enquanto que o espaço vivido, seria o espaço “veiculado à prática social” (GUIMARÃES; SILVA, 2009, p. 5), portanto, socialmente produzido, ontológico, ligado à existência humana. É o ser humano e os objetos que constituem este espaço, ontológico, tornando-o *mundo*. Ora, entendemos o ser humano – constituinte do espaço já descrito – também como forma e processo, sem o qual o mundo não pode existir. O mundo é “real por ter existência ontológica, e não somente lógica”. O mundo é real porque existe com o ser humano, e não além ou aquém dele, “o mundo é realmente mundo da existência humana” (GUIMARÃES; SILVA, 2009, p. 8), por que projeto do sujeito existência humana. Assim sendo, se quisermos mudar o mundo, devemos mudar primeiro a nós mesmos. Aqui nos apropriamos de outro conceito, o de espacialidade que seria “a existencialidade, ou o momento do movimento da totalidade em particularidade; esta particularidade (o processo) que como existencialidade produz o existencial mundo (a forma)” (GUIMARÃES; SILVA, 2009, p. 9). Então se a espacialidade (processo) produz o existencial mundo (forma) então a

²⁸ Cresswell cita: SOJA, E. W. Thirdspace: expanding the scope of the geographical imagination in Massey, D., Allen, J. and Sarre, P. **Human Geography Today**. Cambridge, 199.

espacialidade é práxis. Se é práxis podemos dizer então que o ser humano se autoproduz, produz sua própria existência espacial em um processo ontocriativo. Para Salgueiro (2003) o conceito de espacialidade ultrapassa a rigidez associada à concepção de espaço geométrico ou de espaço-palco das práticas sociais,

(...) permitindo dar conta das diferenças como os vários grupos usam e se apropriam do espaço. Existe um espaço palco ou contentor, mas várias espacialidades resultantes da reprodução e apropriação daquele mesmo espaço, o que significa dar-lhe novas formas e imbuí-lo de sentidos associados ao seu uso por cada indivíduo ou grupo. (SALGUEIRO, 2003, p. 100).

No entanto, essa ontocriação não é libertadora, o ser humano não se vê criando a si mesmo, o mundo, mas *outro* mundo que não é ele. Guimarães e Silva, recorrendo a Heidegger e Marcuse, explicam que a existência humana é lançada no mundo através do Estranhamento (GUIMARÃES; SILVA, 2009, p. 9) e esse é o modo-de-ser-no-mundo da existência humana, graças ao qual não reconhecemos o planeta como mundo e o chamamos de natureza, e o próprio mundo que criamos, o reconhecemos como de poucos. O mundo é estranho para a maioria graças a um estranhamento específico, a propriedade privada. “O espaço ontológico do qual criamos e que nos condiciona é balizado na propriedade privada” (GUIMARÃES; SILVA, 2009, p. 10), que nos impõe constrangimentos/normatizações aos usos do espaço, especificamente, do urbano (CARLOS, 2001) e dele nos aliena.

Os estranhamentos que nos coíbem a existir plenamente estão “plantados” na cotidianidade, que Guimarães e Silva explicam como uma espacialidade mais específica...

(...) representada através da intersubjetividade cotidiana vivida, a cotidianidade. Esta que se dá como “a práxis no seu aspecto fenomênico alienado”, uma práxis que como processo subjetivo reproduz o mundo (espaço ontológico), mas, de modo fenomênico, o espaço ontológico é realmente um espaço vivido, um “mundo vivido”: um espaço fenomenológico cotidiano. (GUIMARÃES; SILVA, 2009, p. 11).

Lefebvre discute a cotidianidade, a qual, sendo processo, seria a responsável pela reprodução das relações de produção. Na cotidianidade se revelaria a fragmentação da vida cotidiana. Ela (a cotidianidade) se instaura “na e pela segregação generalizada: a dos momentos da vida, como a das atividades” (LEFEBVRE, 1999, p. 129). Temos uma demonstração desse fato na cidade moderna, cujas áreas foram funcionalizadas de acordo com as atividades que desempenhavam. Para Lefebvre é “na vida cotidiana que

se situa o núcleo racional, o centro real da práxis”, ou da espacialidade, como foi supracitado. É na vida cotidiana, e não nas altas esferas da sociedade – “o Estado, a ciência, a ‘cultura’” (LEFEBVRE, 1991, p. 38) – que ocorre a “reprodução material dos utensílios necessários à produção, instrumentos técnicos e, ainda, das relações sociais” (LEFEBVRE, 1991, p. 37). É no cotidiano que se realiza o embate entre o concebido e o vivido (SEABRA, 1996), portanto é nele que se surpreende os mecanismos de alienação e a possível desalienação que se traduz por apropriação.

Na vida cotidiana, produzimos em estado pré-refletivo, produzimos através da prática espacial, no nível da práxis, portanto ao longo da história. Se não perdemos essa dimensão histórica da prática espacial, ainda que esta se desenvolva na cotidianidade, descobrimos que o fazer constituinte da prática espacial implica na sua abstração, uma vez que quem faz é o ser humano. Abstração que se torna representação e retorna ao mundo novamente como materialidade. “Toda sociedade teve e tem uma prática espacial, porque o espaço integra desde sempre dimensões essenciais, existenciais” (SEABRA,...). Para o homem neolítico a prática espacial se superpunha a prática social – que era a da sua tribo – pois “o conjunto dessas práticas está em estreita relação com as condições do meio natural” (SEABRA, 2001, p. 91). Entretanto o mesmo não ocorre na sociedade contemporânea, pois o homem moderno tem suas práticas espaciais cada vez mais restritas ao espaço privativo, enquanto a sua prática social é da “divisão social do trabalho”, cada vez mais associada a uma solidariedade exterior a sua existência, constituída por “representações acumuladas que sintetizam habilidades e saberes cada vez mais circunscritos” (SEABRA,...), mais especializados e mais alienados. Seabra coloca a prática social do homem moderno como “uma prática teórica, porque os sujeitos sociais da modernidade vivem o tempo e o espaço dividido, parcelado, conforme as necessidades da vida social, mas não se reconhecem, não se sabem como sociais, logo, vivem o mundo como abstração” (SEABRA, 2001, p. 92), um produto criado por aqueles que constroem e vendem as imagens..

2.1. AS DIVERSAS CORRENTES DA DISCIPLINA GEOGRÁFICA QUE DISCUTEM O LUGAR

Para Agnew²⁹, citado por Cresswell (2004) e Fonseca (2001), o lugar tem três aspectos fundamentais: *locale*, *location* e *sense of place*, traduzidos, respectivamente, como local, localização e senso de lugar por Fonseca (2001, p. 97). Segundo Fonseca, admitindo uma setorialização da disciplina geográfica, a Geografia Econômica tende a enfatizar a *location*, que poderia corresponder ao ponto indicado pelas coordenadas geográficas citadas por Cresswell, ponto eleito estrategicamente por algum poder hegemônico. Fonseca avança e nos diz que a Geografia Humanista tende a enfatizar o aspecto *locale*, marco (ou “*material settings*” ou ainda “*concrete form*”, de acordo com Cresswell (2004, p. 7) onde se estabelecem as relações sociais. Já a Geografia Cultural se concentra mais no *sense of place* que corresponde ao sentimento local (FONSECA, p. 97, 2001) que corresponderia, de acordo com Cresswell, a ligação emocional e subjetiva que se tem em relação ao lugar” (CRESSWELL, 2004, p. 7, tradução nossa)³⁰. Essa categorização com certeza não define o lugar em todas as suas dimensões, mas é um esforço de síntese e nos dá pistas das diferentes formas de apropriação que esta noção oferece às diversas correntes dentro da geografia.

Iremos discutir nesse trabalho o lugar de acordo com duas abordagens teórico-metodológicas na geografia: uma da Geografia Crítica e outra da Geografia Humanística. A iniciativa não é nova, outros já realizaram trabalho semelhante. Adriana Filgueira Leite, do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) da UFRJ, em 1998 faz uma discussão pertinente sobre o mesmo viés no texto “O Lugar: Duas Acepções Geográficas”. É a própria autora que nos diz “ser possível identificar duas acepções [geográficas] principais, sendo estas consideradas em dois de seus eixos epistemológicos: o da Geografia Humanística e o da Dialética Marxista” (LEITE, Adriana, 1998, p. 9).

Luis Felipe Ferreira, também do mesmo programa – PPGG da UFRJ – faz novamente uma discussão semelhante do lugar segundo a Geografia Crítica e a Geografia Humanística, no texto “Acepções Recentes do Conceito de Lugar...”, de 2000. Para esse autor a noção de lugar, por articular as dimensões subjetiva e objetiva da vida, tornou-se uma importante noção, tanto na Geografia Humanística, quanto na

²⁹ Fonseca e Cresswell citam: AGNEW, J. **Place and politics**. Boston: Allen & Unwin, 1987.

³⁰ “*subjective and emotional attachment have to place*” (CRESSWELL, 2004, p. 7).

Geografia Crítica (ou Radical, como chama Ferreira), para a compreensão do mundo contemporâneo (FERREIRA, 2000).

Antonio Ângelo Martins da Fonseca, também enquanto doutorando do PPGG da UFRJ, escreveu em 2001, um novo artigo com discussão equivalente, denominado A Emergência do Lugar no Contexto da Globalização. Segundo as palavras do próprio autor:

“O presente artigo tem como objetivo discutir as noções de lugar na geografia, tomando como referência duas abordagens recentes e distintas que prevalecem atualmente. A primeira, vinculada a corrente humanista, que interpreta o lugar como expressão de vivência; e a segunda abordagem mais relacionada à geografia crítica, que considera o lugar como expressão geográfica da singularidade” (FONSECA, 2001, p. 97).

Erika Moreira e Rosângela Hespanhol, doutoranda e professora, respectivamente, do programa de pós-graduação da Unesp de Presidente Prudente, também apresentaram um artigo em co-autoria, seguindo a mesma linha dos artigos anteriores, discutindo as duas acepções de lugar, segundo a Geografia Crítica e a Geografia Humanística. Moreira e Hespanhol chegam, inclusive, a afirmação de que ambas as perspectivas teórico-metodológicas do lugar não são dicotômicas, mas complementares (MOREIRA; HESPANHOL, 2007, p. 49)

A priori podemos dizer que ambas as acepções – humanística e crítica – não advogam para si o qualificativo de imparciais, adotando uma postura transcendente em relação à realidade, como foi característico do positivismo fazê-lo. A fenomenologia, segundo Buttimer, coloca que “cada conhecedor deveria reconhecer-se como um sujeito intencional, isto é, como um conhecedor que usa palavras com significação intencional – para expor suas intuições objetivas e comunicáveis” (BUTTIMER, 1982, p. 170). Os geógrafos devem refletir sobre seu objeto de estudo, é certo, mas também fazer uma investigação fenomenológica de suas próprias percepções, pois “a atitude fenomenológica (...) demanda um retorno à evidência, aos próprios fatos, como são produzidos, e uma investigação dos atos da própria consciência” (BUTTIMER, 1982, p. 169). Para a fenomenologia não há um mundo objetivo a ser perscrutado com o fim de se criar generalizações e proposições testáveis, mas “um diálogo entre pessoas individuais e a ‘subjetividade’ do seu mundo” (BUTTIMER, 1982, p. 175) a ser elucidado. O lugar para o método fenomenológico não é algo simplesmente objetivo, mas principalmente construído pelo sujeito. Segundo Sposito, o sujeito prevalece sobre o objeto na teoria fenomenológica (SPOSITO, 2004).

Na acepção crítica, assim como na fenomenológica, mas de outra forma, o objeto não possui uma objetividade que o coloca além da sua relação com a existência humana, o que não quer dizer que ele – o objeto – não possua objetividade alguma, mas que esta, mesmo pensada cientificamente, “não está isenta de erros, nem tampouco pode eximir-se de uma escolha” (JAPIASSU, 1977, p. 155). Na abordagem crítica, “o sujeito se constrói e se transforma *vis-à-vis* o objeto e vice-versa” (SPOSITO, 2004, p. 46). A ciência por ser uma prática humana, passível de ser questionada, não pode defender uma postura positiva, pretensamente imparcial, já que “o conhecimento científico se torna cada vez mais um poder” (JAPIASSU, 1977, p. 143), portanto impregnado de ideologias hegemônicas, o que, de certa forma, “pede” o engajamento do pesquisador. Desse modo, o trabalho científico, é reconhecidamente “afetado pelas novas condições em que ele é realizado na sociedade industrial e tecnicizada” (JAPIASSU, 1977, p. 138).

Apesar de não tentarmos, neste trabalho realizar qualquer aproximação entre teorias humanísticas e marxistas, é válido colocar que tal intento já foi realizado por geógrafos. Holzer (1997) cita a tentativa de Thrift (1983) que “baseando-se em Thompson e Williams, fazia uma análise materialista do lugar, procurando a ‘estrutura dos sentimentos’ em trabalhos literários” (HOLZER, 1997, p. 16). Cosgrove (2003), sem se referir diretamente à Geografia Humanística, mas referindo-se à Geografia Cultural, de onde a Humanística se desenvolve³¹, fez uma reflexão, sem se referir ao lugar, na qual a Geografia Crítica tem possibilidades de troca e complementaridade com a Geografia Cultural. O autor defendia, entre outras coisas, uma perspectiva cultural da formação sócio-econômica, onde a produção ganha um aspecto mais abrangente do que a produção somente de materialidades. Cosgrove também colocava a importância da Geografia Crítica considerar o mundo vivido – simbolicamente constituído – como material, cuja objetividade não deve ser negada.

Yázigi discutindo o lugar no seu livro “A Alma do Lugar”, toma emprestado algumas reflexões de Milton Santos, Tuan, Lacoste e Frémont – ou seja, autores tanto da linha marxista, quanto da linha humanística – para explicar a noção, mas sem se aprofundar nesta “mistura”. Tomando outra direção, o autor prioriza aquelas afirmações de ambas as teorias que se focassem na percepção do indivíduo, para pôr relevância

³¹ Este desenvolvimento da Geografia Cultural ocorre na década de 60, quando surgem discussões sobre trazer para a reflexão da Geografia Cultural o ser humano não somente como coisa, parte da paisagem que a modifica, mas como ser que a pensa, a experiencia e a percebe (Holzer, 1997).

naquelas características do lugar que lhe dão ao mesmo tempo especificidade e estabilidade, perceptíveis. Yázigí pretende apreender uma imagem que sintetize a noção de lugar. O autor acha na Geografia Física o possível “fator mais estável na definição da essência do lugar” (YÁZIGI, 2001, p. 40). Ele ainda discorre sobre uma personalidade do lugar, ou conjunto de suas identidades (YÁZIGI, 2001, p. 30), que reconhece ser muito volátil, e, portanto incapacitada de oferecer a imagem-síntese que procura.

a) O lugar na Geografia Crítica

Para alcançarmos o lugar através da abordagem materialista, deveremos percorrer um caminho, que se inicia na reflexão acerca da totalidade, concreta e dialética. Dialética porque o espaço é humano, porque o homem o produz, e porque o real não é analisado como se fosse estático, mas como realidade em processo, onde a “manifestação da essência é precisamente a atividade do fenômeno” (KOSIK, 2002, p. 15), é o fenômeno sendo produzido socialmente. Para Silveira (2002) se a totalidade está em movimento, há de se levar em conta um processo de totalização no qual uma totalidade sempre sucede outra. O processo de totalização é resultado de uma necessidade, de uma falta, uma carência no interior da totalidade precedente (SILVEIRA, 2002).

Esse movimento [de totalização] se dá num tempo que é o encontro do passado com o futuro, isto é, o presente como conjunto de possibilidades. A realização de uma dessas possibilidades da totalidade é o evento. A totalidade concreta é a trama desses eventos. (SILVEIRA, 2002, p. 203).

Segundo Carlos, graças a teoria crítica “ultrapassa-se o nível de descrição do aparente; supera-se o fenômeno” (CARLOS, 1994, p. 158), uma vez que eles são apreendidos na sua dimensão histórica. Sem considerarmos a dialética, tem-se somente uma totalidade formal, constituída da somatória dos fenômenos, denominada por Kosik de mundo da pseudoconcreticidade.

O complexo dos fenômenos que povoam o ambiente cotidiano e a atmosfera comum da vida humana, que, com sua regularidade, imediatismo e evidência, penetram na consciência dos indivíduos agentes, assumindo um aspecto independente e natural, constitui o mundo da pseudoconcreticidade. (KOSIK, 2002, p. 15).

“O que confere a estes fenômenos o caráter da pseudoconcreticidade não é a sua existência por si mesma, mas a independência com que ela se manifesta” (KOSIK, 2002, p. 20). Deve-se analisar o processo de produção do espaço sendo realizado por sujeitos sociais, o que, segundo Carlos (1994), é uma forma de afirmar uma dimensão social do espaço que assume papel preponderante. Para Carlos (1994), com a Geografia Crítica, o espaço deixa de ser natural, apesar de também guardar essa dimensão. A análise da realidade como totalidade concreta considera a unidade do fenômeno e da essência (SILVEIRA, 2002).

Carlos afirma a importância de se refletir sobre o espaço urbano, brasileiro, no caso, visto que o próprio se constituiu rapidamente num processo caracterizado pela crise. Novas categorias entram em cena para esclarecer a lógica e para levar ao entendimento do processo de produção do espaço urbano (CARLOS, 1994), pois a crise mencionada aparecia através de novas paisagens que explicitavam um espaço contraditório, hierarquizado e fragmentado, em virtude de um processo de apropriação e valorização do espaço que se realizou desigualmente. Neste contexto, faz-se necessária a criação de novos conceitos e categorias, quando não os revisitamos.

A noção de lugar em relação a totalidade supracitada “é a própria totalidade em movimento que, através do evento, se afirma e se nega” (SILVEIRA, 2002, p. 205). “Cada lugar é, à sua maneira, o mundo” (SANTOS, 2006, p. 314). Élvio Martins (2007), numa reflexão difícil de “encaixar” em algum arcabouço teórico-metodológico, considera o Lugar (o próprio autor coloca o termo iniciado por letra maiúscula) uma totalidade, reunindo singular e universal, “particularidade necessária para identificarmos o fundamento geográfico do ser” (MARTINS, Élvio, 2007, p. 47). Se assim é, Martins observa a necessidade da precisão escalar “para identificarmos o fundamento geográfico do ser do homem particular” (MARTINS, Élvio, 2007, p. 48), já que uma cidade, por exemplo, “pode abrigar diferentes *habitats*” e, por conseguinte, diferentes lugares. Martins entende o *habitat* como relação imediata da existência, portador de uma localização. Parece-nos que localização é um atributo necessário para a definição de lugar, mesmo que seja o lugar de um espaço existencial-ontológico definido por Martins, onde a localização vai ter um sentido, ou seja, ela não poder vista “estritamente a partir das coordenadas geográficas” (MARTINS, Élvio, 2007, p.48), pois também vai apresentar um conteúdo. Martins desenvolve a idéia de uma Geografia da Existência.

É nessa Geografia que o conteúdo da Localização remete à posição do homem dentro de

uma estrutura relacional, dentro de uma estrutura de co-habitações, na qual a distância não é tomada em termos métrico-quantitativos, mas sim em termos da intensidade qualitativa da relação. (MARTINS, Élvio, 2007, p. 48).

Silveira compartilha o mesmo objetivo, de desenvolver uma Geografia da Existência, usando outro caminho. Chama o lugar de o Outro da totalidade, pois o considera sua negação, porque “[o lugar] se transforma numa totalidade parcial (...) que está ligada a todas as outras totalidades parciais, mas sempre via totalidade global” (SILVEIRA, 2002, p. 205). Essa negação é a necessidade da totalidade que se funcionaliza no evento. Para Harvey, o lugar é um “tipo de ‘permanência’ no meio dos fluxos e circuitos da vida urbana” (HARVEY, 1996, p. 293, tradução nossa)³², desfruta de uma fronteira e de qualidades físicas e sociais que o distinguem, mas isso não quer dizer que os lugares estão prontos, estáveis. Eles estão em processo, em “perpétuo perecimento” (HARVEY, 1996, p. 261). Os lugares são “internamente heterogêneos, configurações dinâmicas e dialéticas de “permanências” relativas no interior de dinâmicas espaço-temporais globais referentes a processos sócio-ecológicos” (HARVEY, 1996, p. 294, tradução nossa)³³. Entendemos que essas dinâmicas constituem os eventos que se realizam/se materializam no lugar, constituindo-o, e quando o fazem transformam “as essências e possibilidades em qualidades e quantidades num lugar determinado. São os eventos que operam a metamorfose entre possibilidade e existência. E, assim, a existência ganha uma certa extensão” (SILVEIRA, 2006, p. 88) “que é uma manifestação da coerência do real” (SILVEIRA, 1999, p.22), ou seja, continuidade temporal mais coerência espacial dada pelos sistemas de eventos nos lugares. Esse sistema de eventos, por sua vez, comporia uma *situação geográfica* (SILVEIRA, 1999), que é a configuração única das relações entre os agentes sociais atuantes no lugar, e destes agentes com os objetos, todos solidarizados entre si por atividades, que possuem um tema comum, mas não precisam ser necessariamente convergentes. Uma situação geográfica é constituída por uma infinidade de eventos, interdependentes e interrelacionados entre si, dando coerência e significado a qualquer cisão da totalidade, o lugar entre elas. Os eventos possuem individualidade, realizados criam um arranjo singular que define as situações geográficas e emprestam particularidade aos lugares. “A situação é um resultado do impacto de um feixe de eventos sobre um lugar e contém existências materiais e organizacionais” (SILVEIRA,

³² “kind of ‘permanence’ in the midst of the fluxes and flows of urban life” (HARVEY, 1996, p. 293).

³³ “internally heterogeneous, dialectical and dynamic configurations of relative ‘permanences’ within the overall spatio-temporal dynamics of socio-ecological processes” (HARVEY, 1996, p. 294).

1999, p. 25).

Silveira cerca bem o conceito de situação, pretendendo aproximá-lo do lugar. Para a autora, da combinação de objetos técnicos, ações, normas, agentes, escalas, ideologias, discursos, imagens, decorre “uma manifestação, um produto provisório e instável do movimento de totalização” que é a situação geográfica. Parece-nos que ela é o conteúdo do lugar, formas concretas, existentes, se relacionando; mas também o cenário para novos conteúdos, situações, futuros. A situação geográfica presente é “filha” de várias situações pretéritas, portanto composta de diversos tempos e diferentes intencionalidades, compondo contradições inumeráveis. Não por acaso, “a situação reafirma a especificidade do lugar” (SILVEIRA, 1999, p. 27).

O lugar é a funcionalização do todo. Os lugares desempenham funções diversas entre si. São essas funções dos lugares que “vão empiricizando a trama dos eventos que é a totalidade” (SILVEIRA, 2002, p. 205). Podemos dizer que o lugar é a realização/funcionalização/particularização da totalidade, “imerso numa comunhão com o mundo” (SANTOS, 2006, p. 314), sendo ele próprio também uma totalidade, uma vez que contém os diferentes tempos trazidos pelos eventos, “mas uma totalidade parcial, incompleta, inacabada, pois a trama dos eventos não atinge sua completude no lugar, mas no mundo em movimento” (SILVEIRA, 2002, p. 205-206). Referindo-se a cidade, Gomes (2009), afirma-a como espaço singular, contendo “**a especificidade de uma função específica**, (...), um lugar em que as diferentes funções estão em constantes inter-relações através da relação com o espaço” (GOMES, 2009, p. 127, grifo do autor).

A totalidade a que nos referimos é o Mundo³⁴, espaço de atuação dos agentes hegemônicos, que por sua vez são os sujeitos da acumulação de capital nesta escala. A totalidade-mundo se auto-nega porque é sempre incompleta. Suas contradições, inerentes, deixam-na – esta totalidade capitalista – propícia a crises, sempre resolvidas, mas que sempre retornam, daí sua natureza cíclica. Essas crises, caracterizadas por “capacidade produtiva inativa mais força de trabalho desempregada” (HARVEY, 1996, p. 295, tradução nossa)³⁵ geralmente são resolvidas pela expansão geográfica do capitalismo, que até o período técnico-científico, se realizava através do apoderamento de áreas geometricamente contíguas a outras áreas já apropriadas. As dinâmicas assim se realizavam em virtude do aumento nos custos de transporte, principalmente, e das

³⁴ O Mundo é a totalidade tornado concreta pela globalização, pelos sistemas técnicos em rede que permitem aos atores hegemônicos servirem-se de todos os territórios (SANTOS, 2006).

³⁵ “*idle productive capacity plus unemployed labor power*” (HARVEY, 1996, p. 295).

possibilidades técnicas de comunicação. Nesta conjuntura os lugares-centro do processo de acumulação capitalista “estavam protegidos da competição pelas fricções da distância” (HARVEY, 1996, p. 297, tradução nossa)³⁶. Segundo Harvey, entretanto, desde a década de 70 criou-se uma “considerável insegurança no interior dos/entre os lugares” (HARVEY, 1996, p. 296, tradução nossa)³⁷, pois houve uma diminuição dos custos de transporte, assim como uma melhoria relevante nas possibilidades de comunicação graças aos avanços técnicos em ambas as áreas. Este fato possibilitou, de acordo com Harvey (1996), maior mobilidade e flexibilidade para a produção, comércio, propaganda e, particularmente, o capital financeiro ameaçando o poder dos lugares-centro naquela divisão internacional do trabalho que caracterizou o meio técnico-científico³⁸. O capitalismo para fugir a crise que se iniciava na década de 70, novamente é reorganizado espacialmente. O capitalista agora podia escolher entre os mesmos lugares-centro, e novos lugares, tornados visíveis no atual período técnico científico-informacional, onde todos os lugares são virtualmente “alcançáveis” numa totalidade-mundo que se organiza em rede. Não predomina mais a necessidade de uma contigüidade geométrico-espacial para que determinado lugar seja apropriado pelo meio técnico-científico informacional³⁹, basta que ele apresente boa quantidade e qualidade de recursos, apresente boa infraestrutura física e social, mão-de-obra qualificada e amenidades, a depender da atividade econômica que o lugar em questão queira atrair. Ora, com tais possibilidades aumentam o número de lugares possíveis de tornarem-se globais. Mas infelizmente todos os lugares não são iguais, e as distâncias não foram simplesmente anuladas. Inevitavelmente as diferenças entre os lugares tornam-se antagônicas, uma vez que eles começam a competir entre si pelo capital circulante global. “O resultado é que os lugares que buscam se diferenciarem entre si como entidades negociáveis acabam criando um tipo de replicação em série de homogeneidade” (HARVEY, 1996, p. 298, tradução nossa)⁴⁰. O capitalismo, nesta nova fase que se estende até os dias de hoje, novamente se espacializa desigualmente, como

³⁶ “*were protected from competition by the frictions of distance*” (HARVEY, 1996, p. 297).

³⁷ “*considerable insecurity within and between places*” (HARVEY, 1996, p. 296).

³⁸ Segundo Santos (2008a, p. 121), o meio técnico-científico se trata da construção ou reconstrução do espaço com um conteúdo de ciência e técnica e corresponde ao período técnico-científico que se estende do pós-segunda guerra mundial até os anos 70 (Santos, 2006).

³⁹ Para Santos, no livro *Natureza do Espaço* (editado em 1996), estava-se diante do meio técnico-científico informacional, no qual “a ciência e a tecnologia, junto com a informação, estão na própria base da produção, da utilização e do funcionamento do espaço e tendem a constituir o seu substrato” (Santos, 2006, p. 238).

⁴⁰ “*The result is that places that seek to differentiate themselves as marketable entities end up creating a kind of serial replication of homogeneity*” (Harvey, 1996, p. 298).

lhe é próprio.

O lugar, se pensarmos nele como uma funcionalização do todo, da totalidade, é uma localização, de caráter estratégico, que desperta o interesse daqueles agentes que dominam os fluxos globais. Nesta perspectiva o lugar “é o quadro de referência pragmática do mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas” (SANTOS,...). Porém o lugar é também resistência, já que é mundo vivido, espaço no qual se realiza a vida portadora de múltiplas racionalidades, múltiplos tempos, é o “teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade” (SANTOS, 2006, p. 322). Lefebvre, sem se referir ao lugar, mas à cidade, ajuda, de certa forma, a construir um entendimento sobre o lugar. Como Santos, mas antes dele, Lefebvre já reconhecia esse papel de mediação dos lugares, mas pensando a cidade. Para esse autor a cidade também é mediação: contém a ordem próxima, cujas relações sustenta, ao mesmo tempo em que “é o local de sua reprodução” (LEFEBVRE,...); e está contida na ordem distante, onde se sustenta, encarnando-a, projetando-a “sobre um terreno (o lugar) e sobre um plano, o plano da vida imediata” (LEFEBVRE, 2006, p. 46).

Concentrando-nos na escala do intraurbano, percebemos que a interpretação dos lugares na escala onde a cidade é um lugar, também é válida nesta escala onde a cidade contém lugares. Para confirmar a analogia recorremos a Santos: para esse autor a divisão do trabalho dentro da cidade, no espaço intraurbano, não é resultado somente do fator econômico, permeia-lhe a co-presença e o intercâmbio “condicionados pela infraestrutura presentes e suas normas de utilização, pelo mercado territorialmente delimitado e pelas possibilidades de vida cultural localmente oferecidas pelo equipamento existente” (SANTOS, 2006, p. 319).

Santos observa o conteúdo simbólico dos lugares e como determinada situação só pode ser apreendida se contemplarmos tanto sua objetividade, quanto as relações intersubjetivas que a caracterizam (SANTOS, 2006). Santos também coloca a contribuição do lugar para a construção da identidade, já que nesta escala a experiência comunicacional, por conta da proximidade espacial, é fortemente presente:

Na experiência comunicacional, intervêm processos de interlocução e de interação que criam, alimentam e restabelecem os laços sociais e a sociabilidade entre os indivíduos e grupos sociais que partilham os mesmos quadros de experiência e identificam as mesmas ressonâncias históricas de um passado comum. (SANTOS, 2006, p. 316).

O lugar é “a base da reprodução da vida (...). A cidade, por exemplo, produz-se e revela-se no plano da vida e do indivíduo” (CARLOS,...). Para Carlos a dimensão da história entra e se realiza na prática cotidiana, “instala-se no plano do vivido” (CARLOS, 2007, p. 17).

Silveira (2002) coloca que o indivíduo aparece no lugar; Carlos (2007) que o indivíduo percebe o mundo no lugar. O lugar é o espaço da existência.

(...) porção do espaço apropriável para a vida – apropriada através do corpo – dos sentidos – dos passos de seus moradores, é o bairro, é a praça, é a rua, e nesse sentido poderíamos afirmar que não seria jamais a metrópole ou mesmo a cidade *latu sensu* a menos que seja a pequena vila ou cidade – vivida/conhecida/ reconhecida em todos os cantos (CARLOS, 2007, p. 18)

Carlos afirma que a metrópole só pode ser vivida parcialmente, por isso sua impossibilidade de ser um lugar, mas é possível haver lugares na metrópole, na escala do bairro, por exemplo. Santos, discordando de Carlos, considera a cidade grande um lugar e o faz na riqueza de possibilidades que ela guarda. Para Santos a cidade grande é o “mais significativo dos lugares. Todos os capitais, todos os trabalhos, todas as técnicas e formas de organização podem aí se instalar, conviver, prosperar. Nos tempos de hoje, a cidade grande é o espaço onde os fracos podem subsistir” (SANTOS, 2006, p. 322).

De qualquer forma, no materialismo a escala do lugar é finita, trata-se de um espaço palpável no qual o indivíduo habita, que diz respeito “a seu cotidiano e a seu modo de vida onde se locomove, trabalha, passeia, flana, isto é pelas formas através das quais o homem se apropria e que vão ganhando o **significado dado pelo uso**” (CARLOS, 2007, p. 18, grifo nosso). Fica claro, neste caso, o papel da proximidade entre as pessoas, que quanto maior, mais intensa também a socialidade e maior, portanto, a garantia do exercício de possibilidades múltiplas de comunicação (SANTOS, 2006). A proximidade compreende uma situação de vizinhança que para ser analisada pede que excedamos a apreensão das relações econômicas, já que ela – a proximidade – pode criar a solidariedade, laços culturais e desse modo a identidade. De acordo com Santos o “território compartilhado impõe a interdependência como práxis. (...). Nas cidades, esse fenômeno é ainda mais evidente, já que pessoas desconhecidas entre si trabalham conjuntamente para alcançar, malgrado elas, resultados coletivos” (SANTOS, 2006, p. 319-320).

No lugar, nosso Próximo, se superpõem, dialeticamente, o eixo das sucessões, que transmite os tempos externos das escalas superiores e o eixo dos tempos internos, que é o eixo das coexistências, onde tudo se funde, enlaçando, definitivamente, as noções e as realidades de espaço e tempo. (SANTOS, 2006, p. 322).

Como já se pode inferir “são as relações que criam o sentido dos ‘lugares’ da metrópole” (CARLOS, 2007, p. 18), e de todos os lugares. “Isto porque o lugar só pode ser compreendido em suas referências, que não são específicas de uma função ou de uma forma, mas produzidas por um conjunto de sentidos, impressos pelo uso” (CARLOS, 2007, p. 18).

A produção espacial realiza-se no plano do cotidiano e aparece nas formas de apropriação, utilização e ocupação de um determinado lugar, num momento específico e, revela-se pelo uso como produto da divisão social e técnica do trabalho que produz uma morfologia espacial fragmentada e hierarquizada. Uma vez que cada sujeito se situa num espaço, o lugar permite pensar o viver, o habitar, o trabalho, o lazer enquanto situações vividas, revelando, no nível do cotidiano, os conflitos do mundo moderno. (...). O lugar é o mundo do vivido (...). (CARLOS, 2007, p. 20).

b) Outros lugares: possibilidades e convergências

Sabemos que vários autores da Geografia Humanística – das mais diversas abordagens, pois como se sabe, esse rótulo não guarda uma teoria, mas um conjunto de teorias heterogêneas entre si – e vários outros autores, de outras disciplinas (sociologia, arquitetura etc.) “teceram” também vários “caminhos” para alcançar o lugar. Nesta parte da nossa reflexão tentaremos discutir, sinteticamente, alguns destes principais “caminhos” construídos. Tentaremos nos restringir àquelas concepções de lugar dentro dos limites da perspectiva humanística, mas quando acharmos necessário “sairemos” destes limites a fim de buscar similaridades da noção em outros autores, fora da geografia, a fim de enriquecermos nossa reflexão e avaliarmos melhor as possibilidades que esta noção nos oferece.

Começamos a construção desse caminho refletindo sobre o lugar na geografia humanística, sem dar especial atenção para nenhuma teoria específica que receba esse rótulo, tão abrangente. Tão abrangente que nos traz algumas questões, entre elas quanto a denominação humanística associada a essa perspectiva da geografia. Buttimer (1982), em texto de 1976, faz algumas explicações relacionando a denominação às apropriações da fenomenologia e do existencialismo realizadas pela geografia. Ambas as filosofias

propiciaram a geografia focar no que Buttimer (1982) vai chamar de experiência vivida, o que implica em “descrições mais concretas do espaço e do tempo, e de seus significados na vida humana diária” (BUTTIMER, 1982, p. 167). Relph, citado por Holzer, faz uma reflexão semelhante, explicando em 1970, a utilidade do método fenomenológico como norteador de “uma descrição rigorosa do mundo vivido da experiência humana e, com isso, através da intencionalidade, reconhecer as ‘essências’ da estrutura perceptiva” (HOLZER, 1997, p. 12). A possibilidade dessas descrições que buscam as essências, na fenomenologia, parte do entendimento que o ser humano, constrói através da consciência, uma relação entre o si (*self*) e o mundo. Consciência que, por ser fragmentadora, para ser fragmentadora, concebe a separação entre o Eu e o objeto, e comporta, portanto, intencionalidade, visto que a consciência sempre está consciente de alguma coisa. A geografia, com Relph, se apropria dessas premissas e acrescenta: a “consciência não é meramente consciência de alguma coisa, mas de alguma coisa no lugar” (RELPH, 1976, p. 42, tradução nossa)⁴¹. Ser é ser no lugar. “A única forma de o humano poder ser humano é ser no lugar” (CRESSWELL, 2004, p. 23, tradução nossa)⁴². Não por acaso Tuan (1982) elege o lugar (junto com território), em texto de 1976, como um dos cinco temas de interesse da geografia humanística entre: conhecimento geográfico, aglomeração humana e privacidade, modo de vida e economia, e religião. Mas o que é o lugar, dentro de uma perspectiva fenomenológica? Qual é a sua essência, que o define? Cresswell pergunta o que o quarto de uma criança, um jardim urbano, a cidade de Nova York e Kosovo tem em comum para serem considerados lugares. Começamos a resposta a essa pergunta citando Holzer (1997), para quem o lugar é o ser-no-mundo, na perspectiva fenomenológica e existencialista. Mas a resposta não é simples e não acaba nessa afirmação. A fim de buscarem essa essência entre “objetos” tão diversos, a fenomenologia mais o existencialismo pretendem se realizar como uma superação das duas formas principais do pensamento ocidental: o empirismo e o idealismo.

“O empiricista é um observador de um mundo a partir do qual se pode separar, enquanto o idealista vê o mundo como um objeto da consciência. Ambos implicam alguma verdade absoluta externa ao conhecedor, ou uma consciência absoluta. Nenhum deixa lugar para a finitude da existência humana, e esta é a tarefa crucial. (BUTTIMER,

⁴¹ “*consciousness is not merely consciousness of something, but of something in its place*” (RELPH, 1976, p. 42).

⁴² “*The only way humans can be humans is to be ‘in place’*” (CRESSWELL, 2004, p. 23).

1982, p. 175).

Buttimer explica como, a Fenomenologia da Percepção desenvolvida por Merleau Ponty, por exemplo, se debruça sobre essa finitude, daí também seu caráter humanístico. Essa fenomenologia considera como dados primários, para a percepção, os contatos diretos entre corpo e mundo. Buttimer faz diversas recorrências a Ponty e afirma que o corpo é incapaz de produzir conhecimento como querem algumas teorias, uma vez que ele (o corpo) não pode ser considerado somente um objeto (porque ele tem uma psique) pelo pensamento científico empiricista que se coloca num posto transcendente a existência. A consciência do corpo não é um pensamento, mas um estado precognitivo. “Não podemos conhecer inteiramente o corpo, exceto através da vida que vivemos dentro dele, no mundo” (BUTTNER, 1982, p. 176). A autora questiona o conhecimento científico construído separado do corpo, ou melhor, ignorando-o, transformando-o em coisa, aquém pensamento científico. Para Dardel, no livro “L’Homme et La Terre – Nature de Réalité Géographique”, de 1952, o lugar se constituiria a partir de um espaço primordial definido como “conjunção de distâncias e de direções que, tem como referência o corpo e o suporte onde ele se instala” (HOLZER, 1997, p. 12). A mente humana e o seu corpo no/com o espaço singulariza-o. Somos no mundo a partir do ponto no qual nos encontramos.

Buttimer a fim de iniciar um diálogo entre a geografia e as filosofias fenomenológica e existencialista reflete sobre o método criado a partir de ambas, cujo objetivo é penetrar no contexto do *mundo vivido*, “dentro do qual a experiência é construída” (BUTTNER, 1982, p. 171). Sendo que o mundo a que se refere Buttimer “é o contexto dentro do qual a consciência é revelada. Não é ‘um mero mundo de fatos e negócios... mas um mundo de valores, de bens, um mundo prático’⁴³” (BUTTNER,...). A noção de mundo vivido está intimamente associada à noção de vida diária, ou vida cotidiana.

Na vida diária não se reflete, ou não se examina criticamente, sobre tais horizontes [de nossas vidas individual e coletiva]; a noção de mundo vivido sugere essencialmente as dimensões pré-refletivas e tomadas como certas, da experiência, os significados não questionados e determinantes do comportamento. (BUTTNER, 1982, p. 172).

Buttimer vai buscar na noção de mundo vivido o elo entre os procedimentos

⁴³ Buttimer cita: HUSSERL, Edmund. **The Idea of Phenomenology**, 1907.

geográficos e fenomenológicos. É Luiz Ferreira, citando Buttimer, que escreve:

“(...) o conceito de mundo vivido exprime uma relação existencial, portanto subjetiva, que o indivíduo, ou grupo social, estabelece com os lugares, refletindo seu **pertencimento** a um determinado grupo num determinado lugar. Para se conhecer o mundo vivido é necessário o conhecimento de seus atores, de suas práticas, representações e imaginário espacial.” (FERREIRA, Luiz, 2000, p. 67, grifo nosso)

Luiz Ferreira explica como é o “nosso sentido de tempo, de ritual, que a longo prazo cria nosso sentido de lugar e de comunidade. São os horários que estabelecemos para nós mesmos que nos colocam em contato uns com os outros” (FERREIRA, Luiz, 2000, p. 67). Parece-nos que faltou muito pouco para o autor discutir diretamente o cotidiano neste texto. Entendemos que ele tentou relevar o papel do ritual, antes de delimitar onde esse(s) ritual(is) acontece(m) – no cotidiano. O autor quis sobrelevar o caráter cíclico dos rituais e a capacidade deles de familiarizarem, graças a sua sazonalidade, os indivíduos com o espaço onde se encontram, transformando-o em lugar. De acordo com Tuan (1983) a integridade do lugar, nos tempos de outrora, era mantida através de ritos. Esse autor cita diversos exemplos, nos quais um determinado grupo percorria os limites de seu domínio, ritualmente, com o objetivo de reafirmá-los.

Luiz Ferreira (2000) refletindo sobre processos que criam lugares, cita Buttimer, e explica que no ambiente urbano a proximidade não necessariamente é um atributo essencial para a caracterização de um lugar, mas o compartilhamento de temporalidades semelhantes.

Retorna-se à noção de gênero de vida e aos padrões rotineiros aceitos de comportamento e interação. De ambas, geografia e fenomenologia, emerge a noção de ritmo: o comportamento diário demonstra uma busca pela ordem, predibilidade e rotina, bem como a busca da aventura e mudança. O mundo vivido diário, visto sob o ponto vantajoso do lugar, poderia ser compreendido como uma tensão de forças estabilizantes e inovativas, muitas das quais não poderiam ser conscientemente apreendidas até que uma tensão ou doença revelasse alguma desarmonia entre a pessoa e o mundo. (BUTTIMER, 1982, p. 180).

É no mundo vivido que vemos emergir o lugar fenomenológico, que segundo Holzer (1997), citando Relph, é um fenômeno. A pessoa a partir de sua vida cotidiana (ou diária, como escreve Buttimer) através da interação entre o seu corpo e sua consciência pré-refletiva, entre seu corpo e o mundo, constrói o seu lar, o lugar. David Seamon, citado por Cresswell (2004), se aproxima de Buttimer, quando se refere a importância do conjunto de movimentos diários e rotineiros realizados em um estado de

pré-consciência pelos indivíduos em suas vidas cotidianas. Para Seamon essas ações rotineiras, banais – que ele denomina de “*time-space routine*” – quando combinadas com um lugar em particular fazem emergir um “*place-ballet*” capaz de criar um forte senso de lugar. “A mobilidade dos corpos combina-se com o espaço-tempo para produzir um *existencial insideness*⁴⁴ – um sentimento de pertencimento em relação ao ritmo de vida no lugar” (CRESSWELL, 2004, p. 34, tradução nossa)⁴⁵. Nigel Thrift também releva o papel do corpo na descoberta do lugar. Para esse autor o lugar precisa ser entendido como uma relação *incorporada* com o mundo, visto que nossas interações primordiais com o mundo são mais corpóreas e menos abstratas. A experiência primordial da distância, por exemplo, não trata de quantidades mensuráveis, “mas simplesmente como a qualidade de se estar perto ou longe de algo” (HOLZER, 1999, p. 73).

Luiz Ferreira constrói relações entre o lugar e a memória. Explica-nos que “o lugar dispara a lembrança daqueles que o vivenciaram, que compartilharam um passado comum (...)”. As memórias “se encontram armazenadas nas paisagens urbanas que seriam, deste modo, verdadeiros ‘armazéns de *memória social*’ (HAYDEN, 1997)⁴⁶” (FERREIRA, 2000, p. 68). A memória é um elemento importante para a construção da identificação entre o ser humano e o espaço, tornando-o lugar. Tuan, por exemplo, explica como a história reconstituída, geralmente inventada, pode servir “a formação de uma consciência e de uma ideologia nacionais” (TUAN, 1982, p. 156), tornando, por exemplo, o Estado uma forma de lugar.

Tim Cresswell faz uma demonstração bastante elucidativa sobre a noção de lugar. Ele começa nos dando as coordenadas geográficas de um ponto na superfície do globo. Esse ponto seria um lugar? Não, obviamente não, é somente um ponto sem qualquer coisa que o denuncie como contendo vida humana. O ponto localizado pelas coordenadas geográficas poderia estar na Lua e não existem lugares na Lua e nem qualquer outro planeta do Sistema Solar, ao menos por enquanto, já que ainda não nos aventuramos seriamente fora do nosso planeta. Mas então Cresswell começa a nos contar uma história, a história daquele ponto na superfície do planeta. E o que acontece naquele ponto? O autor nos descreve que ali está uma região da cidade de Nova Iorque,

⁴⁴ Em Moreira e Hespanhol (2007) esse termo foi traduzido por internidade.

⁴⁵ “*The mobilities of bodies combine in space and time to produce an existential insideness – a feeling of belonging within the rhythm of life in place*” (CRESSWELL, 2004, p. 34).

⁴⁶ Ferreira cita: HAYDEN, Dolores. **The Power of Place: urban landscapes as public history**. Cambridge: The MIT Press, 1997.

um lugar, conhecido como Lower East Side. Esse lugar já foi moradia de imigrantes recém-chegados de terras além-mar no final do século XIX, também já foi dominado por boêmios, artistas e *squatters*⁴⁷ na década de 60. Na década de 80 moraram nele pessoas “respeitáveis”. Na década de 90, se iniciou na mesma região, um movimento de privatização, capitaneado pelo poder público, dos 114 jardins comunitários que existiam ao seu redor. Ao mesmo tempo vários grupos se colocaram contra a essa iniciativa privatizadora. O exemplo de Cresswell sintetiza o que são os lugares, nas suas próprias palavras: “sítios de história e identidade na cidade” (CRESSWELL, 2004, p. 5, tradução nossa)⁴⁸. A história, para Tuan, não é simplesmente uma sucessão de acontecimentos, “mas a sua reconstrução consciente na memória do grupo para as finalidades correntes. Assim definida, a História exerce um papel essencial no sentido humano de territorialidade e lugar” (TUAN, 1982, p. 156), um papel importante quando “por todo o mundo pessoas estão engajadas em atividades que constroem lugares” (CRESSWELL, 2004, p. 5, tradução nossa)⁴⁹. Augé (1994) descreve o lugar antropológico como identitário, relacional e histórico. O lugar tem espessura.

Cresswell (2004), assim como outros autores, concorda que o lugar está em processo. Parafrazeando-o, dizemos que lugares estão sendo feitos, mantidos e contestados. O desenho completo dessa afirmação começa com uma diferenciação necessária entre espaço e lugar. A fim de fazê-la (a diferenciação), mas nos limites da Geografia Humanística, Cresswell resgata reflexões desenvolvidas pelos filósofos antigos, que inclusive já trazemos no início deste trabalho. Para Cresswell, o espaço é indiferenciado, ou sem significado. “Há espaço entre os lugares” (CRESSWELL, 2004, p. 8, tradução nossa)⁵⁰. Quando o homem investe significado em uma parte do espaço – e isso pode acontecer de diversas formas – ele torna-se lugar. Tuan faz importantes reflexões sobre essa diferenciação entre lugar e espaço: significar equivaleria a ter valor, valor que o ser humano atribuiria ao espaço. À medida que conhecemos melhor o espaço – mais abstrato que o lugar – e o dotamos de valor/significado ele transforma-se em lugar (TUAN, 1983, p. 6). Ambos existem um em relação ao outro, “a partir da segurança e estabilidade do lugar estamos cientes da amplidão, da liberdade e da ameaça do espaço, e vice-versa” (TUAN, 1983, p. 6). Lugar é a pausa no movimento que corresponde ao espaço. Essa pausa possibilita que a localização se transforme em

⁴⁷ Os *squatters* se apropriam, para fins de moradia, de edificações urbanas abandonadas.

⁴⁸ “*sites of history and identity in the city*” (CRESSWELL, 2004, p. 5).

⁴⁹ “*all over the world people are engaged in place-making activities*” (CRESSWELL, 2004, p. 5).

⁵⁰ “*place have space between them*” (CRESSWELL, 2004, p. 8).

lugar, propicia que a pessoa construa um vínculo afetivo entre ela e o lugar, construa uma topofilia, conforme denomina Tuan no livro do mesmo nome, “Topofilia”.

Relph também constrói uma diferenciação entre lugar e espaço:

O espaço é amorfo e intangível e não uma entidade que pode ser diretamente descrita e analisada. Ainda que, entretanto, nós sintamos ou expliquemos o espaço, há sempre, proximamente, alguma noção ou conceito de lugar associado. Em geral, parece que o espaço providencia o contexto para os lugares, mas deriva seu significado desses lugares particulares (RELPH, 1976, p. 8, tradução nossa)⁵¹.

Relph associa o lugar ao lar, para ele centro da existência humana, e o denomina lar-lugar. O “lar é a fundação de nossa identidade como indivíduos e como membros de uma comunidade” (RELPH, 1976, p. 39, tradução nossa)⁵², assim como “um insubstituível centro de significações” (RELPH,..., tradução nossa)⁵³. No entanto, segundo o próprio Relph, o sentido de pertencimento das pessoas para com o lar-lugar passa por diversos estágios entre o completo pertencimento e o completo desligamento. Os termos que delimitam essa discussão em Relph, nós retomaremos mais adiante. Por agora, citamos Pocock (1981, *apud* HOLZER, 1999)⁵⁴, que reconhece existir uma dualidade básica na relação das pessoas com os lugares: há aqueles que percebem o lugar como visitante e o vê cenário, superficialmente; mas há também aqueles que experimentam o lugar e o reconhecem como casa.

Cresswell nos dá um exemplo sobre a transformação do espaço em lugar. Começa descrevendo o processo de colonização de determinada costa litorânea de uma terra desconhecida. O capitão do navio vai nomeando os pontos que ele considera importantes nesta costa. Os nomes são significativos para o capitão e os pontos tornaram-se lugares por conta desse ato: de nomear. Para Cresswell “nomear é uma das formas do espaço ter a possibilidade de ganhar significado e tornar-se lugar” (CRESSWELL, 2004, p. 9, tradução nossa)⁵⁵.

Castriota constrói uma definição convergente com essa reflexão. Para esse autor “o lugar vai ser (...) não apenas uma localização, mas uma localização específica

⁵¹ “Space is amorphous and intangible and not an entity that can be directly described and analyzed. Yet, however we feel or explain space, there is nearly always some associated sense or concept of place. In general it seems that space provides the context for places but derives its meaning from particular places” (RELPH, 1976, p. 8).

⁵² “home is foundation of our identity as individuals and as members of a community” (RELPH, 1976, p. 39).

⁵³ “an irreplaceable centre of significance” (RELPH, 1976, p. 39).

⁵⁴ Holzer cita: POCOCK, D. C. D. Place and the novelist. **Transactions of the Institute of British Geographers**, 1981.

⁵⁵ “naming is one of the ways space can be given meaning and become place” (Cresswell, 2004, p. 9).

imbuída com valores humanos” (CASTRIOTA, 2009, p. 113), imbuída de significado. Podemos resgatar, novamente, as idéias de Platão expostas por Castriota (2009) e reafirmar com Leite, hoje, que a noção de lugar é “menos genérica e abrangente que a de espaço” (LEITE, 2004, p. 35). O lugar comporta uma singularidade, ou como Leite descreve, pode ser entendido como “uma forma estriada de espaço” (LEITE, 2004, p. 35). Isso se adotarmos a distinção construída por Deleuze e Guatarri, citada por Leite (2004), entre espaço estriado e espaço liso. Ambas as noções relacionam-se a uma categorização espacial fundada no fato de determinado espaço portar, ou não, significado(s). O patrimônio, utilizado como exemplo, por seu aporte de significado(s), de acordo com Leite, pode “fixar pontos que orientam itinerários, demarcam trajetórias e criam **lugares**” (LEITE, 2004, p. 40, grifo do autor). Tuan (1983) caminha na mesma direção, quando descreve como esculturas criam lugares, ou uma sensação de lugar, como ele próprio coloca. Esse autor vai mais adiante e acrescenta que “certos objetos, quer naturais ou feitos pelo homem, persistem como lugares através da eternidade do tempo” (TUAN, 1983, p. 181).

Pocock, citado por Holzer, afirma que o lugar, em termos experienciais, tem uma variedade de escalas e cada uma delas tem “um limite característico com estrutura interna e identidade, no qual o local se distingue do estrangeiro”⁵⁶ (POCOCK, 1981, p. 337, *apud* HOLZER, 1999, p. 74). Também para Tuan (1983) o lugar é multiescalar, e dificilmente pode ser apreendido em uma extensão geométrica previsível, já que pode tomar a forma de um rochedo, de uma nascente ou pode ser o estado-nação. Os primeiros transformam-se em lugares através da experiência direta, mas e o estado-nação? É Tuan que explica a necessidade “do meio simbólico da arte, da educação e da política” (TUAN, 1982, p. 149) para a transformação de uma grande região em lugar. O lugar, para esse autor, “não é uma consequência inevitável da experiência” (TUAN, 1983, p. 189). Holzer (1999) constrói uma reflexão um pouco diferente de Tuan, aonde a grande região não se torna toda um lugar, mas – citando Bonnemaïson (1981) – um arquipélago de lugares, pois somente partes daquele espaço maior podem ser apreendidas diretamente pelo indivíduo ou pelo grupo.

Em Relph (1976), o lugar não precisa ter uma localização fixa, ele pode estar em constante deslocamento. O lugar pode ser um navio, um acampamento de ciganos, ou de índios, um circo, para os quais a localização é algo que muda freqüentemente.

⁵⁶ Holzer cita: Pocock, D. C. D. Place and the novelist. **Transactions of the Institute of British Geographers** N. S., p. 337-347, 1981.

Alguns podem até dizer que o acampamento está em um lugar, mas para Relph, citando Langer, o acampamento é *culturalmente* um lugar. Ou seja, a localização ou posição, para o reconhecimento do lugar, não é “nem necessária nem condição suficiente” (RELPH, 1976, p. 29, tradução nossa)⁵⁷. Relph lista alguns elementos, além da localização, que podem ajudar a caracterizar o lugar. A primeira delas é a paisagem, pois todo lugar tem uma forma física capaz de ser visualmente descrita. Outra é o tempo, registrado através da consciência de mudança, que pode aparecer na paisagem, nas modificações das edificações, ou de nossas atitudes (RELPH, 1976). Se atributos, que caracterizam os lugares, permanecem atingindo nossa experiência quanto a mudança e quanto a própria natureza da mudança dando-nos um senso de continuidade, isso “serve para reforçar um sentido de associação e pertencimento para com aqueles lugares” (RELPH, 1976, p. 31, tradução nossa)⁵⁸. Por fim, segundo Relph, tem-se caracterizando o lugar o sentido de comunidade, onde cada um reforça a identidade do outro e onde “a paisagem é muito mais uma expressão de crenças e valores mantidos em comum, e envolvimento interpessoais” (RELPH, 1976, p. 34, tradução nossa)⁵⁹.

Cresswell observa que nem sempre se constrói uma relação “topofílica” com o lugar, nem sempre, podemos chamá-lo de lar e seu significado, seu sentido pode estar associado a sofrimento. A geógrafa Gillian Rose coloca como a casa, lugar topofílico consumado para vários geógrafos fenomenológicos, pode ser um lugar de “escravidão, abuse e conflito” (CRESSWELL, 2004, p. 25, tradução nossa)⁶⁰. Segundo Gillian Rose, para as mulheres brancas estadunidenses a casa é o local-centro de sua opressão.

O lugar é singularidade, construída como história e através da história, constituída graças a uma intersubjetividade dos indivíduos, vivos, numa existência social. O lugar surge como mundo vivido, ele próprio espaço social, o qual se tornou fonte de identificação graças a interação entre os indivíduos que realizam sua vida cotidiana nele. “As pessoas nascem dentro de um mundo intersubjetivo” (BUTTNER, 1982, p. 181), no qual aprendem a linguagem e os estilos de comportamento social que os habilitam a se engajarem no mundo diário. Cresswell (2004), citando Relph, explica que construímos nosso conhecimento prático dos lugares na vida cotidiana, nos fatos mundanos e banais que a constituem.

⁵⁷ “is neither a necessary nor a sufficient condition of place” (RELPH, 1976, p. 29).

⁵⁸ “serves to reinforce a sense of association and attachment to those places” (RELPH, 1976, p. 31).

⁵⁹ “the landscape is very much an expression of communally held beliefs and values and of interpersonal involvements” (RELPH, 1976, p. 34).

⁶⁰ “drudgery, abuse and neglect” (CRESSWELL, 2004, p. 25).

“Nós moramos em um lugar, trabalhamos em outro, jogamos futebol em outro. Mas nós também estamos dispostos a proteger nosso lugar daquele que não tem o seu, assim como somos freqüentemente nostálgicos pelos lugares que deixamos. Estas respostas humanas, para Relph, revelam o mais profundo sentido de lugar do ser humano” (CRESSWELL, 2004, p. 21, tradução nossa)⁶¹.

Buttimer com o objetivo de ilustrar a intersubjetividade descreve a situação fictícia de um possível migrante. A terra estranha na qual este migrante chega torna-se fonte de alienação. Este indivíduo, portanto, iniciará um processo com o objetivo de tomar parte daquele espaço tornando-o lugar para si. A priori, o seu conhecimento adquirido apresenta-se inadequado no novo espaço, mas ele procura “por denominadores comuns para dialogar com o outro”, ele inicia uma comunicação intersubjetiva a fim de reconhecer e “transladar os sinais e os símbolos do outro grupo a apreender empaticamente o significado motivacional de suas ações” (BUTTNER, 1982, p. 182). Para Buttimer “a intersubjetividade sugere a situação herdada que circunda a vida diária. Pode também ser compreendida como um processo em movimento, pelo qual os indivíduos continuam a criar seus mundos sociais” (BUTTNER, 1982, p. 182).

O mundo existe diante do lugar. Parece que na Geografia Humanística, de uma forma geral, descobrimos o lugar a priori, primeiro, pelo menos, que o mundo “cercante”. “Viver é viver localmente, e conhecer é antes de tudo conhecer o lugar no qual se está” (CASEY, 1996, p. 18, *apud* CRESSWELL, 2004, p. 23, tradução nossa)⁶². O mundo, nesta perspectiva teórica, não constitui uma totalidade abstrata a partir da qual surgem os lugares, como no pensamento de orientação marxista. Os lugares são a realidade, e podem, ou não, ter um suporte material. O principal da noção está na dimensão simbólica. Do lugar descobrimos o mundo.

Para Rogério Proença Leite – que não é geógrafo e desenvolve suas reflexões seguindo um conjunto de pensamentos difíceis de classificar – os lugares não podem ser entendidos, “na teoria social, apenas como ‘pontos no espaço’”, ou localização, mas devem ser considerados “espaços praticados: não pelas trajetórias que eventualmente os pulverizam, mas através dos circuitos simbólicos que os demarcam e os tornam

⁶¹ “*We live in one place, work in another, play football in another. But we are also willing to protect our place against those who do not belong and we are frequently nostalgic for places we have left. These human responses, for Relph, reveal the deeper significance of place to human being*” (CRESSWELL, 2004, p. 21).

⁶² “*To live is to live locally, and know is first of all to know the place one is in*” (Casey, 1996, p. 18, *apud* Cresswell, 2004, p. 23).

intercomunicáveis com os outros lugares” (LEITE, Rogério, 2004, p. 35). Para Rogério Leite:

A emergência dos chamados ‘espaços de fluxos’ (Castells, 1999) tem deslocado o sentido das práticas sociais de certas configurações espaço-temporais concretas. Essa deslocalização não implica, entretanto, a subsunção completa dos lugares pelos fluxos, mas antes uma redefinição da própria noção de lugar. (LEITE, Rogério, 2004, p. 34).

Leite coloca que os lugares, perpassados por práticas externas (vindas através dos fluxos e constituindo-os), “deixam de expressar apenas os sentidos da localidade que representam para incorporar em sua própria constituição elementos que são globais” (LEITE, Rogério, 2004, p. 44). Os lugares são descaracterizados pelo crescente assédio dos fluxos hegemônicos, mas não perdem completamente sua singularidade. De fato, eles se transformam, mantendo-se lugares. Leite tenta esmiuçar esta relação entre global e local nos lugares e recorre a um par de conceitos trabalhados por Weber (1984): o “agir em comunidade” e o “agir em sociedade”.

O “agir em comunidade” recupera a noção de uma ação subjetivamente imaginada e provida de sentido, orientada por valores e pelas expectativas comportamentais dos outros. Ao contrário de um “agir em sociedade”, que pressupõe um modo de agir racional com relações aos fins e compreende um certo grau de ações orientadas por regulamentações normativas. (Leite, 2004, p. 36).

De acordo com Rogério Leite é o “agir em sociedade” que reteria a “possibilidade do agir em consenso” fundado em certos valores tradicionais. Esses valores seriam compartilhados por determinado grupo social. São as tradições “constantemente reelaboradas e apropriadas por diferentes atores sociais que atualizam os nexos entre identidade e lugar”. As tradições constituem um discurso ideológico que garante o tempo contínuo e o espaço diferenciado, necessários para a explicação do mundo de qualquer grupo social específico ligado a um lugar.

Essas duas categorias [tempo contínuo e espaço diferenciado] estabelecem parâmetros para as relações identitárias que estabelecem marcos de diferenciação externa e identificação interna, através dos quais grupos ou comunidades criam representações sobre si e sobre os outros. (LEITE, Rogério, 2004, p. 37).

Podemos reforçar a citação de Rogério Leite, com uma reflexão de Cresswell. Enquanto esse autor demonstra a polissemia da noção de lugar, ele coloca que o lugar na Geografia Humanística é um modo de entendimento do mundo, ou melhor, “um

modo de ver e entender o mundo” (CRESSWELL, 2004, p. 11, tradução nossa)⁶³. Ou seja, aqui, novamente nos limites da Geografia Humanística, o mundo surge diante do lugar, em diálogo com ele. Em Leite e Cresswell vemos o lugar criando um processo de identificação interno, ao mesmo tempo em que diferencia o externo, que é estranho e pode se tornar o inimigo.

Massey, em uma reflexão nem marxista nem fenomenológica, teme as consequências de concepções de lugar tão fundadas em um processo de identificação interno, como xenofobia e outras manifestações similares. Ao mesmo tempo a autora expõe a fragilidade dessas concepções. Massey admite que esteja ocorrendo uma compressão do tempo-espaço propiciada pelas novas tecnologias de comunicação e transporte, e descreve como não houve uma inclusão equânime de todos os grupos nos fluxos e interconexões surgidos graças às novas tecnologias. Alguns foram mais incluídos do que outros. Alguns tem mais mobilidade do que outros. E o capital não é o único elemento que influencia a inclusão e mobilidade dos vários grupos. Há outros elementos nessa inclusão diferenciada, como gênero e raça. Massey acrescenta que a compressão do tempo-espaço, para existir, precisa de diferenciação social. “A compressão de tempo-espaço de alguns grupos pode solapar o poder de outros” (MASSEY, 2000, p. 180). Entretanto, ainda que existam lugares mais isolados do que outros, todos, até certo ponto, estão conectados. Há uma intensa troca, de informações, de mercadorias, entre todos os lugares. E assim a autora pergunta: “Como, diante de todo esse movimento e de toda essa mistura, podemos manter algum sentido de um lugar e de sua particularidade?” (MASSEY, 2000, 177). A própria autora responde: através de um sentido progressivo de lugar, que descarta, por exemplo, a busca de identidade na invenção de uma história introvertida. Para Massey os lugares mundializados, e extrovertidos, na fase da compressão do espaço-tempo, possuem outras características que os particularizam: é, principalmente, um ponto particular, único, da intersecção de relações sociais que se globalizaram, uma mistura distinta dessas relações sociais com as mais locais. Os limites de tal lugar, extremamente dinâmico, estão sempre mudando, por isso pode-se dizer que ele não possui limites demarcáveis.

Finalmente, todas essas relações [sociais] interagem com a história acumulada de um lugar e ganham um elemento a mais na especificidade dessa história, além de interagir

⁶³ “*a way seeing and understanding the world*” (CRESSWELL, 2004, p. 11).

com essa própria história imaginada como o produto de camadas superpostas de diferentes conjuntos de ligações tanto locais quanto com o mundo mais amplo (MASSEY, 2000, p. 185).

Massey constrói sua reflexão também baseada na sua experiência pessoal em Londres, onde diversos grupos étnicos convivem entre si, trabalham e se divertem, diariamente. A autora descreve o que vê numa caminhada em Kilburn High Road, a noroeste do centro da cidade. Entre suas observações citamos: diversas referências aos irlandeses, nos protestos em paredes, nos nomes das instituições; também referências à imigração de origem árabe e indiana, nos nomes das pessoas, nas roupas, no vendedor na banca do jornal que lamenta vender jornais pró-estadunidenses. Vivendo um espaço onde se entrecruzam tantas identidades, estimulou Massey a pensar uma noção de lugar cujos limites são mais dinâmicos e flexíveis. Uma ideia razoável de lugar, quando vemos a nossa volta o nosso próprio exemplo de Kilburn High Road, que possivelmente se reproduz, em maior ou menor grau, em quase todas as cidades do mundo. A Europa especialmente, pensamos, deveria estimular os geógrafos a refletir sobre o mundo através dos lugares, tão grande a diversidade étnica que existe em espaços relativamente tão exíguos. Henrique em um texto no qual discute as reflexões desenvolvidas na Terceira Conferência de Geografia Crítica, em Békéscsaba (Hungria), observa que a discussão sobre imigração entre os geógrafos europeus não se realizava no âmbito da Geografia, mas nos limites da experiência pessoal de cada um, do seu respectivo sentido de lugar.

Em geral, os trabalhos que traziam a temática das imigrações ficaram presos ao relato de experiências pessoais, ou seja, como os geógrafos – muito deles imigrantes – foram recebidos e convivem com este novo espaço a ser vivido (HENRIQUE, 2010, s/p).

Henrique então põe a proposta – colocando-se como brasileiro visitante num continente onde a imigração é problema de Estado – de analisar o multiculturalismo europeu a partir da noção de lugar. Nesta perspectiva, analiticamente, o que seria a Europa? Uma aglomeração de lugares, segundo Henrique, onde “as componentes horizontais do espaço, as solidariedades e as cooperações espaciais são privilegiadas em detrimento de uma componente política vertical que se impõe sobre os lugares” (HENRIQUE, 2002, s/p). Fica a pergunta: por que a análise das cidades brasileiras através dos lugares seria relevante?

2.2. UM MUNDO SEM LUGARES

Existe uma discussão relativa ao processo de homogeneização dos lugares – entendendo-os como singularidade/particularidade, fontes de identidade. Nessa discussão são avaliados os processos que transformam os lugares em mercadoria, o que pode significar, também, a sua conversão em “não-lugares” (AUGÉ, 1994), discussão que iremos desenvolver ao longo desse texto. Mas o que significa dizer que os lugares são transformados em mercadoria?

Significa pensarmos que os lugares transformam-se em mercadorias em um contexto de competição inter-lugares – que já explicamos – onde não há apenas a preocupação em atrair a esfera da produção, mas também, especialmente, consumidores,

(...) através da criação de amenidades tais como um centro cultural, uma paisagem regional e urbana agradável, e outras medidas similares. Investimentos no consumo de espetáculos, a venda da imagem dos lugares, competição sobre a definição de capital simbólico e cultural, o renascimento de tradições nacionais associadas aos lugares como uma atração para o consumo, tudo se mistura na competição inter-lugares. (HARVEY, 1996, p. 298, tradução nossa)⁶⁴.

É desta forma que os lugares se replicam em série, homogêneos. Para Cresswell (2004) a globalização vê mais espaço indiferenciado, geométrico, contendo áreas e volumes, do que lugares. Castriota nos descreve como a globalização homogeneiza lugares:

À medida que a globalização avança, as cidades de todo o mundo tendem a se parecer, com o apagamento das diferenças regionais, tendência que se manifesta ainda mais dramaticamente nas grandes metrópoles onde tradições diferentes se encontram e parecem se apagar. (CASTRIOTA, 2009, p. 111).

Para alcançar estes processos que desencadeiam a homogeneização dos lugares, citamos Relph (1976), que distingue a experiência daquele que está dentro, daquele que está fora. Relph coloca dois extremos: em um está aquele que pertence ao lugar – o *insider* – cuja identidade foi construída com ele (o lugar); e no outro extremo está o “de fora” – o *outsider* – cuja experiência está alienada do lugar. O *insider* tem uma postura

⁶⁴ “through the creation of amenities such as a cultural center, a pleasing urban or regional landscape, and the like. Investment in consumption spectacles, the selling of images of places, competition over the definition of cultural and symbolic capital, the revival of vernacular traditions associated with places as consumer attraction, all become conflated in inter-place competition” (HARVEY, 1996, p. 298).

espontânea e sincera no lugar, o que é uma forma de ter “uma completa consciência e aceitação da responsabilidade por sua própria existência” (RELPH, 1976, p. 78, tradução nossa)⁶⁵ que segundo o mesmo autor dificilmente é completa, mas freqüentemente descontínua e com diferentes níveis de intensidade. Já a postura do *outsider*

(...) é essencialmente sem sentido de lugar, por não envolver a consciência dos significados profundos e simbólicos dos lugares e não apreciar suas identidades. Ela é meramente uma postura socialmente conveniente e aceitável – um estereótipo aceito acriticamente (RELPH, 1976, p. 82, tradução nossa)⁶⁶.

Relph defende que existe hoje uma conjuntura que dificulta a criação de relações autênticas entre os indivíduos e o lugar, impedindo-lhes que se tornem “*existential insiders*”. O que se tem é a multiplicação do que Relph vai chamar de “*placelessness*” (RELPH, 1976, p. 80, tradução nossa) – ou deslugaridades⁶⁷ – espaços onde se vêem as mesmas paisagens, se sentem as mesmas coisas, onde enfim são oferecidas as mesmas possibilidades de experiências (RELPH, 1976). Essa multiplicação de deslugaridades é resultado de diversos fatores, entre eles, Relph cita a publicidade, realizada através dos meios de comunicação de massa. Relph também afirma que:

Rodovias, estradas de ferro, aeroportos cortando através de paisagens ou impostas na paisagem ao invés de se desenvolverem com ela, não são características da deslugaridade em si mesmas, mas o são por fazerem possível o movimento de pessoas em massa com todos os seus hábitos e modas, o que tem estimulado a expansão de deslugaridades bem além de seus impactos imediatos (RELPH, 1976, p. 90, tradução nossa)⁶⁸.

Semelhante à noção de deslugaridade descrita por Relph, mas não idêntica, Augé (1994) discute os não-lugares, que entre outras coisas, não contém a conotação moral, e negativa, que corresponde à deslugaridade (CRESSWELL, 2004). Augé designa os não-lugares a partir de duas realidades complementares e distintas: “espaços constituídos em relação a certos fins (transporte, trânsito, comércio, lazer) e a relação que os indivíduos

⁶⁵ “*a complete awareness and acceptance of responsibility for your own existence*” (Relph, 1976, p. 78).

⁶⁶ “*is essentially no sense of place, for it involves no awareness of the deep and symbolic significances of places and no appreciation of their identities. It is merely an attitude which is socially convenient and acceptable – an uncritically accepted stereotype*” (RELPH, 1976, p. 82).

⁶⁷ tradução de Fonseca (2001).

⁶⁸ “*Roads, railways, airports, cutting across or imposed on the landscape rather than developing with it, are not only features of placelessness in their own right, but, by making possible the mass movement of people with all their fashions and habits, have encouraged the spread of placelessness well their immediate impacts*” (RELPH, 1976, p. 90).

mantêm com esses espaços” (AUGÉ, 1994, p. 87). Os espaços são caracterizados por serem transitórios, de passagem, os indivíduos que neles circulam interagem com as pessoas ‘morais’ ou instituições. Mesmo os indivíduos nos não-lugares são usuários, clientes, somente, libertos de suas determinações habituais, e estabelecem com este uma relação contratual. Nos limites do espaço do não-lugar o indivíduo “não é mais do que aquilo que faz ou vive como passageiro, cliente ou chofer” (AUGÉ, 1994, p. 94). “O espaço do não-lugar não cria nem identidade singular nem relação, mas sim solidão e similitude” (AUGÉ, 1994, p. 95). Santos converge com Relph e Augé, quando coloca a mobilidade se impondo na modernidade, tornando-se regra, “daí a idéia de desterritorialização. Desterritorialização é, freqüentemente, uma outra palavra para significar estranhamento, que é também, desculturização” (SANTOS, 2006, p. 328).

Castriota coloca que a singularidade dos lugares pode ser transformada a fim de tornar-se produto “para atrair turistas” (CASTRIOTA, 2009, p. 111), grupo que se propõe a uma experiência “*outsideness*”⁶⁹ (RELPH, 1976, p. 49). Leite cita Fortuna para explicar como patrimônios que passaram pelos processos de *gentrification* – que pode ser descrito como um modelo internacional de homogeneização dos centros históricos (ou centros antigos deteriorados) – podem se tornar não-lugares, uma vez que geram

(...) apenas formas de sociabilidade efêmeras, circunscritas, em tempo real, ao ato de consumo: “Neste caso, os monumentos não podem senão proporcionar processos de identificação circunstancial e efêmera entre os indivíduos, pois que as relações sociais que se estabelecem por seu intermédio perduram apenas enquanto se puder continuar a consumir o objeto (FORTUNA, 1999, p. 39)”. (LEITE, Rogério, 2004, p. 23).

Para Leite os centros históricos foram transformados, tornaram-se espaços eleitos para o encontro efêmero necessário para a realização do consumo. Consumo para o turista, o melhor exemplo de *outsider*, para quem o sentimento de estranhamento é permanente e normal, inerente a sua experiência como tal, e permanente enquanto o indivíduo se manter como turista. Cresswell (2004), citando Relph, explica que o turismo, já na década de 70, era um dos setores econômicos que mais contribuía para o estímulo da disneyficação, museificação e futurização dos lugares. O migrante-turista (ou viajante) que visita diferentes locais, espaços preparados para atividade turística, surpreende neles poucas mudanças visíveis na paisagem, ao mesmo tempo em que o simbólico, o imaginário, as tradições destes diferentes espaços permanecem imersas e invisíveis no cotidiano dos lugares, acessíveis apenas para aqueles que o vivem.

⁶⁹ Em Moreira e Hespanhol (2007) esse termo foi traduzido por externidade.

É importante discernirmos ao menos, dois tipos de espaços singularizados para o consumo globalizado. Harvey (1996) diferencia-os, chamando-os de velhos e novos lugares. Primeiro, os novos lugares: foram construídos para desenvolver atividades específicas e são preparados com todo o tipo de infraestrutura prevista a fim de atender seus consumidores. Segundo, os velhos lugares: o cenário neles é preexistente, parte constituinte do cotidiano de pessoas, e que geralmente continua sendo, mas que ao mesmo tempo é aproveitado para outras funções, turísticas, por exemplo. Lefebvre, que em momento algum se refere ao lugar como o colocamos, já discorria (em 1968, no livro “Direito à Cidade”) sobre os antigos lugares, chamando-os de núcleos urbanos:

As qualidades estéticas desses antigos núcleos desempenham um grande papel na sua manutenção. Não contêm apenas monumentos, sedes de instituições, mas também espaços apropriados para as festas, para os desfiles, passeios, diversões. (...). [O núcleo urbano] sobrevive graças a este duplo papel: lugar de consumo e consumo do lugar (LEFEBVRE, 2006, p. 12).

Estes velhos lugares, espaços singulares, quando aproveitados para o turismo tornam-se encenações, sobre as quais Augé discorre. Esse autor explica-as, descrevendo os sorrisos perplexos que provocam nos *insiders*, nos antigos habitantes daqueles lugares, que os conheceram quando ainda eram só “alimentados” pela vida cotidiana dos seus moradores. As encenações projetam “à distância os lugares onde eles [os moradores] crêem ter vivido no dia-a-dia, enquanto nos convidam, hoje, para olhá-los como um pedaço da história” (AUGÉ, 1994, p. 54). Os moradores do lugar, cujos cotidianos foram transformados em cenário tornam-se “espectadores de si mesmos, turistas do íntimo” (AUGÉ, 1994).

Carlos (2007), dentro de uma abordagem materialista, afirma que o espaço da monumentalidade é o espaço do vazio, do poder, feito pelo próprio para que possa ser visto. O espaço da monumentalidade é o espaço do “ver”, impossível de ser apropriado pelo corpo, individualmente. Ele é interditado, nada no espaço-monumento convida para o “parar”. O espaço da monumentalidade é um lugar? Para Augé:

A Casa Branca e o Kremlin são, ao mesmo tempo, para aqueles que os nomeiam, lugares monumentais, homens e estruturas de poder. Ao cabo de sucessivas metonímias, é-nos habitual designar um país por sua capital e esta pelo nome do edifício que seus governantes ocupam. (AUGÉ, 1994, p. 61).

Uma mostra da quantidade valor, de significado com os quais imbuímos os objetos de poder, que terminam por singularizar espaços, ao mesmo tempo em que os

tornam incapazes de serem apropriados pelos moradores que se radicam próximos a eles.

Para Carlos a metrópole, graças ao processo de metropolização – que é também um processo de homogeneização, de adaptação dos espaços urbanos para o estabelecimento do processo de urbanização – é “cheia destes lugares, vazios de sentido para o cidadão comum, do ponto de vista das possibilidades amplas do uso (...), onde as formas se impõem a apropriação” (CARLOS, 2007, p. 20). Esses espaços seriam lugares?

Os espaços homogeneizados, espaços despersonalizados, são característicos de territórios nacionais fragmentados, graças aos crescentes fluxos que os assediam. Estes são processos da globalização que se associam a contextos tradicionais, fragilizando a coerência política do Estado-Nação. Multiplicam-se, portanto os fragmentos “homogeneizados” e escassos de significação em detrimento da integração do território nacional formando o que Leite vai denominar de entrelugar, citando Homi Bhabha (1998). No entanto, de acordo com Leite, a nação fragmentada dá margem a que contra-narrativas e fissuras multiculturais emirjam e se agudizam, constituindo paisagens novas em diferentes escalas, “construindo nos entrelugares novas fronteiras que demarcam e diferenciam lugares” (LEITE, 2004, p. 45). Serpa, utilizando o mesmo termo, mas percorrendo outra reflexão, também “chega” aos entrelugares. Para esse autor tratam-se de arenas necessárias para a “expressão dos conflitos e contradições inerentes à diversidade de culturas nas cidades contemporâneas” (SERPA, 2007, p. 143), um espaço onde os diversos agentes serão valorizados igualmente, sem eventuais hierarquizações fundadas na idéia de identidade. Serpa afirma a urgência de construção dos entrelugares permeada por outros processos identitários, baseados na diferença, que abrem para a convivência horizontal entre múltiplos agentes. Há uma divergência em relação a Bhabha, Serpa não considera, ou pelo menos não explicita isso, os entrelugares como fragmentos homogeneizados, mas concorda com Leite: os entrelugares podem se tornar lugares, se os admitirmos como “territórios resultantes da apropriação do espaço sincronizado pelas múltiplas culturas e grupos humanos” (SERPA, 2007, p. 143).

Para o migrante que escolhe ou é obrigado a radicar moradia, o lugar aonde ele chega, *inicialmente*, é “a sede de uma vigorosa alienação” (SANTOS, 2006, p. 328). Ainda assim Santos é otimista, pois quanto menos inserido for o indivíduo nos fluxos hegemônicos, quanto mais pobre e minoritário, “quanto mais instável e surpreendedor

for o espaço, tanto mais surpreendido será o indivíduo, e tanto mais eficaz a operação da descoberta” (SANTOS, 2006, p. 330), que pode “desembocar” na emergência de lugares, de resistências.

2.3. OS LUGARES COMO RESISTÊNCIA

Tanto na Geografia Crítica, como na Geografia Humanística, constrói-se a idéia de que nos lugares – pacientes do processo de homogeneização – também reside a resistência a esse processo. Salgueiro (2003) explica o merecido contexto a essa afirmação, afinal de que resistência se fala?

“Cada época tem um modo específico de experiência do espaço e do tempo e produz tempos (temporalidades) e espaços (espacialidades) não integrados porque o tempo mantém vários ritmos e os espaços vários atributos. Afirmam-se tempos e espaço hegemônicos e persistem espaços e tempos dominados” (SALGUEIRO, 2003, p. 1000).

Seabra, em texto no qual reflete sobre a insurreição do uso no pensamento de Henri Lefebvre, explica como este pensador buscou ao longo da sua obra “encontrar as resistências, ou o que denomina **resíduos irreduzíveis** ao domínio da lógica, da razão” (SEABRA, 1996, p. 71, grifo nosso). A autora em nenhum momento correlaciona essa resistência à resistência do/no lugar, cita a resistência genérica surgida no conflito entre apropriação e propriedade, entre espaço vivido e espaço concebido. Resistência por parte daqueles que se apropriam, constituindo um espaço vivido. Segundo Seabra, é no vivido que “o prazer, o sonho, o desejo se debatem, e que os sentidos da existência propriamente humana, não se deixando aniquilar, podem se insurgir. Possibilidade que se funda nas particularidades” (SEABRA, 1996, p. 75).

Harvey (1996), referindo-se a cooptação dos lugares pela expansão do capitalismo na sua forma atual, pergunta-se sobre a possibilidade das pessoas resistirem a esse processo. O próprio autor responde que sim, é claro, elas resistem, visto que, geralmente, a comunidade luta pelo investimento exógeno socialmente justo, que vai de encontro às necessidades da comunidade em questão. Os valores daqueles que moram nos lugares – e isso independe da classe social, segundo Harvey (1996) – são fundados em outra razão que não aquela do dinheiro e do mercado, por isso eles são contra a desindustrialização, porque com ela vão embora os empregos, são contra a construção

de rodovias cortando cidades, porque isso as torna inabitáveis etc.

Cresswell (2004) coloca que as formas de ver a realidade, a partir dos lugares, podem se tornar potenciais formas de resistência contra o modo homogeneizante de ver, construído pela razão pragmática. Cresswell coloca que essa resistência pode ser o próprio lugar quando ele é uma forma de entendimento do mundo e não um ponto no espaço de onde vemos o mundo. Para Cresswell o lugar pode não ser um objeto, uma coisa, mas um modo de ver, “algumas vezes essa forma de ver pode ser vista como um ato de resistência contra a racionalização do mundo” (CRESSWELL, 2004, p. 11, tradução nossa)⁷⁰. No entanto, continua o autor, esta “moeda tem outro lado”: “ver o mundo através das lentes do lugar induz a xenofobia exclusivista e reacionária, ao racismo e a ao fanatismo. ‘Nosso lugar’ é ameaçado e outros podem ser excluídos” (CRESSWELL, 2004, p. 11, tradução nossa)⁷¹.

Rogério Leite (2004) é convergente com Cresswell. Também ele busca o papel dos lugares como espaços de resistência, mas através de um caminho específico que passa pela categoria espaço público. Para esse autor:

a política dos usos cotidianos e públicos do espaço e do patrimônio resultante dos processos de *gentrification* – que demarcam diferenças e criam transgressões na paisagem urbana ao subverter usos esperados – constitui lugares que configuram e qualificam os espaços urbanos como espaços públicos, na medida em que os tornam locais de disputas práticas e simbólicas sobre o direito de estar na cidade, de ocupar seus espaços, de traçar itinerários, de pertencer, enfim: ter identidade e lugar. (LEITE, Rogério, 2004, p. 25).

Leite não se refere aos espaços públicos institucionais, mas “a categoria sociológica constituída pelas práticas que atribuem sentidos diferenciados e estruturam lugares” (LEITE, Rogério, 2004, p. 23).

O lugar é o espaço da existência, e por isso é que nele se constitui a resistência. Resistência a uma ordem distante, como denomina Lefebvre, que “se projeta na/sobre a ordem próxima”, ordem que entendemos se desenvolver à escala do lugar. “Entretanto a ordem próxima não reflete a ordem distante na transparência. (...) (...) ela se dissimula sem se descobrir” (LEFEBVRE, 2006, p. 48). No materialismo, o lugar é portador de múltiplas racionalidades – além da racionalidade dominante. Lefebvre explica que a

⁷⁰ “sometimes this way of seeing can be seen to be an act of resistance against a rationalization of the world” (CRESSWELL, 2004, p. 11).

⁷¹ “(...) seeing the world through the lens of place leads to reactionary and exclusionary xenophobia, racism and bigotry. ‘Our place’ is threatened and others have to be excluded” (CRESSWELL, 2004, p. 11).

cidade pode ser definida por sua pluralidade, “pela coexistência e simultaneidade no urbano de padrões, de maneiras de viver a vida urbana” (LEFEBVRE, 2006, p. 57). Tantas formas de ser, criadas na existência, no diálogo com o cotidiano, disseminam-se graças às razões da comunicação, que dependem, por sua vez, da proximidade física. Santos, com o objetivo de adentrar um pouco na explicação dessas racionalidades as quais o instituído só ver a parte visível, cita o exemplo das metamorfoses do trabalho dos pobres nas grandes cidades cujo “quadro ocupacional não é fixo: cada ator é muito móvel, podendo sem trauma exercer atividades diversas ao sabor da conjuntura” (SANTOS, 2006, p. 324). Santos denomina essa capacidade adaptativa dos pobres, na cidade, de *flexibilidade tropical*. Para Santos o tempo que vai comandar as cidades será o tempo dos homens lentos, tempo dos homens pobres que não tem acesso as imagens produzidas pela mídia, moradores das zonas urbanas opacas, espaços do aproximativo e da criatividade (lugares?). Os homens lentos, de acordo com Santos, são os portadores de uma nova consciência, resultado do “choque entre cultura objetiva e cultura subjetiva” (SANTOS, 2006, p. 326). A força para a resistência, os homens lentos acham na cultura, mas não na cultura de massa que responde afirmativamente à vontade de uniformização e indiferenciação. O lugar, sendo particularidade, conforma individualidade, sendo assim, a resistência que nele reside é constituída a partir da cultura popular.

A cultura popular tem raízes na terra em que se vive, simboliza o homem e seu entorno, encarna a vontade de enfrentar o futuro sem romper com o lugar, e dali obter a continuidade, através da mudança. Seu quadro e seu limite são as relações profundas que se estabelecem entre o homem e o seu meio, mas seu alcance é o mundo. (SANTOS, 2006, p. 327).

Harvey (2009), no livro “Espaços de Esperança”, observa também a existência desses espaços. Ele os denomina de espaços heterotópicos e aponta como estes espaços – o que o próprio nome indica – podem ser organizados diferentemente do espaço que os circunda. Diferentemente, diz-se de modo transgressor, subversivo, o que pode ser importante, visto que o diferente pode ser visto como alternativa num mundo que se homogeneíza. Lefebvre na sua busca por resistências irreduzíveis a lógica, coloca a dificuldade de achá-las, ou de achá-los, esses espaços transgressores, “heterotopias” (LEFEBVRE, 2006, p. 65). Difícil de encontrá-los conforme um raciocínio tecnocrático de pesquisa que “acumula dados, dilemas por vezes verdadeiros, mas está fadado a não ter respostas quanto ao sentido” (SEABRA, 1996, p. 72, já que o contexto destes

espaços alternativos está “escondido”, “sob o texto [cidade] a ser decifrado” (LEFEBVRE,...). Para Lefebvre esse contexto é a vida cotidiana, “aquilo que se esconde nos espaços habitados” (LEFEBVRE, 2006, p. 55).

Certeau, no livro “A Invenção do Cotidiano”, confirma Lefebvre. Para esse autor, aqueles que consomem o espaço imposto realizam outro tipo de produção – ou “fabricação” (CERTEAU, 1994, p. 39), como o próprio denomina. Diferente da produção “racionalizada, expansionista além de centralizada, barulhenta e espetacular”, esse consumo/“fabricação” não é premeditado, tem caráter tático, e depende da ocasião, é astucioso e disperso. É um consumo que age na clandestinidade, na quase-invisibilidade, e “não se faz notar por produtos próprios” (CERTEAU, 1994, p. 94). Os poderes instituídos tentam localizar essas produções, entendê-las, para controlá-las. Afinal a cidade “cheia de atividades suspeitas, (...) fermenta deliquências; é um centro de agitação” (LEFEBVRE, 2006, p. 78). Certeau discorre sobre a existência de um sistema de vigilância generalizada se estendendo pelo espaço a fim de controlar essas agitações, deliquências, ou “bricolagens” (CERTEAU, 1994, p. 40). Nesse objetivo a cidade torna-se uma engrenagem “para controlar a vida cotidiana dos produtores e o consumo dos produtos” (LEFEBVRE, 2006, p. 76). Essa transformação da cidade, de sede do encontro entre os diferentes para engrenagem, se realiza de um lugar próprio, graças a organização propiciada por uma burocracia, que é senão um “inverossímil emaranhado de medidas (todas razoáveis), de regulamentos (todos muito elaborados), de coações (todas motivadas)” (LEFEBVRE, 2006, p. 96). Certeau cita um exemplo ilustrativo do caráter dessa burocracia. Nele, a estatística se torna um instrumento mais ou menos eficaz para o mapeamento destas produções. No entanto, esse mapeamento não é fiel, as trajetórias descritas por esses produtores subversivos não ganham nos relatórios institucionais todas as dimensões que ela possui no cotidiano. Perde-se, principalmente, sua dimensão temporal. A trajetória adquire forma de linha, sucessão de pontos descrevendo uma sinuosidade. Porém o que mais ocorreu no intervalo de tempo daquela sinuosidade, quais gestos, diálogos, contatos vários foram descritos? É uma decupagem da realidade que permite visualizar quantidades, mas não qualidades. São essas quantidades que são tomadas como a realidade pelo poder instituído. Enquanto isso, as táticas se multiplicam e se dispersam pelo espaço, “vão saindo de órbita. Desancoradas das comunidades tradicionais que lhes circunscreviam o funcionamento, elas se põem a vagar por toda a parte num espaço que se homogeneiza e se amplia” (CERTEAU, 1994, p. 104).

José de Souza Martins discorrendo, no livro “Sociabilidade do Homem Simples”, sobre essas táticas de sobrevivência no Brasil, chama-as de dissimulações, que o autor não encara como tática, mas como estratégia, visto que ele não adota a terminologia de Certeau. Descreve-as como parte de um agir lento que contraria a noção de progresso típica da modernidade, mas que nos países latino-americanos é sua parte intrínseca. Martins descreve a modernidade nos países subdesenvolvidos como ambígua, contraditória, desigual. A modernidade brasileira não é antagônica com o nosso atraso. Ao contrário, o que se considera tradicional e atrasado na sociedade brasileira é parte da nossa modernidade. Citando Canclini⁷², Martins afirma que a cultura brasileira é híbrida, por ter se apropriado de múltiplas culturas, “numa tendência a ambigüidade constante”. Uma ambigüidade necessária, já que se dá como resposta criativa – na qual o autêntico ganha aparência de inautêntico, “por meio de técnicas de ocultamento” (MARTINS, José, 2008, p.42) – às imposições da racionalidade moderna.

⁷² Martins (2008) cita: CANCLINI, Nestor G. **Culturas híbridas**. Grijalbo: 1990.

3. E O LUGAR NOS SIMPURBS?

O primeiro Simpurb, em 1989, se configurou como uma avaliação da geografia urbana brasileira. Para tanto foram realizadas retrospectivas históricas. Dizemos que essa atitude avaliativa foi especialmente importante neste primeiro Simpurb, mas ela não continuou predominante ainda que, nos Simpurbes subsequentes, surgisse um texto ou outro acerca dos temas relacionados a essa atitude avaliativa, a saber: sobre história do pensamento geográfico brasileiro ou sobre epistemologia. Alguns destes textos, acrescentando-se, estão presentes no segundo capítulo deste trabalho e nos ajudam a traçar o panorama que vai justificar o surgimento dos simpósios, ou vai oferecer esse contexto necessário.

Dessa análise dos textos observamos que a maior parte deles se filiam a corrente materialista ou, podem adotar algum conceito ou categoria que pertence ao materialismo. Remetemos a escolha dessa corrente ao esforço de superação, descrito no capítulo anterior, da lógica formal positivista, insuficiente para explicar a cidade e o urbano, temas que não poderiam se esgotar “numa composição resultante da articulação de partes distintas, exteriores umas às outras, embora relacionadas” (DAMIANI, 1999, p. 109).

Observamos também que, relativamente, poucos artigos – daqueles que foram publicados e referem-se às mesas ou comunicações – se dirigem *diretamente* ao lugar. Mas ainda assim podemos dizer que a noção de lugar é cara a geografia urbana. Não há de fato muitos artigos que tratem de temas onde a noção apareça como eixo da discussão, no entanto as reflexões muitas vezes se encaminham para processos que se desenvolvem no lugar. O lugar aparece em diversos textos secundariamente, ou “escondido” por trás de outro nome, ou como já dissemos, atrás de alguma característica que o define.

O lugar aparece “escondido” atrás de outro conceito quando os autores nos seus textos desenvolvem uma reflexão que os obrigam se aproximar de uma escala mais próxima do cotidiano, onde o espaço intraurbano ganha visibilidade. Como nos Simpurbes a abordagem materialista é a predominante, o lugar quando é apresentado possui uma objetividade. Essa objetividade do lugar muitas vezes permite que um conceito, com atribuições e características semelhantes, mas não idênticas, nem superpostas, se reconheça nele. A noção de local é um destes conceitos, cuja utilização é bastante abrangente no que se observa a escala do objeto que pode correspondê-lo: o

bairro pode ser entendido como local, assim como uma cidade, um distrito, uma rua, uma praia, etc. Geralmente é atribuído ao local as características objetivas do lugar, como localização e extensão, mas não lhe é atribuído o conteúdo simbólico que o lugar contém. Porém podemos encontrar textos nos quais o local é visto como uma parte da totalidade dialética, o que o coloca quase como um sinônimo de lugar. Ribeiro afirma que o local é o “acidente de movimentos globais” ou “fenômeno singular” (RIBEIRO, 1993, p. 99). Outro termo utilizado nos Simpurbs, que nos remete *indiretamente* ao lugar, é o nome diferença, o que não significa que um seja equivalente ao outro. O termo diferença é mais abrangente do que o lugar em vários aspectos. Primeiro que o seu emprego não se restringe somente à caracterização de um espaço singular. A definição que construímos do termo – diferença – é “montada” utilizando os textos do Simpurb. De acordo com Lencioni, as diferenças são fragmentos do espaço “que testemunham resistência ao processo de homogeneização” para o qual tende o espaço.

Essas diferenças (...) se constituem como fragmentos espaciais que testemunham ritmos diferentes de desenvolvimento do capital, de organização da vida social e da dinâmica da natureza. Por isso mesmo é que esses fragmentos são tão reveladores, pois aí vamos encontrar a possibilidade de capturar as diferentes temporalidades presentes nos lugares (LENCIONI, 2003, p. 41-42).

Outras vezes o que pode substituir a noção de lugar pode ser um objeto específico como bairro, cuja objetividade se realiza na escala do lugar, o que não significa serem lugar e bairro equivalentes, mas que no bairro se pode observar fenômenos e processos que muitas vezes constituem a noção de lugar.

A fragmentação do espaço, um processo relativamente bem analisado nos Simpurbs – na escala do território e na escala do espaço intraurbano – é vista como um processo gerador de lugares, embora conceitualmente reduzidos, às vezes. Dizemos assim porque encontramos artigos que analisam o processo de fragmentação, e com este objetivo, se aproximam do cotidiano, imergindo nos lugares, mas também encontramos “leituras” do processo de fragmentação que se mantiveram distantes dos aspectos mais “movediços” da noção de lugar, ocupadas em descrever as funções e formas que lhes constituem como particularidade, sem observar as dinâmicas cotidianas que lhes dão sentido, o que é um caminho legítimo de análise, uma vez que os artigos em questão não se propõem a observar essas dinâmicas.

Na escala do interurbano demos uma relevância diferenciada às cidades pequenas pelas dinâmicas que elas trazem e sustentam e que as constituem. São

dinâmicas especialmente fundadas em processos locais, que nos permitem considerar algumas cidades pequenas, lugares, conceitualmente completos, se é que tal objeto na realidade pode existir. No extremo oposto conceitual do lugar encontramos o não-lugar, que também tratamos, uma vez que é discutido em alguns artigos, às vezes não com esse nome, ou qualquer outro nome, mas simplesmente encontramos caracterizada uma espécie de espaço singular que poderíamos chamar de não-lugar, por não apresentar os atributos que consideramos definidores da noção lugar, ou por apresentá-los de modo bastante atenuado.

Dizemos que o próximo texto delinea, a partir dos vários textos dos Simpurbs trazidos, uma coerência na utilização da noção e na forma de pensá-la. Uma coerência que consideramos importante deixar explícita colocando vários autores lado a lado, mesmo com abordagens bem diferentes, mostrando as convergências e divergências entre eles, comparando-os. Algumas vezes, como se verificará, o delineamento dessa coerência teórica pede alguns sacrifícios, como o da ordem cronológica de edição dos artigos na descrição de alguma idéia específica, a fim de colocar um determinado ponto, considerado importante, o mais claro possível ao leitor do trabalho em questão.

3.1. Os Simpurbs e os contextos da fragmentação

Ao longo da análise dos textos dos Simpurbs pudemos encontrar algumas intersecções entre as reflexões nas quais o lugar, de alguma forma, aparecia. Ou melhor, pudemos encontrar alguns pontos em comum nos textos dos Simpurbs que analisamos e é desses “pontos em comum” ou “intersecções” entre os textos analisados que trataremos ao longo deste capítulo.

O lugar surge permeando uma reflexão que freqüentemente contém críticas às ações hegemônicas que se diferenciam de acordo com a escala trabalhada pelo autor. Essa crítica pode tomar a forma de uma crítica ao planejamento, o que geralmente acontece, colocando-se a “irracionalidade” da sua razão. O planejamento, tal como ele foi realizado durante o século XX, e como, em grande parte, é ainda realizado nos dias de hoje,

(...) traz em si o caráter instrumental da racionalidade moderna, que usa o conhecimento de forma autoritária e tecnocrática. Torna-se instrumento de dominação, mascarando as

relações de poder pela via ideológica da neutralidade técnica e científica, da vida melhor, do bem comum e do progresso. (FERREIRA, Ignez, 1999, p. 144).

Essa crítica às ações hegemônicas, cuja racionalidade causa fragmentação, pode ser construída confrontando-as em duas escalas: territorial/regional se trabalhamos na escala interurbana; ou intraurbana, contra o urbanismo moderno, por exemplo. Trindade Júnior elaborando uma “compreensão da fragmentação intra-urbana” (TRINDADE JÚNIOR, 2001, p. 129), em texto apresentado no Simpurb de Presidente Prudente, oferece duas perspectivas de análise, até certo ponto, coincidentes com as escalas postas:

A primeira delas pressupõe a compreensão do urbano em sua relação com a região, o que implica considerá-lo como resultado e condição de uma divisão interurbana e inter-regional do trabalho. A segunda pressupõe a análise da cidade em sua organização interna, como expressão e meio de existência da divisão intra-urbana do trabalho. (TRINDADE JÚNIOR, 2001, p. 129).

No mesmo Simpurb, Lemos discute a possibilidade de uma tipologia da vida cotidiana relacionada à escala onde se estabelecem as relações que a constituem. Para a autora há a vida cotidiana que se realiza nos “lugares habitados por aqueles que participam dos novos processos de acumulação do capital, da organização produtiva, da integração dos mercados, da comunicação, da ‘dominação’ cultural” (LEMOS, 2001, p. 438), e há a vida cotidiana que se realiza nos “lugares da cotidianidade e da experiência da grande maioria da população” (LEMOS, 2001, p. 439). No primeiro caso, os processos que constituem a vida cotidiana pertencem aos fluxos globais; enquanto no segundo caso, os processos dizem respeito ao espaço do corpo.

Na escala do interurbano, a crítica às ações hegemônicas, que se realizam na escala territorial/regional, discute como as diversas cidades e regiões tornam-se apenas suportes para o estabelecimento do grande capital, sendo que nem sempre os agentes hegemônicos em ação no território foram, ou são, tão diretamente relacionados ao capital privado. Nesse sentido os Simpurbos oferecem um material relevante para reflexão. Desde o primeiro Simpurb, especificamente, onde predominam os textos sobre história do pensamento geográfico brasileiro, pudemos verificar que até as décadas de 70-80, a crítica às ações desorganizadoras do espaço – em qualquer escala – se construía principalmente em torno do Estado.

Os textos que analisamos nos Simpurbos colocam que esta configuração mudou. Emergiram a partir da década de 70 outros agentes, poderosos, agindo sempre

associados ao Estado. Esses agentes, na verdade, eram velhos conhecidos no pensamento crítico, eram as grandes empresas que surgiram em novos setores seguindo novos modelos de gestão empresarial. Graças a esses novos arranjos, aumentou o número de empresas capazes de uma ação transnacional, principalmente a partir da década de 90 do século XX. A ação destas “novas” corporações não se detinha mais somente nas grandes cidades, como no período que caracterizamos como fordista. Novos modelos de desenvolvimento (ou regimes de acumulação), baseados na acumulação flexível, vão ser possíveis graças aos avanços técnicos nos transportes e telecomunicações. Por conta desses avanços podemos verificar o *meio técnico-científico informacional* sobrepondo o *meio técnico-científico* e se expandido além dos limites deste, ainda que de forma descontínua, criando novas formas de fragmentação e acentuando as contradições do/no espaço. Nas palavras de Silveira, em texto apresentado no Simpurb de Florianópolis:

A atual divisão territorial do trabalho, prenhe de ciência e técnica e alimentada pela informação e pelo dinheiro adiantado, torna-se hegemônica, permite a obtenção de excedentes impensados e, desse modo, desvaloriza as divisões territoriais do trabalho pretéritas (SILVEIRA, 2007, P. 9).

As cidades ou regiões – mesmo aquelas, no meio técnico-científico, consideradas irrelevantes – são apropriadas pela grande empresa a partir da década de 90, caso apresentassem a capacidade de, “pela sua organização, promover captação e difusão” (PINTAUDI, 2001, p. 285) através das redes, em um certo raio. Tais cidades apropriadas, muitas vezes, localizadas externamente às regiões metropolitanas, são portadoras de uma singularidade constituída por objetos que compõem a paisagem urbana e/ou na paisagem cultural, formas-conteúdos⁷³ que antes não podiam ser aproveitadas para a reprodução do capital em virtude da distância geométrica que predominava entre estes pontos e os centros. A distância geométrica foi superada, mas não por uma expansão areal do meio técnico-científico. Gustavo de Souza (2001) aponta uma expansão planetária do industrialismo capaz de produzir ações globais, mas cujos efeitos “manifestam-se em escalas muito menores, como as locais” (SOUZA, Gustavo de, 2001, p. 261). Santos (2006) descreve a expansão do meio técnico-científico informacional, cujas características, fragmentadoras e dispersivas, Geiger (sem usar o termo meio técnico-científico informacional) já apontava no Simpurb de

⁷³ Forma-conteúdo é “uma forma que só existe em relação aos usos e significados que nela existem e que têm nela sua mesma condição existência” (GOMES, Paulo, 1997, p. 26).

Rio Claro:

No lugar de desenvolvimento de uma rota principal, o que ocorre é um processo de decomposição e fragmentação. No lugar de um centro universal, que cresce mais forte na base do desenvolvimento gradual de sociedades diferentes, o que ocorre é uma dispersão estrutural. (GEIGER, 1991, p. 50).

Trata-se da expansão em rede do meio técnico científico-informacional que transformou a distância geométrica em proximidade estrutural⁷⁴, tornando lugares específicos atraentes para o estabelecimento de alguns selecionados setores da economia. Tais setores, altamente flexíveis e adaptáveis, quando não encontram as formas-conteúdos passíveis de serem aproveitadas pelo meio técnico científico-informacional em expansão, podem, através da mobilização de capital financeiro, produzi-las nos lugares, compondo uma nova paisagem mais conveniente a ação do poder corporativo e uma dinâmica relativamente independente do entorno imediato. Salgueiro, em um texto apresentado no Simpurb de Salvador, discutindo a cidade pós-industrial em termos conceituais, coloca como os novos lugares, e os antigos “reciclados”, cidades ou contidos em cidades, fazem parte das redes, ligados através delas, “sem atenção à distância nem a dimensão dos lugares, nas quais buscam sinergias e identificação, muito mais do que no seu *hinterland*” (SALGUEIRO, 1999, p. 248). Silveira explica como as bases de operação das grandes corporações globais implantadas nos mais diversos lugares comportam uma fraca intensidade de demandas no espaço contíguo: “não há um uso intensivo da força de trabalho, nem da tecnologia, nem da informação do lugar, assim como não há dependência dos mercados contíguos” (SILVEIRA, 2007, p. 14). Ignez Ferreira (1999) explica, no Simpurb de Salvador, como as ações hegemônicas, via planejamento territorial, transformam...

(...) a natureza segundo a lógica de otimização dos recursos; difundindo um modelo considerado bom para todos, independente das especificidades de cada povo e cada lugar; reproduzindo o mesmo sistema em todos os lugares; desconsiderando as contradições do próprio sistema e tratando as desigualdades sociais e espaciais como ineficiência, retardamento ou distorção a ser superada pelo planejamento. (FERREIRA, Ignez, 1999, p. 143).

⁷⁴ Lencioni (2001) esclarece que não houve anulação do espaço pelo tempo, mas a velocidade alterada dos fluxos – que se tornaram mais velozes – transformou a distância entre os lugares. Dizemos que o emprego seletivo da técnica no território, através das redes, possibilitou o acréscimo também seletivo de velocidade.

Ignez Ferreira desenvolve o texto e afirma o caráter uniformizante do planejamento territorial, uma vez que se baseia na “universalização das formas de produção e consumo” (FERREIRA, Ignez, 1999, p. 144). Universalização em processo com vistas a atrair novos agentes capazes de atuar no território para o objetivo da reprodução do capital. Davidovich (2003) fala do local sendo “assumido como um suporte de valorização do capital”, “enquanto um nó ou um elo inserido em redes globais” (DAVIDOVICH, 2003, p. 59). Esse processo se realiza em virtude do poder crescente da esfera informacional (CASTILLO, 2001), que se tornara cada vez mais autônoma, diversa e dispersa.

A dispersão estrutural que caracteriza o atual momento não é aleatória, nem visa ser uniforme. Ela é imbuída de intencionalidade e acirra desigualdades. Lencioni (2003), no segundo Simpurb de São Paulo, já se referia a uma hierarquização dos lugares (cidades), na escala da região, viabilizada por uma rede urbana. As cidades, articuladas por estas redes, a fim de atraírem o capital corporativo – cujo sentido é se realizar – ou, mais especificamente, o capital financeiro – móvel e flexível – participam de uma corrida com o objetivo claro de se adaptarem às exigências das referidas formas de capital. Uma competição entre as cidades “provocada por gestões voltadas para a atração de investimentos econômicos e que se valem de diversos tipos de instrumentos, de incentivos fiscais a embelezamentos urbanos” (GEIGER, 1999, p. 23), uma “guerra dos lugares” – segundo Santos (2006, p. 247) no livro “Natureza do Espaço”, de 1996 – capaz de fragmentar o território nacional. Oliveira (1997), no Simpurb de Fortaleza, discorrendo sobre a cidade e o desenvolvimento urbano, coloca como as políticas públicas na década de 90, adquiriam determinação cada vez mais local, por motivos vários, entre eles atrair empresas. Davidovich (2003) observa como a criação de novas regiões metropolitanas pode ser vista como uma forma de inserção de espaços singularizados nos circuitos globais de valorização, o que as habilita a participar da guerra dos lugares, visto que “atendem a intencionalidade de ‘recriação’ de forças de aglomeração, que tem sido fator de crescimento e de valorização do capital” (DAVIDOVICH, 2003, p. 62).

Fresca, no Simpurb de Florianópolis, explica como processos gerais que atuam na escala global, através das redes, fizeram emergir, no Paraná, uma heterogeneidade “onde o que mais se ressalta é a continuidade da diferenciação e redefinição dos lugares” (FRESCA,...). Algumas cidades são mais atraentes do que outras a depender da atividade econômica que vá se estabelecer naquele lugar específico. As áreas deixadas à

margem ficam à espera, segundo Fresca, “de terem suas potencialidades valorizadas pela incidência de outros processos, que gerarão novas singularidades” (FRESCA, 2007, p. 3). Fresca se refere ao Paraná, mas esses processos podem ser generalizados para o resto Brasil. A autora considera que as condições que tornam determinados lugares aptos a serem tomados pela expansão do meio técnico-científico informacional são contingentes: consiste na seleção de algumas das “múltiplas necessidades de realização de processos gerais [globais?], levando-se em conta as heranças do passado, e o envolvimento de agentes externos e internos ao lugar” (FRESCA, 2007, p. 4). Esse aspecto contingente da realização de processos gerais no lugar parece equivaler ao conceito de situação geográfica (SILVEIRA, 1999), e segundo Fresca, é ele que empresta um caráter diferencial a cada lugar, através de transformações que “heterogeneizam”, transformações “mediatizadas por agentes internos e externos que em razão de seus interesses e de suas capacitações técnicas foram capazes de perceber a possibilidade de realização de um dos processos universais” (FRESCA, 2007, p. 5).

Corrêa (2007) explica sucintamente como as pequenas cidades brasileiras foram afetadas de formas diversas pelas transformações causadas por conta da reorganização produtiva do capital acontecida a partir da década de 70. O autor recorrendo a terminologia da Teoria dos Lugares Centrais, de Christaller, mas sem usar o sistema teórico que lhe corresponde, descreve como as cidades pequenas emergiram desempenhando papéis diversos dentro da conjuntura de uma dispersão estrutural. As cidades pequenas poderiam, por exemplo, se mostrarem como lugares mundializados, diretamente conectados por um *acontecer hierárquico*⁷⁵ (SANTOS, 2006) a razões exógenas, cujo sentido está em pontos distantes. Estes lugares são denominados por Corrêa de “prósperos lugares centrais” ou de “pequenos centros funcionalmente especializados” (CORRÊA, 2007, p. 7). Poderiam também se apresentar como cidades-dormitório, satélites de uma cidade grande próxima. Estas cidades são chamadas por Santos de *pseudocidades*⁷⁶ (SANTOS, 2008a) e, geralmente, segundo Corrêa, são cidades pobres e muito dependentes de ações e fluxos exógenos, intermediados pela

⁷⁵ Santos (2006, p. 165-168) explica que o *acontecer hierárquico* é uma das formas do *acontecer solidário*, ele se realiza através da teleação, onde as ordens realizadas em um lugar provém de outro lugar, onde o comando se concentra. As ordens “telecomunicadas” pretendem a racionalização das atividades onde elas serão realizadas. A solidariedade do *acontecer hierárquico* se faz ponto-a-ponto e independe da proximidade espacial.

⁷⁶ Pseudocidades, segundo Santos, são cidades inteiramente dependentes de uma única atividade, algumas “estão engastadas em zonas de influência imediata de grandes cidades e que fazem parte de sua aglomeração, como parques industriais ou cidades-dormitório” (SANTOS, 2008a, p. 87).

cidade grande próxima. Por fim, Corrêa terminando sua categorização, discorre sobre cidades pequenas que poderiam estar em processo de inclusão marginal num contexto de reorganização produtiva. São “focos de concentração de trabalhadores agrícolas” ou “núcleos dependentes de recursos externos” (CORRÊA, 2007, p. 8).

Oliveira discute as cidades pequenas na Amazônia, caracterizando-as como lugares cada vez homogêneos entre si que perdem gradativamente as características locais que os particularizam. Para o autor, as particularidades que definem estas cidades são a localização mais as funções que desempenham em relação ao mundo. Sendo que Oliveira relaciona a localização às funções: se as cidades estão localizadas à beira das estradas são “centros de negócios especialmente ligados à mineração, extração de madeira e mais recentemente a soja” (OLIVEIRA, 2004, p. 110); mas se elas estão localizadas na beira dos rios “parecem ter uma dinamicidade ligada a uma dimensão da sustentabilidade e da biotecnologia comandadas quase sempre por ONGs que estão articuladas ao mundo quase sempre se articular com os lugares” (OLIVEIRA, 2004, p. 110). Oliveira explica como, a fim de atender os segmentos sociais envolvidos com as funções descritas, são implantadas formas espaciais que se realizam iguais independente da localização, “substituindo a especificidade histórica de cada lugar (OLIVEIRA, 2004, p. 111).

Rita Gomes (2009) também faz uma análise das cidades pequenas, sem categorizá-las, como Corrêa, já que sua análise não se propõe ser tão genérica. A autora foca sua reflexão em torno das cidades pequenas do Rio Grande do Norte, as quais “têm demonstrado uma incapacidade na oferta de melhores condições de vida para a reprodução social” (GOMES, Rita, 2009, p. 129), uma afirmação convergente com o perfil destas cidades traçado por Gonçalves, que também estuda tema semelhante, “as cidades pequenas do agreste potiguar”. Gonçalves explica como essa incapacidade apontada por Rita Gomes é resultados de uma “fraca base produtiva e deficitária estrutura urbana” (GONÇALVES, 2009, p. 205) que estimula a emigração permanente ou sazonal de trabalhadores.

Rita Gomes descreve um panorama complexo que dificulta a construção de uma tipologia das cidades pequenas. Interessante chamar atenção à discussão epistemológica que a autora traz em torno do próprio nome, cidades pequenas, que se refere somente ao aspecto quantitativo populacional, como se este fato fosse significativo na explicação dessas cidades. A autora não concorda com ele, pois adotá-lo “significa perder de vista todo o conteúdo dialético que está implícito em cada cidade” (GOMES, Rita, 2009, p.

130), mas não adota também outras terminologias, como a de *cidade local*⁷⁷, descrita por Santos (2008a). Ela decide, com o objetivo de caracterizá-las, por descrever as dinâmicas que envolvem as cidades pequenas do Rio Grande no Norte, salientando o contexto urbano-regional no qual elas se encontram. Para Rita Gomes todas as cidades desempenham algum tipo de papel na divisão territorial do trabalho, ou seja, nenhuma se restringe especificamente a uma escala local de atuação. Algumas podem, predominantemente, desempenhar essa função de atender “às necessidades mínimas de uma população rural do entorno” (GOMES, Rita, 2009, p. 130), mas ainda assim haveria a necessidade de observá-la em um contexto geograficamente mais abrangente a fim de entendê-la, à sua singularidade.

Rita Gomes também coloca a importância de se observar, para o entendimento da cidade pequena, o sistema social que a dinamiza, aspectos como vizinhança, trabalho, festa. É no contexto da vizinhança, por exemplo, que as sociabilidades e relações afetivas são construídas, fatos de importância significativa, “uma vez que nas pequenas cidades o processo de individualização, marcado pela redução do fenômeno coletivo, não é uma variável predominante” (GOMES, Rita, 2009, p. 133). Nas cidades pequenas “a vida cotidiana organiza-se em torno do sentido do enraizamento” (GOMES, Rita, 2009, p. 135) e não de mobilidade, o que não impede que esta ocorra. Gonçalves, também elenca alguns elementos que julgou importantes na sua análise do objeto de estudo, cidades pequenas: “as dimensões espaciais, o número de habitantes, a pouca diversidade de funções urbanas, a dependência de um centro maior, a temporalidade lenta, (...), e a proximidade entre as pessoas” (GONÇALVES, 2009, p. 199). São essas características que vão nos permitir afirmar que a cidade pequena, como espaço singularizado, nos põe diante de duas perspectivas de análise: como ponto, localizado no território nacional, com uma posição e desempenhando funções em relação a outras cidades, próximas e distantes; e como espaço vivido, cujo cotidiano deve ser apreendido se quisermos entender, de fato, as dinâmicas que definem uma cidade pequena brasileira.

⁷⁷ As cidades locais “dispõem de uma atividade polarizante” (SANTOS,...), também possuem “uma dimensão mínima a partir da qual as aglomerações deixam de servir às necessidades da atividade primária para servir às necessidades inadiáveis da população” (SANTOS, 2008a, p. 87), “função esta que implica uma vida de relações” (SANTOS, 2008a, p. 88).

a) As fragmentações do espaço intraurbano

A reorganização produtiva do capital e, por conseguinte do território nacional fizeram o Estado se recolocar no cenário político-econômico até o final do século XX, e junto com essa recolocação podemos acompanhar um recuo das grandes ideologias que o justificavam. O Estado se associa às grandes empresas, e as grandes ideologias são substituídas pela publicidade na posse pelo imaginário social. A “publicidade assume o papel das antigas ideologias: encobrir, dissimular, transpor o real, ou seja, as relações de produção” (LEFEBVRE, 1991, p. 107), é um trabalho imaterial por meio do qual o consumo é organizado. Um trabalho imaterial, porque existem vários outros trabalhos imateriais responsáveis pela criação e reforço das “maneiras de ver, sentir, pensar e consumir das pessoas” (LENCIONI, 2003, p. 41), trabalhos cujo papel é justificar a produção e criação, dispersa e descentralizada, de mais e mais novas mercadorias. Tudo isso ocultando o caráter social da mercadoria. A produção de mercadorias parece não ter sujeitos. O indivíduo médio crescentemente “bombardeado” pelas imagens se encontra cada vez mais alienado do lugar onde existe. A mercadoria autônoma invade todas as relações sociais, tornando-se sua constante mediadora. O objeto-mercadoria sem história e valor de uso atrofiado é o signo que vai balizar as relações sociais na cidade. É-se necessário então cada vez mais mercadorias, em quantidade e invenção. Tudo transformado em mercadoria, todos os objetos, que são hierarquizados, segundo um critério de diferenciação que considera a moda ou o prestígio e não mais a necessidade (CARLOS, 1997).

À escala do intraurbano, a crítica às ações hegemônicas geralmente descreve as consequências da aplicação de uma forma de urbanismo – moderno – na cidade. Podemos, neste trabalho, vislumbrar um pouco dessa crítica no capítulo anterior, quando na explicação referente ao pensamento geográfico brasileiro pós-70. Trata-se de uma análise em que geralmente o autor contrapõe os efeitos do planejamento urbanístico do século XX, excludente, funcionalista e perverso, àquela que deveria ser a função – ou o conteúdo – da cidade: a de sede de uma urbanidade nos moldes iluministas, nos quais os diferentes conviveriam em igualdade. Oliva (2003), em texto apresentado no 2º Simpurb de São Paulo descreve qual seria o papel da cidade:

Mas qual seria o papel que esse ator social cumpre no enriquecimento e complexização da condição humana? Os atos de relacionar-se e coexistir são as condições universais e fundamento do ser social. Intensificar essas relações com um grau elevado de diversidade (e é isso que define o nível de urbanidade) é algo que a ocorrência das

idades favoreceu e tornou exponencial (...). A coexistência permite à cidade ser o lugar do encontro da diferença, o que abre as chances para que se supere, ao menos em parte, as segregações sociais e econômicas, culturais e étnicas. A possibilidade dessa convivência significa uma aprendizagem progressiva de posturas orientadas pelo entendimento, pelo acordo, pela tolerância. A cidade, com urbanidade, logo, contém uma dimensão ética, forjada pela necessidade de coexistência pacífica e cotidiana com a diferença. (...). Ela [a cidade] produz a estimulação cultural, ela produz o conhecimento. A inteligência não respira e não prolifera em ambientes onde predominam os padrões (a uniformidade do pensamento) (...). Quando essa produtividade potencial da cidade decai, são as práticas anti-cidade, marcadas pela segregação e uniformização que estão operando e rebaixando a urbanidade. (OLIVA, 2003, p. 74).

A cidade seria o lugar do encontro entre essas diferenças. Para Salgueiro, a “Cidade é um conjunto de lugares apropriados e produzidos pelos grupos sociais experienciando tempos e ritmos diferentes” (SALGUEIRO, 2003, p. 99). Mas o “urbanismo progressista [moderno] começa onde termina a urbanidade, e é quando surgem as regras, os códigos, para substituir uma vida prática que caiu em desuso por uma nova forma de ordenar/organizar o que era espontâneo” (PINTAUDI, 1997, p. 104). Para tanto se utilizou um modelo universalizante que funcionalizava os lugares através de estruturas semelhantes. Um modo de homogeneização dos espaços, onde “foram banidas de qualquer perspectiva de planejamento as atividades ligadas à economia popular, desconsideradas em suas funções econômicas, assim como as manifestações de caráter local, ou que estivessem fora do padrão vigente” (FERREIRA, Ignez, 1999, p. 145). Salgueiro, em texto publicado no mesmo livro (pelo Simpurb de Salvador), também aponta o processo de homogeneização, através da “generalização de modelos culturais”, ao mesmo tempo em que afirma outro processo, contrário e simultâneo a aparente uniformização, que é o “aprofundamento de especificidades e particularismos” (SALGUEIRO, 1999, p. 254). Lencioni, no Simpurb de São Paulo, reafirma a tendência do espaço à homogeneização, com a ressalva que associada a mesma vem também à fragmentação. Sendo que ambas podem ser apreendidas “em diferentes escalas” (LENCIONI, 2003, p. 42). Parece ser uma idéia sobre a qual muitos concordam, essa ambigüidade do industrialismo moderno (ou pós-moderno) em relação aos lugares. Quando descreve processo semelhante, Yázigi (2001), no livro “A Alma do Lugar”, refere-se a mesma ambigüidade referindo-se à globalização (talvez outro nome para a expansão do industrialismo moderno), que ameaça nivelar os lugares, e simultaneamente, reafirmá-los.

Detemo-nos na crítica às ações hegemônicas no espaço intraurbano, mais útil para a reflexão que desenvolveremos a partir daqui, uma vez que desejamos ver como os lugares foram desorganizados. Bitoun no Simpurb de Fortaleza desenvolve uma

crítica ao urbanismo constatando como este “não alcançou o estatuto de um pensamento sobre a cidade” (GENESTIER, 1994, *apud* BITOUN, 1997, p. 54)⁷⁸. Assim como a geografia encontra grandes dificuldades em superar a extensão geométrica como eixo epistemológico e vem buscando caminhos para tanto desde a década de 60, “o urbanismo sempre privilegiou uma territorialidade por áreas, definida por zonas, limites, fronteiras no seio das quais exercem-se seus poderes” (DUPUY, 1991, *apud* BITOUN, 1997, p. 55)⁷⁹. Parece-nos que as ciências que de alguma forma se ocupavam do espaço, se ocupavam também em racionalizá-lo dentro de uma abordagem areal que, na época – primeira metade do século XX – em virtude das limitações técnicas, se apresentava como único modo de se pensar a reprodução da sociedade industrial, ou citando Santos, a reprodução do meio técnico-científico (Santos, 2008a). Bitoun recorre a Ascher e transpõe para seu artigo texto desse autor, que descreve como modelos de gestão para a produção industrial são aplicados na cidade.

O urbanismo corbusiano participou da produção da cidade fordiana. Ao modo de Taylor, decompôs a cidade complexa em funções elementares e buscou a eficiência na monofuncionalidade: um único gesto, uma única função; ao modo de Ford, deu a primazia ao movimento e à velocidade, à rodovia funcionando como uma linha de montagem e tentou sistematizar as economias de escala definindo tipologias habitacionais e industrializando a construção. Ao modo de Keynes, defendeu a intervenção do poder público sem subverter as realizações privadas, exigiu um planejamento para acabar com a anarquia urbana e controlar o solo e propôs os tipos de equipamentos sociais do bem-estar. (ASCHER, 1995, *apud* BITOUN, 1997, p. 56)⁸⁰.

Uma explicação semelhante é desenvolvida por Lefebvre, para quem a cidade “figura na planificação como engrenagem; torna-se dispositivo material próprio para se organizar a produção, para controlar a vida cotidiana dos produtores e o consumo dos produtos” (LEFEBVRE, 2006, p. 76). Bitoun coloca que tanto o urbanismo, como a geografia – numa escala interurbana – organizavam o espaço para um indivíduo-tipo, o “*homo economicus*”. Ambas consideravam uma população uniforme sobre o espaço (suporte). As teorias não admitiam a cidade heterogênea, e trabalhavam no sentido de homogeneizar os espaços urbanos, tratando-os como *tabula rasa*, onde quaisquer dinâmicas que pretendessem desenvolver dependessem tão somente das formas que implantassem e das funções que impusessem.

⁷⁸ Bitoun cita: GENESTIER, P. **Modes de vie normal et normalisation de l'espace**, Espace et Sociétés, Paris, v. 73, n. 2, p. 31-50, 1993.

⁷⁹ Bitoun cita: DUPUY, G. **L'urbanisme des réseaux**. Paris: A. Colin, 1991.

⁸⁰ Bitoun cita: ASCHER, F. **Metápolis ou l'avenir des Villes**. Paris: Ed. O, Jacob, 1995.

Os processos sociais foram ignorados, fazendo “tabula rasa” das características culturais de cada lugar, desprezando as condições existentes, que não se constituíssem em vantagens locacionais face ao referido modelo. Privilegiando um modo de vida considerado como padrão de normalidade social global, de acordo com um referencial ideológico, destinava-se a um homem abstrato. (FERREIRA, Ignez, 1999, p. 145).

Tais procedimentos fecharam o planejamento urbano para o processo. Pereira (2007), discutindo o exemplo do planejamento moderno de Florianópolis, discute-o em termos genéricos, e explica o quanto a cidade idealizada nos planos distanciava-se da realidade, visto que estes – planos – não eram resultado de uma visão prospectiva (LEFEBVRE, 2006, p. 119). O objeto ideal do planejamento foi rapidamente substituído pelas contradições sócio-político-espaciais que se impunham. De certa forma a tentativa de sua aplicação resultou na fragmentação da cidade, cujos territórios (é assim que o autor denomina) buscaram “o reconhecimento de suas identidades e de suas histórias” (PEREIRA, 2007, p. 8). A cidade “explodiu” e ganhou outra configuração. As periferias, por exemplo, são resultados dessa explosão (LEFEBVRE, 2006). Em 1995, doze anos antes das reflexões desenvolvidas por Elson Pereira no Simpurb de Florianópolis, Bitoun discutia as contradições causadas pela aplicação do planejamento modernista no Brasil, no Simpurb de Fortaleza, e descrevia como uma lógica, formal e conservadora, explicava essas periferias como “espaços lamentavelmente inacabados, propícios à patologia da marginalidade (...)” (BITOUN, 1997, p. 56). Ignez Ferreira faz uma reflexão semelhante à Bitoun quando aponta como a lógica formal fornece o contexto no qual “desenvolveu-se a visão dicotomizada da cidade que opõe centro e periferia, colocando as diferenças como patologias e as contradições como disfunções” (FERREIRA, Ignez, 1999, p. 145). Lencioni, em 2003, discute o mesmo processo de pensamento, formal, que põe a fragmentação do espaço como uma disfunção da homogeneização, dispendo ambos – fragmentação e homogeneização – como opostos, quando, de fato, são processos associados que guardam uma unicidade. As periferias, por exemplo, não são empecilhos ao desenvolvimento da cidade do capital, mas são parte indissociável dela. A população de baixa renda que vai morar nessas periferias, “pedaços” de cidade, espaços inacabados, será incluída na cidade do capital como força de trabalho, mão-de-obra, porém não como presença integral (DAMIANI, 1997). Essa recusa da cidade em oferecer as populações periféricas o direito a urbanidade insufla as insurgências que “explodem nas periferias” (CARLOS, 1997, p. 210).

Maria Adélia de Souza afirma que “as redes de ação e de resistência contra a

falta de liberdade” (SOUZA, Maria A., 1999, p. 15) têm seus focos nas praças públicas e nas periferias das grandes cidades brasileiras. Damiani, se distanciando bastante da lógica formal, explica como as periferias não são simplesmente espaços não dominados, problemas de um planejamento urbano mal-feito. Para autora:

A violência não é fruto da exclusão, simplesmente, ela revela as estratégias políticas e econômicas como catastróficas, porque elas não paralisam o desastre, não evitam a morte; ao contrário, supõem a ambos, desencadeia-os. A violência não é fruto de uma vida simples, mas de uma vida mediatizada, complexa, contraditória. Num Estado colado na economia. É a consequência inevitável. (DAMIANI, 1999, p. 115).

Damiani afirma que, nos lugares periféricos da cidade, os fatores desorganizadores são as ações estratégicas de caráter político e econômico vindas dos centros decisórios da cidade. Enquanto que as relações estabelecidas no local, horizontais, de âmbito pessoal, particular que é, ao mesmo tempo de vizinhança, são os fatores organizativos, já que elas – as relações – se realizam sem tantas mediações institucionais, justamente porque estas “não chegam a um domínio completo” (DAMIANI,...), já que não há um

(...) interesse irrestrito na periferia. Quando o [o pobre] fazem viver não só a ausência de serviços, de urbanização, mas, ao mesmo tempo, e por isso, as alternativas próprias, os ritmos, autocriados e geridos. A cultura popular pode ter potência de resistência, também, neste intervalo, o do não capturado. Mesmo quando a criação é efêmera, móvel, residual. (DAMIANI, 1999, p. 119).

A existência dessa enorme força de apropriação do espaço – movida pela sobrevivência – que se organiza nas periferias das metrópoles brasileiras, para a autora, é motivo para se propor um novo urbanismo que dependa “da experiência e da imaginação do morador” (DAMIANI,...). Para ela as respostas oficiais não respondem às demandas, já que não se conhecem “as maneiras ou modos de solidariedade e relacionamento, que se produzem [no cotidiano] entre os sujeitos/sujeitados a essa situação” de exploração e expropriação imposta pelas ações hegemônicas. A autora pede concentração sobre a potência histórica de resistência que as relações constituídas na periferia guardam. Para ela é preciso “decifrar a resistência, organizada ou não, como cultura, humanizada e humanizadora” (DAMIANI, 1999, p. 120).

Trindade Júnior (2001) defende uma idéia convergente com Damiani, sobre a participação daquele que mora, no planejamento da cidade. Para esse autor o planejamento das cidades deve considerar as redes de ação informalmente constituídas,

mas não necessariamente institucionalizá-las, pois os processos de institucionalização “não raro propiciam o controle de suas mobilizações, inibem seu poder de barganha e as tornam elos enfraquecidos do ponto de vista da correlação de forças” (TRINDADE JÚNIOR, 2001, p. 149). O autor lembra que a força dessas redes deriva das ações espontâneas constituídas no cotidiano (vizinhança, amizade etc.), o que significa que uma possível institucionalização de redes informais inibiria o seu conteúdo tático responsável por sua flexibilidade de ação e grande capacidade adaptativa. Esse autor busca uma consciência territorial dos cidadãos ou, uma “consciência em relação ao lugar e à sociabilidade do indivíduo” (TRINDADE JÚNIOR, 2001, p. 150). Em linha similar, Pereira (2007) defende um planejamento urbano num modelo negociado a fim de abarcar o máximo possível a complexidade atual da cidade e do urbano. Para esse autor pensar a cidade, em sua totalidade, e o urbano, implica em pensar todas as partes que os compõem: as diversas espacialidades e os diversos saberes.

Pintaudi (1991), no segundo *Simpurb*, também traça uma crítica aos modelos urbanísticos modernos. Mais específica, a autora “cerca” um setor econômico específico: o setor comercial. Pintaudi (1991) descreve a pulverização do centro comercial, que se fragmenta em diversos outros centros especializados. Segundo a autora, quando isso acontece, o comércio que era um elemento de integração das relações sociais que se estabeleciam no cotidiano, deixa de sê-lo. Afinal era o comércio, “concentrado no centro da cidade, mesclado a outras funções terciárias e à moradia [que] atraía para lá pessoas de todos os estratos sociais que, mesmo sem se falarem, se tocavam, ainda que com o olhar” (PINTAUDI, 1991, p. 79). Carlos descreve outros processos que também vão contribuir para essa desconstrução da cidade como lugar de encontro. Para essa autora a utilização dos novos e velhos objetos midiáticos (TV, *walkman* etc.) servem para os indivíduos “voluntariamente” se alienarem da convivência uns dos outros. Esses objetos isolam aqueles que os usam, não dando espaço para o diálogo, para a conversa desinteressada, ou simplesmente para o cumprimento banal, impossibilitando qualquer tipo de aproximação amistosa entre os indivíduos moradores da cidade moderna. A produção do cotidiano pela sociedade burocrática do consumo dirigido⁸¹ reproduz as relações entre as pessoas da metrópole, produzindo uma “nova urbanidade” (CARLOS, 1997; 2001) ou uma “perda de

⁸¹ Com essa definição Lefebvre marca “o caráter racional dessa sociedade, como também os limites dessa racionalidade (burocrática), o objeto que ela organiza (o consumo no lugar da produção) e o plano para o qual dirige seu esforço a fim de se sentar sobre: o cotidiano” (LEFEBVRE, 1991, p. 68).

urbanidade” – como colocou Freire (2001, p. 446) – “a partir da predominância do objeto (...) e da emergência de um individualismo de massa, bem como a criação de uma ideologia que contempla a mercadoria transformada em signo que vai permear e redefinir as relações espaciais” (CARLOS, 2001, p. 62). A reprodução do espaço no qual o “indivíduo se absorve cada vez mais em seu espaço privado” (CARLOS, 1997, p. 208) comporta transformações que

(...) tendem a separar e dividir os habitantes na cidade em função das formas de apropriação determinadas pela existência da propriedade do solo urbano; cada um num endereço específico, apontando para uma segregação espacial bem nítida, passível de ser observada na paisagem como produto da articulação entre uma hierarquia social e uma hierarquia espacial, que caracteriza os usos no espaço urbano (...). (CARLOS, 1997, p. 208).

Podemos inferir dessa análise que a cidade em crise se configura num arranjo de lugares homogêneos sócio-economicamente isolados entre si. A prática espacial do homem moderno tende a se atrofiar, restringindo-se aos espaços privativos (homogêneos e confinados), ao mesmo tempo em que a cidade se transforma em um espaço de fluxo, composto por vias expressas. “Nesse contexto, o espaço público se transforma, esvaziando-se de sentido porque limita e coage os modos de apropriação” (CARLOS, 2001, p. 63), simultaneamente podemos observar o atrofiamento das relações de vizinhança, o que propicia a perda da sociabilidade e, por conseguinte, a diluição do sentimento de se pertencer ao lugar. Para Carlos os espaços públicos que poderiam ser integradores dessa cidade fragmentada são reduzidos, a vida nos bairros é apagada e, por conseguinte, a cidade torna-se mais “fria, anônima, funcional e institucionalizada” (CARLOS, 1997, p. 208). Carlos acompanha Lefebvre, que também afirma a influência da *mass media* na criação de novas relações entre os moradores da cidade. Lefebvre coloca como a *mass media* separa “do lugar e do território os indivíduos e os grupos (famílias, corpos organizados)” (LEFEBVRE, 2006, p. 77), dissolvendo a vizinhança e esboroando o bairro, criando os espaços homogêneos onde as pessoas (os habitantes) apenas se deslocam. Lemos faz uma descrição das funções desempenhadas pelos espaços públicos na cidade, pensando-os no contexto dessa nova urbanidade. Espaços públicos se convertendo em espaços privados. “A praça, lugar de socialização por excelência na cidade tradicional, converteu-se em sede de comércio ambulante. As ruas, palco de constantes conflitos, tornaram-se lugares de passagem, de movimento” (LEMOS, 2001, p. 439).

Notamos que os autores, nos *Simpurbs*, confirmam o fracasso do projeto moderno. Gustavo de Souza é enfático e direto, para ele “o projeto da Modernidade tem fracassado” (SOUZA, Gustavo de, 2001, p. 260). A modernidade não trouxe inclusão indiscriminada e moralmente justa. O que ocorre é a inclusão seletiva, onde o diferente é excluído ou incluído marginalmente. Ainda assim, podemos dizer que as diferenças não deixaram de existir apesar dos esforços dos agentes hegemônicos em realizar este objetivo, durante quase todo o século XX. As diferenças se espacializaram, surgiram como heterotopias – como Lefebvre e Harvey denominam – ou como espacialidades múltiplas – um termo utilizado por Soja, no livro “Geografias Pós-modernas”, entre outros autores – sendo que heterotopias e espacialidades múltiplas não são termos que se justapõem, mas nos dão a dimensão de um espaço que permanece e permaneceu diferenciado ainda que existissem muitos e gigantescos esforços com objetivos exatamente contrários. Se seguirmos Salgueiro (2003), entenderemos as espacialidades como lugares, singulares produtos sociais apropriados “pelas práticas sociais na satisfação das necessidades individuais e coletivas de reprodução e de identificação” (SALGUEIRO, 2003, p. 99).

Trindade Júnior explica que os novos padrões de desenvolvimento urbano marcam a fragmentação/urbanização⁸² das cidades contemporâneas, assim como reconfigura territorialidades diversas:

Formais (decorrentes de espacialidades institucionalmente definidas e que observam delimitações político-administrativas) e não-formais (decorrentes de espacialidades não-institucionalizadas, que delimitam escalas espaciais de ação e/ou controle de determinados agentes). (TRINDADE JÚNIOR, 2001, p. 134).

Poderíamos considerar as territorialidades não-formais como diferenciações – as periferias urbanas pobres, por exemplo – que surgiram a revelia dos agentes hegemônicos, portanto imprevisas pela ação estratégica. Ora, as diferenciações não-previsas e não-formais foram diagnosticadas como problemas, e postas como motivos da crise pela qual a cidade brasileira passou e passa. Elas eram obstáculos que surgiam a produção de um espaço racionalizado, útil para a reprodução do capital. Castillo (2001) converge com Trindade Júnior e coloca como a fragmentação adquire mais de uma aparência. As fragmentações segundo esse autor poderiam ser tanto consequência “de

⁸² Saint-Clair Trindade Júnior (2001) constrói uma palavra composta com os nomes fragmentação e urbanização. Entendemos que o autor tenta demonstrar com esse artifício que a urbanização moderna está indissolúvelmente associada à fragmentação da cidade.

ações hegemônicas que usam o território como recurso”, quanto reações, ou “diferenciações não-formais”, geradas da “diversidade de temporalidades que respondem de maneira mais ou menos obediente aos imperativos do mercado e da competitividade” (CASTILLO, 2001, p. 176). Considerando essas diferenciações como fragmentações do espaço, recorremos a Alfredo (2003), que as explica como um parcelamento da propriedade privada instituída, geralmente no momento de sua apropriação por outras racionalidades que lhe atribuem outro valor de uso e, por conseguinte, outras funcionalidades, que podem ou não, mas geralmente cumprem esse objetivo, se realizarem como valor de troca.

Ignês Ferreira (1999), em texto apresentado no Simpurb de Salvador, descreve como, em Brasília, entre as décadas de 80 e 90, o Estado surge como agente desorganizador do lugar (termo que a autora não menciona diretamente) no processo de reassentamento da população radicada em áreas de ocupação irregular para outros locais destinados a mesma, pelo próprio Estado. Geralmente esse processo vem associado a uma maior possibilidade de fixação por parte dessa população transferida, o que não garante a ela o direito a cidade, pois esse novo lugar de morar – muitas vezes tratado pelo Estado simplesmente como *habitat* – pode estar distante do seu possível local de trabalho. Mas mesmo que esteja perto, aquele novo espaço de morar fatalmente sofrerá uma valorização o que geralmente implica na renovação dos moradores. Aqueles radicados, transferidos originalmente para o espaço em questão, são substituídos por outros moradores de uma classe social mais abastada ou por comerciantes (o que traz como consequência a mudança da função daquele espaço). Para Ignês Ferreira, a “renovação da população leva ao enfraquecimento da comunidade e desmobilização pela fragmentação” (FERREIRA, Ignês, 1999, p. 157). São efeitos da ação desorganizadora do Estado, e das empresas, geralmente associados. Ambos influenciando no espaço intraurbano e impondo um novo ritmo às transformações do espaço, afinal ele – o espaço – transformou-se em mercadoria, em diversos novos aspectos.

Além do solo, que já era imbuído de valor de troca, a paisagem urbana também se tornou passível de ser negociada. “O espaço entra cada vez mais na troca na medida em que áreas antes desocupadas entram no circuito da troca ocupadas por novas indústrias, como o do turismo e lazer, fazendo com que praias, montanhas e campos entrem no circuito de troca” (CARLOS, 1993, p. 94). O meio técnico-científico informacional apropria-se rapidamente de novas extensões.

Isso é facilitado pela transformação do espaço social em espaço abstrato, ou seja, do espaço precipuamente valor de uso em espaço mercadoria. Para isso, a cidade é vendida em pedaços, como fragmentos de um imenso mosaico, sendo essa fragmentação uma forma de viabilizar a sua transformação em mercadoria. O valor de troca se sobrepõe historicamente ao valor de uso; sendo que para usufruir de determinados atributos do lugar, necessário se faz que o mesmo se realize, antes de tudo, como valor de troca. É nesse sentido que os processos de valorização do espaço pressupõem a mercantilização dos lugares. (SEABRA, 1987, apud TRINDADE JÚNIOR, 2001, p. 151)⁸³.

Anselmo Alfredo explica que “a produção do espaço metropolitano comporta uma íntima relação com o processo de formação da propriedade privada da terra” (ALFREDO, 2003, p. 46). O espaço como mercadoria implica em sua obsolescência, já que se impõe sua renovação cada vez mais rápida e constante. Renovação urbana, ou renovações, que significam mudanças realizadas no espaço para sua atualização, visando o mercado. Essas mudanças, “que se revelam na morfologia da cidade” (CARLOS, 2001, p. 69), pedem a eliminação de referenciais urbanos importantes para determinados grupos e classes sociais (CARLOS, 1991; 1993), criando espaços alienados dos seus moradores, implodindo lugares. Carlos chama de “espaço amnésico” (CARLOS, 2001) este que acusa a perda de referenciais no processo de renovação urbana. Pinaud (1997) aponta como a aceleração do tempo no mundo moderno e a multiplicação dos espaços dificultam a leitura dos lugares.

Vemos a emergência de uma sociedade burocrática do consumo dirigido onde não apenas o tempo do trabalho é quantificado e programado. Para Carlos (1997) o cotidiano é programado inteiro, além da fábrica, onde...

(...) [o] tempo social passa por um processo integral de quantificação a partir da medida do tempo de trabalho e seu conseqüente grau de produtividade. (...) [Essa] quantificação absoluta produz a abstração, a fragmentação do espaço na homogeneização, esmigalhamento dos ritmos e dos ciclos da natureza pela linearidade. (CARLOS, 1993, p. 96).

Damiani, citando Lefebvre, afirma que a compreensão do atual movimento de expansão do capitalismo, no qual outros momentos da vida social tornam-se relevantes⁸⁴, reside na análise da reprodução das relações sociais de produção. Segundo Damiani não é somente o tempo do trabalho que está aprisionado pelo capitalismo, mas

⁸³ Trindade Júnior cita: SEABRA, Odette C. de. L. **Os meandros dos rios nos meandros do poder: Tietê e Pinheiros – valorização dos rios e das várzeas na cidade de São Paulo**, 1987. Tese (doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

⁸⁴ “O capitalismo constitui novos setores de produção e por conseqüência de exploração e dominação: citem-se entre outros os seguintes setores: tempos livres, vida cotidiana, conhecimento e arte, e, finalmente a urbanização.” (LEFEBVRE *apud* DAMIANI, 1997, p. 225).

também o tempo do não-trabalho que “sofre mais e mais interferências, da organização da indústria e das estratégias políticas” (DAMIANI, 1997, p. 228). Carlos observa que o termo produção significa mais do que simplesmente produzir coisas. A autora propõe “pensar a produção *latu sensu*, enquanto produção de relações sociais, de obras, de símbolos, de valores éticos e estéticos no sentido da prática espacial” (CARLOS, 1991, p. 108). Damiani, no Simpurb de Fortaleza, quatro anos depois, reafirma que o capitalismo não se restringe somente a produção. Todo o conjunto social, além da fábrica, constitui o “processo de desenvolvimento contraditório” (DAMIANI, 1997, p. 223) que constitui o capitalismo, e concomitantemente é influenciado por ele. Para Damiani, a noção de produção no sentido estrito está imbricada com a produção no sentido amplo, a qual equivale “à produção da natureza humana e à produção da natureza, realizando-se ao mesmo tempo que a produção das coisas, a produção da civilização humana” (DAMIANI, 1997, p. 224). Seabra, no livro “Retorno a Dialética de Lefebvre” explica: as “mercadorias não são apenas os produtos que saem das fábricas, mas fragmentos e momentos da existência social que também se realizam nos circuitos de valorização do capital” (SEABRA, 1996, p. 82).

Alguns autores buscando a compreensão das dinâmicas que colocam a paisagem urbana em eterna mutação, graças às dinâmicas autofágicas da cidade contemporânea, se utilizam dos mais diversos arranjos explicativos. Ribeiro (1993), em seu artigo apresentado no Simpurb do Rio de Janeiro, tenta construir um desses arranjos, pensando a dinâmica da produção do espaço construído como produto da articulação entre dinâmicas globais e locais. Notemos: o autor não menciona o lugar, seu foco é sobre o local, acerca do qual afirma ser passível de sofrer várias e intensas intervenções exógenas, vindas da escala global. No local a produção capitalista, de conteúdo organizacional “convive com outras formas de produção do espaço construído, que vai desde a autoconstrução, passando pela produção sob encomenda do usuário e a produção estatal” (RIBEIRO, 1993, p. 100). Ribeiro coloca a existência de várias temporalidades envolvidas na produção do espaço urbano construído. A fim de descrevê-las ele recorre ao conceito de construtibilidade, algo que segundo Ribeiro depende de se conceber todos os atributos e processos que tornam um terreno “construtível”. Não pertence ao objetivo deste trabalho listar todos os fatores e processos que tornam um terreno “construtível”. Tentaremos permanecer naquilo que interessa. O autor quer reconhecer a importância do local na construtibilidade de um terreno. Ela (a construtibilidade) aparece na singularidade funcional da cidade (que

iremos discutir logo adiante), na configuração local da estratificação social; nas “alianças que fundam o poder local” e nos “sistemas de práticas espaciais que orientam as escolhas habitacionais” (RIBEIRO, 1993, p. 102) da população local. Ribeiro releva a importância de se observar as origens da estrutura fundiária, ou seja, a construtibilidade local também tem um caráter genético que deve ser avaliado.

Parece-nos que Ribeiro procura sintetizar através da noção de construtibilidade diversos atributos que singularizam uma cidade, no que se refere a apropriação do solo urbano pelas dinâmicas do setor imobiliário. Saint-Clair Trindade Júnior, em texto apresentado no Simpurb de Presidente Prudente, também para explicar a singularidade da cidade, segue uma perspectiva semelhante para pontuar atributos equivalentes aos pontuados por Ribeiro: “as diferenças de uma cidade para outra podem se dar com referência ao grau de maturação dos conflitos especificamente urbanos e à luta em torno da materialidade urbana com seus agentes particulares”. Para esse autor, recorrendo a Gottdiener, a “apropriação da terra urbana constitui a linha de frente das ações locais”, mas para tanto é necessário “considerar tanto as condições estruturais para o desenvolvimento dessas ações, quanto os meios pelos quais atores separados – potencialmente de qualquer estrato social, mesmo da classe trabalhadora – aglutinam-se em articulações, consideradas agentes ativos nesse processo” (TRINDADE JÚNIOR, 2001, p. 130).

Observamos somente o peso maior que Trindade Júnior põe no papel da ação nas dinâmicas de apropriação da terra urbana, talvez com o objetivo de se afastar da extensão como eixo epistemológico – como discute Silveira (2006) em artigo publicado na GEOUSP – colocando o foco de sua análise nas redes de ação, que seriam “as coligações de agentes que buscam realizar interesses comuns” (TRINDADE JÚNIOR, 2001, p. 137) e que poderíamos correlacionar às “alianças que fundam o poder local” citadas anteriormente por Ribeiro.

Ribeiro e Trindade Júnior sobrevalorizam as ações e objetos locais em relação à instância global de ação com o fim de entenderem as dinâmicas do setor imobiliário de uma cidade. É Carlos que lembra o processo de mundialização, o qual “longe de apagar o local, coloca-nos diante do fato de que ele se realiza no lugar onde a tendência de constituição de um espaço homogêneo entre em contradição com o espaço [local] fragmentado dos empreendedores imobiliários” (CARLOS, 2001, p. 68). Voltando a Ribeiro, em seu desfecho, para que entendamos essa sobrevalorização do local, o autor observa a importância de se ter um “conhecimento prévio” da estrutura local, afirma que

a dinâmica local determinará em qual medida e por qual processo “a dinâmica global produzirá efeitos no campo que ela [a dinâmica local] organiza” (RIBEIRO,...) e, por fim explica que cada “movimento de crescimento e crise da dinâmica local produz alterações na estrutura imobiliária local” (RIBEIRO, 1993, p. 104). Poderíamos dizer que as estruturas locais, também para Ribeiro, são organizativas?

Encontramos alguns indícios dessa importância dada ao local por Ribeiro no projeto de Reforma Urbana descrita por Coelho (1993). Com certeza as reflexões não se superpõem: o local em Ribeiro ganha relevância em torno de um tema específico, que é a apropriação do solo urbano pela construção civil; enquanto a reflexão de Coelho é mais genérica, mais abrangente e pensa como o local deve aparecer em um planejamento urbano emancipatório.

Coelho (1993) traça uma breve descrição do desenvolvimento do projeto de reforma urbana ao longo da década de 80, quando o regime militar “caminhava” para seu ocaso. O autor coloca como movimentos emancipatórios de base local foram importantes na construção deste projeto, que significou uma nova forma de se pensar planejamento urbano no Brasil. Coelho cita diversas características de uma nova concepção de direito urbano (que permeia o projeto), mas que não vamos descrever integralmente por não ser pertinente ao trabalho. No entanto podemos observar aqueles pontos mais pertinentes: por exemplo, a predominância da visão intra-urbana no projeto e o peso dado ao município, indícios de uma descentralização com vistas a diminuir o poder do Estado. É Coelho que afirma:

Ao lado da dimensão reivindicativa desses movimentos instaura-se um processo de formação de identidade coletiva voltado para a dimensão do cotidiano e do local de moradia. Deste modo a extensão da cidadania e as novas formas de sociabilidade adquirem na luta urbana uma dimensão do lugar. (COELHO, 1993, p. 145).

Coelho também observa outras possibilidades numa concepção municipalista do projeto de Reforma Urbana. Quando cita a retomada dos planos diretores no projeto, o autor adverte sobre o perigo de eles serem orientados por antigos vícios. Aqui Coelho realiza sua crítica do urbanismo moderno que, segundo ele, ainda visa uma cidade ideal balizada por conservadoras concepções de ordenamento racional do território, o qual “tratava os conflitos e contradições urbanas como desvios e disfunções”. O autor vê a contraposição a esta concepção de planejamento local/municipal – fechada em si mesma e desconectada da escala regional e territorial – em outro planejamento fundado através

de uma cultura política surgida “a partir da constituição de uma noção de identidade municipal, recuperando a história local, resgatando as lutas e formas de resistência, captando os fatos decisivos na construção de uma identidade local” (COELHO, 1993, p. 146). O autor descreve um planejamento nascido da práxis, da luta pelo “direito à vida na cidade” (COELHO, 1993, p. 145).

Harvey, discutindo Lefebvre, explica que para este a produção do espaço tinha de “permanecer uma possibilidade interminavelmente aberta” (HARVEY, 2009, p. 240). O próprio Lefebvre, no livro “Direito à Cidade”, à medida que explica a necessidade de se pensar prospectivamente a cidade, defende-a efêmera, “perpétua obra dos habitantes, eles mesmos móveis e mobilizados para/por essa obra” (LEFEBVRE, 2006, p. 134). Para Lefebvre, nessa cidade, a apropriação cotidiana pelos habitantes deverá estar acima do domínio daqueles que a procuram fragmentar.

b) Olhando mais de perto as dinâmicas produtoras de lugares urbanos

Nos Simpurbs, como já foi colocado, predomina a explicação do urbano na perspectiva materialista. Através desse caminho teórico-metodológico “o lugar não se explica por si mesmo, o que nos obriga a procurar as razões da fragmentação urbana nas complexas interdependências entre os atributos locais, a formação socioespacial e o mundo” (CASTILLO, 2001, p. 194), ou seja, alcança-se o lugar através da totalidade, onde o lugar começa como um ponto que “tem um significado particular dentro do mundo” (CORDEIRO, 1991, p. 65). Esse significado geralmente é dado por funções específicas que esse lugar desempenha no mundo, dentro de uma Divisão Internacional do Trabalho, mas também por sua história singular, acúmulo de tempos que se “esbarram”, contendo nesse movimento a particularidade que o explica. Seabra se utiliza, por exemplo, da noção de cidade histórica⁸⁵ para explicar o bairro/lugar. Uma noção útil que oferece a perspectiva de processo, tão certa ao entendimento do bairro/lugar como subespaço de uma totalidade concreta e dialética. Totalidade que enquanto potência é urbanização-metropolização, trazendo consigo “a luta de sujeitos sociais fragmentados, desterritorializados e sempre em vias de o serem” (SEABRA, 2001, p. 80), mas enquanto existência contém a luta diária dos sujeitos pela sobrevivência.

⁸⁵ Cidade sempre em construção, se destruindo, para sua própria reprodução. Esses processos concomitantes a definem e as marcas que eles deixam não são acidentes, nem restos, mas a constituem e a explicam (SEABRA, 2001).

Lencioni (2003), em texto apresentado no 2º Simpurb em São Paulo, traz uma interessante abordagem sobre a metropolização como um movimento da totalidade, que vemos na forma de um movimento singular da totalidade ou uma das faces do processo de totalização. Essa perspectiva da noção de metropolização a liberta da região metropolitana, permitindo-nos observá-la, por exemplo, na cidade de Ribeirão Preto por apresentar “algumas características metropolitanas embora distante cerca de 300 quilômetros da metrópole de São Paulo” (LENCIONI, 2003, p. 35). Lencioni vê mesmo o processo de homogeneização “como processo de metropolização do espaço, que com seu avassalador ímpeto de assemelhar os lugares, dilui ou dá opacidade aos diversos tempos presentes nos lugares” (LENCIONI, 2003, p. 42).

Alfredo (2003), também no 2º Simpurb em São Paulo desenvolve a idéia de metropolização contrapondo a metrópole à cidade, uma vez que “a cidade e a realidade urbana dependem do valor de uso” (LEFEBVRE, 2006, p. 6). De acordo com esse autor, Alfredo, “metropolizar (...) é necessariamente destituir a cidade em metrópole, esta última, resguardaria em si uma identidade qualitativa que estaria subordinada a uma dimensão quantitativa. A cidade se metropoliza na medida que amplia sua extensão física”. “A cidade o é na medida em que não é metrópole”. A metropolização comporta o “desaparecimento da cidade como sua condição” (ALFREDO, 2003, p. 45), através de uma lógica homogeneizante do estabelecimento da propriedade privada, que “para se impor necessita da expropriação de todas as outras formas de sociabilidade que se coloquem como diferentes” (ALFREDO, 2003, p. 49). Salgueiro também coloca como a produção hegemônica da cidade, para “viabilizar de modo eficiente a produção econômica pelo espaço e pelo tempo (...), arrasa os lugares do tempo lento e substitui-os pelas novas paisagens” (SALGUEIRO, 2003, p. 101).

Na escala do mundo, totalidade, **existem** as redes e os fluxos que as preenchem. Redes que os avanços técnicos possibilitaram e tornaram seletivas, graças a acréscimos de intencionalidade, que também impregnam e dão “sentido” aos objetos-ações implantados “cirurgicamente” no território. Esses “implantes”, ou próteses territoriais, significam pontos interligados pelas mencionadas redes, relativamente independentes do imediato entorno, “verdadeiras ortopedias (...) agregadas ao território, operando como articuladores de um número cada vez maior de lugares” (CASTILLO, 2001, p. 185). É o advento do meio técnico científico-informacional, contendo novas relações entre a totalidade e o lugar.

Castillo afirma que a “especialização dos lugares nunca esteve tão em voga

como no mundo de hoje, ameaçado pelo aprofundamento da divisão socioterritorial do trabalho” (CASTILLO, 2001, p. 184-185), um processo capaz de gerar o que Gustavo de Souza vai denominar de “‘efeitos de coletividade’ cujo sentido se relaciona a uma dependência específica estabelecida entre as pessoas pela divisão social do trabalho” (SOUZA, Gustavo de, 2001, p. 263). Esse grau de especialização dos lugares, em virtude das funções que desempenham, é devido às quantidades de intencionalidade acrescidas aos objetos-ações e ao tipo de atividade que se vai associar a eles (SANTOS, 2006). A necessidade de que esta atividade seja desenvolvida necessariamente numa grande cidade foi bastante atenuada, ou praticamente anulada, graças aos avanços técnicos já mencionados, os mesmos que possibilitaram que a solidariedade organizacional entre lugares, com papéis funcionalmente complementares, mas geometricamente distantes, se realizasse. Contemporaneamente, a rede informacional que cobre o globo permite que as escolhas sejam “feitas considerando-se o planeta como um todo (somente a partir dessa consideração, procede-se à seleção dos lugares)”, assim como implica que “as consequências dessas operações seletivas são, ou no mínimo podem ser, planetárias” (CASTILLO, 2001, p. 187). É o acontecer hierárquico, que permite a “imposição de uma coesão organizacional fundada numa racionalidade distante” (SILVEIRA,...), acometendo a vida no lugar. Entretanto têm-se os *aconteceres homólogos e complementares*⁸⁶ que se realizam com grande contribuição das “ações nascidas da co-presença apesar das ordens exógenas (...). Criam-se nexos locais e, desse modo, o lugar abriga, com deformações, o tempo universal” (SILVEIRA, 2007, p. 12).

Aqui cabe diferenciar – como já fizemos antes – duas escalas de observação desta funcionalidade dos lugares que aparece nos Simpurbs. Uma escala cobrindo uma maior extensão nos possibilita ver os lugares como pontos. Nesta escala, as relações interurbanas ganham relevo, os lugares-pontos são cidades (ou regiões), onde o importante da análise se encontra na localização deste ponto-lugar e na descrição das funções que o singularizam na totalidade-mundo. Nesta escala, obviamente, a reflexão em torno da intervenção urbanística – mais pertinente aos limites intraurbanos – não aparece, ou quando muito, aparece secundariamente. A crítica realiza-se aqui em outra escala: a do território ou da região.

⁸⁶ “O acontecer homólogo é aquele das áreas de produção agrícola ou urbana, que se modernizam mediante uma informação especializada, gerando contigüidades funcionais que dão os contornos da área assim definida. O acontecer complementar é aquele das relações entre cidade e campo e das relações entre cidade e campo e das relações entre cidades, consequência igualmente de necessidades modernas da produção e do intercâmbio geograficamente próximo” (SANTOS, 2006, p. 166).

A outra escala considera o espaço intraurbano da cidade como eixo da discussão – sem o descuido do contexto, da totalidade. Nesta abordagem o problema da homogeneização aparece na paisagem urbana da cidade, na forma de contradição, ou contradições, que são senão a constituição de um espaço urbano fragmentado composto de espaços segregados ou auto-segregados, que podem ser lugares, ou não-lugares, com certeza nenhum dos dois, mas sempre alguma coisa entre um e outro⁸⁷. O planejamento urbano, ou a ausência dele, produz a fragmentação, ou espaços funcionais, ou ainda a “multiplicação” dos lugares. Na escala do intraurbano os autores observam as transformações dos lugares a partir da ação hegemônica, o modo como eles – os lugares – se adaptam às verticalidades⁸⁸ e como a globalização pode transformar os elementos do lugar em vantagens locais. Nas palavras de Damiani: “O acervo de práticas sociais e culturais, próprio dos diferentes espaços, que os definiria na sua diferença, pode legitimar interferências dominadoras, já que elas se servem dessas práticas, então reinventadas” (DAMIANI, 1999, p. 110).

As ações hegemônicas não são ingênuas, ao contrário, comportam intencionalidades, e se realizam através dos eventos nos lugares. A cidade grande, não é toda contemplada por estas ações racionalizantes. Elas – as ações – são altamente seletivas, em virtude do alto grau de intencionalidade que elas contêm. Seleccionam pontos na cidade que condensam essas características relacionadas a concentração de objetos-ações que viabilizam a expansão do meio técnico científico-informacional sem grande atrito, ou nenhum. Para Davidovich são partes da metrópole, expressões espaciais concretas do local, que “se especializam em funções globais (finanças, telecomunicações, publicidade e ‘marketing’, corretagens especiais e consultorias, entre outras) (...), [são] frações da metrópole que se ajustam ao ‘tempo único’, ditado pelo mercado e que se diferenciam de outras partes da cidade” (DAVIDOVICH, 2003, p. 59). Santos denomina esses espaços “escolhidos” de “espaços luminosos” (SANTOS, 2006, p. 326), pontos no espaço intraurbano, cercados por extensas manchas opacas, ou

⁸⁷ “Acrescentemos que existe evidentemente o não-lugar como o lugar: ele nunca existe sob uma forma pura; lugares se recompõem nele; relações se reconstituem nele (...). O lugar e o não-lugar são, antes, polaridades fugidias: o primeiro nunca é completamente apagado e o segundo nunca se realiza totalmente” (AUGÉ, 1994, p. 74).

⁸⁸ As verticalidades e as horizontalidades constituem um par dialético discutido por Milton Santos. As verticalidades, especificamente, são “pontos no espaço que, separados uns dos outros, asseguram o funcionamento global da sociedade e da economia” (SANTOS,...), dão conta dos momentos da circulação, distribuição e consumo (as horizontalidades são a “fábrica da produção”), “sendo o veículo de uma cooperação mais ampla, tanto economicamente e politicamente, como geograficamente” (SANTOS, 2006, p. 284).

espaços opacos imersos em tempos lentos, “áreas de carência, tanto no que se refere à renda quanto à disponibilidade de infraestrutura relacionada à habitação e transporte” (MOURA, 2001, p. 348). O centro, ou os centros de uma metrópole, são exemplos de espaços luminosos, que concentram a “urgência do tempo” (CORDEIRO, 1991, p. 65) do trabalho, o tempo rápido. Os espaços luminosos são pontos, para a lógica hegemônica (de caráter estratégico), mas não se resumem ao ponto, possuem extensão e conteúdos, que os animam.

Salgueiro, no Simpurb de Salvador, observa as mudanças que caracterizam a cidade pós-industrial de um modo geral. Nesta cidade multiplicam-se as novas centralidades, diminuindo a importância do centro tradicional; os zoneamentos são contrariados com empreendimentos mistos que concentram em um só espaço habitação, comércio, serviços etc.; e as implantações pontuais de enclaves⁸⁹ – empreendimentos imobiliários “desligados” do seu entorno – crescem em número. A autora aponta, nessa descrição, uma cidade marcada por rupturas no seu tecido substituindo uma continuidade anterior. A “continuidade dá lugar a organizações em rede devido à multiplicação das centralidades” (SALGUEIRO, 1999, p. 248).

Alguns artigos ao longo dos Simpurbos tratam dos desdobramentos dos centros antigos das metrópoles, um fenômeno comum nas principais cidades metropolizadas, segundo Lencioni (2003), nas quais “multiplicam-se os centros comerciais deixando distante qualquer referência à monocentralidade urbana” (LENCIONI, 2003, p. 39), segundo a própria, um dos sintomas da metropolização. Corrêa (2007) aponta, em artigo apresentado no Simpurb de Florianópolis, como o desdobramento do centro (ou núcleo central de negócios, como denomina o autor) ocorre nas grandes cidades brasileiras desde a década de 70. Reis, em artigo apresentado no Simpurb de Manaus, citando Corrêa, explica que a descentralização é um meio para viabilizar a reprodução ampliada do capital, “na medida em que os subcentros se desenvolveram com a instalação de filiais de empresas localizadas originalmente no centro da cidade” (REIS, 2009, p. 91). Pintaudi (1991), em específico, já apontava, quase vinte anos antes, já apontava uma das causas do processo de descentralização. No Simpurb de Rio Claro, a autora explicava o veículo automotor contribuindo para o desdobramento do centro, visto que o próprio facilitava ao indivíduo o acesso a vários centros nascidos desse processo. Emergiram centros, segregados entre si, e para com a cidade – o que reforçava a fragmentação do

⁸⁹ Espaços “distintos e sem continuidade com a estrutura sócio-espacial que os cerca” (SALGUEIRO, 1999, p. 247). O enclave é contíguo a um espaço, mas não contínuo a ele.

espaço intraurbano – entretanto, o veículo automotor, e especificamente o automóvel, os integrava.

Cordeiro (1991), na mesma publicação onde Pintaudi apontava a contribuição do automóvel para o desdobramento do centro de negócios, explicava especialmente o desdobramento do centro da cidade de São Paulo, ou centro metropolitano, que vai ser constituído de três núcleos – o Centro Paulista, o Centro Principal e o Centro Berrini – cada um com suas particularidades, ou melhor, com suas funções específicas e com pouca solidariedade entre si, pelo menos daquela de caráter organizacional. São centros funcionalmente especializados, são fragmentos da cidade.

O Centro Principal é para o comércio de massa.

A superposição de atividades formais e informais, o acúmulo da poluição visual/auditiva/da estética comercial popular locupletam essa área. (...). No Centro Principal, o tempo cronológico das atividades informais se sucedem nas ruas. Sua alternância se faz nos horários da madrugada, do dia e da noite, disputando pontos das mesmas calçadas. (CORDEIRO, 1991, p. 67).

O Centro Berrini é destinado para as atividades mais especializadas e altamente dependentes da esfera informacional, e o Centro Paulista é voltado para um consumo mais elitizado, que no Centro Principal não ocorre. No Centro Berrini o transporte individual é predominante em relação ao transporte coletivo, em virtude das atividades desenvolvidas ali, que envolvem uma mão-de-obra mais qualificada e melhor remunerada, enquanto as “linhas de ônibus para deslocar o pessoal das atividades subalternas são muito raras”. No Centro Paulista a frequência dos ônibus é maior. Afirmando a segregação entre os centros, a autora coloca que “muitos dos que freqüentam o Centro Paulista para compras/lazer nunca foram ao Centro Principal” (CORDEIRO, 1991, p. 67). Segregação que também se pronuncia, segundo a autora, através dos tempos, diversos e superpostos, que coexistem no(s) centro(s). Não há, em outro lugar na metrópole, uma convergência tão grande de tempos diversos e superpostos (e não justapostos), como no centro. Um fenômeno que podemos estender, num paralelo, a escala do interurbano, na qual Lencioni (2003) afirma que as áreas densamente metropolizadas do território são as que apresentam a maior diversificação na velocidade dos fluxos. Uma observação importante, visto que seguindo essas reflexões: parece-nos que a diversidade e quantidade de tempos são elementos importantes dos lugares onde atuam, com mais força, as ações hegemônicas, em qualquer escala onde o lugar apareça. É o arranjo entre tempos diferentes, sincronizados

pelo “motor único” do mundo (SANTOS, 2006), que não se configura sempre igual e, portanto, contribuirá para o caráter singular de cada lugar.

O desdobramento do centro (ou do núcleo central de negócios, como denomina o autor) e a emergência de subcentros, vai ser tema do artigo de Luís Carlos Tosta dos Reis (2009), no qual ele, a semelhança de Cordeiro, mas utilizando instrumentos teórico-metodológicos característicos da geografia neopositivista, como modelizações, explica a emergência de um *discurso da cidade policêntrica* com o fim de explicar o recente desdobramento da área central de negócios e o surgimento de outros centros – subcentros – nas cidades de regiões metropolitanas. Reis, testando sua hipótese na região metropolitana de Vitória, explica como os centros intra-urbanos “desdobrados” – Praia do Canto é o seu exemplo utilizado – do centro tradicional da metrópole vão apresentar estruturas de comércio e de serviços que “desempenham um papel equivalente ou mesmo superior ao papel até então exclusivamente atribuído à Área Central” (REIS, 2009, p. 94). Corrêa (2007) também afirma essa análise e explica como o núcleo central de negócios cede lugar a inúmeros centros secundários que em alguns casos ultrapassam a sua força centrípeta.

Reis descreve como a população ocupante do bairro Praia do Canto, de alta renda, vai estimular o surgimento de serviços especializados no bairro em questão, e vice-versa. Também cita como surgem, e qual é a função, dos subcentros surgidos nos municípios menores que fazem parte da região metropolitana, utilizando para tanto o exemplo do subcentro, nascido durante a década de 70, no município de Cariacica, no bairro do Campo Grande.

Alves (2009) também vai discutir, no Simpurb de Manaus, a constituição de múltiplos centros na cidade de São Paulo, mas não vai se referir somente aos centros “desdobrados” do antigo centro velho paulistano, ou ao Centro Metropolitano, como denomina Cordeiro (1991). Alves constrói outra categorização, na qual aparecem os subcentros multifuncionais, de áreas mais afastadas do centro tradicional paulistano, e os centros especializados ‘desdobrados’, entre eles o Centro Berrini, também citado por Cordeiro. A autora aponta que todas estas centralidades não vão se valorizar igualmente, algumas inclusive se desvalorizarão. “Não é todo o espaço que é desvalorizado, em uma determinada área como também são apenas parcelas de outras áreas que são ‘revalorizadas’ (ou valorizadas) e não o espaço como um todo” (ALVES, 2009, p. 49). Tal afirmação nos oportuniza retomar a análise de Cordeiro sobre os centros metropolitanos de São Paulo e suas respectivas dinâmicas. Verificamos que os três

núcleos não integrados entre si, descritos por Cordeiro (1991), não são igualmente “luminosos”, para usar a noção explorada por Santos (2006), uma vez que as “transformações não atingem a cidade toda, mas partes dela, com intensidades diferenciadas” (CARLOS, 2001, p. 63), o que estabelece entre os centros uma hierarquia, no que também vai concordar Alves (2009) e Reis (2009). A “hierarquização dos lugares da cidade” (CARLOS, 2001, p. 63) reforça a sua fragmentação. Mas essa hierarquização não se configura estável, visto que as centralidades surgidas a partir do desdobramento do centro concorrem entre si, ao mesmo tempo em que se articulam (ALVES, 2009). “Assim os processos de degradação e de requalificação alternam-se nas áreas, ainda que não em todos os espaços das mesmas” (ALVES, 2009, p. 55). Reis também observa como essa hierarquização ocorre em Vitória, onde a Praia do Canto, surgida como centro a partir do desdobramento do núcleo central de negócios, disputa com o mesmo os serviços especializados. Reis vê nessa competição um novo processo que se distingue da típica forma de descentralização – caracterizada pelo surgimento de subcentros, com população expressiva, em áreas distantes do núcleo central de negócios. A típica forma de descentralização não ameaçava o poder do centro tradicional, uma vez que tais subcentros eram submetidos hierarquicamente ao núcleo central de negócios. Já o fenômeno atual, de desdobramento dos centros no espaço intraurbano das grandes cidades, pode ser interpretado como uma manifestação da “guerra dos lugares” na escala do intraurbano.

Reconhecemos, enfim, dois modos de fragmentação nestas observações: uma no fato dos centros serem espaços luminosos segregados dos espaços opacos pelas funções que desempenham para o mundo globalizado; e outra na hierarquização entre os próprios centros, uma vez que cada um desempenha funções específicas que o diferenciam diante do outro, funções que são consideradas mais ou menos importantes para a globalização. Esses centros segregados não seriam não-lugares/lugares homogeneizados pelos poderes hegemônicos?

Castilho (2004), em artigo apresentado no Simpurb de Recife, de 2003, discute como as novas formas de planejamento urbano – o planejamento estratégico, em específico – estimulam a participação da sociedade civil, ao mesmo tempo em que criam uma competição entre os diversos segmentos sociais envolvidos, acentuando uma “guerra dos lugares” intraurbana por recursos exógenos. Castilho observa como essas novas políticas de planejamento participativo não levam em conta a integração sócio-territorial da cidade, intensificando a sua fragmentação. O autor explica como alguns

espaços da cidade são consolidados, funcionalizados ou refuncionalizados como espaços da globalização, ou espaços luminosos, como ele próprio os chama em detrimento dos espaços dos excluídos, ou opacos.

Outra reflexão, de Lencioni (2003), pensa a fragmentação do espaço intraurbano causada pela especialização segregadora de suas partes, enquanto discorre sobre uma categorização desses fragmentos (lugares?) no que se refere às funções que eles desempenham. A autora descreve a existência de...

(...) três tipos de territórios relacionados à atividade industrial. Primeiramente, os territórios industriais, dizendo respeito àqueles que desenvolvem a atividade fabril; o segundo, relativo aos territórios possíveis, relacionados àqueles territórios que têm a possibilidade de realizar as novas necessidades do capital industrial e, o terceiro, referente aos territórios residuais, a exemplo de algumas parcelas do Brás, que se constituem como resíduos de um passado industrial à espera de reconversão (LENCIONI, 2003, p. 40).

Barros (1991) contribui com a descrição de processos semelhantes aqueles descritos por Cordeiro, quando explica o desdobramento do centro (sendo que Barros não utiliza este termo) na metrópole de Recife, com repercussões na sua região metropolitana. Esse autor nos mostra como um novo centro – em Boa Viagem – surge em Recife, sendo ocupado pelas atividades orientadas para estratos sociais com maior poder aquisitivo, enquanto no centro antigo as atividades do setor informal predominam. Neste caso, Barros aponta um processo de segregação espacial entre os centros, concorrendo para a formação de uma cidade fragmentada.

Esses espaços luminosos poderiam ser denominados, a depender da escala que se observa, de não-lugares, uma denominação usada por Augé, geralmente para se referir a equipamentos, edificações que desempenham função/funções específica(s), e que, portanto não estimulam o desenvolvimento de relações que estejam imbuídas por uma diversidade muito abrangente de motivos, de desejos, de necessidades. No entanto excedemos o emprego do termo para uma escala que abarque o centro, ou os centros, visto que estes adquirem características daqueles equipamentos que Augé vai denominar de não-lugares.

Mas voltemos aos limites admitidos para o emprego do termo não-lugares, por Augé, e voltando novamente para a discussão desenvolvida pelos Simpurbs sobre as possíveis consequências do desdobramento do centro remetemo-nos aos *shopping centers*, núcleos de consumo surgidos a partir do referido processo (de desdobramento). Seria o *shopping center* um destes equipamentos que poderíamos chama de não-

lugares? De acordo com Pintaudi, o *shopping center* surgiu junto com a pulverização dos serviços que antes (na primeira metade do século XX) eram fornecidos por um único centro, e acrescenta que esse equipamento é “totalmente desprovido de memória coletiva (dada a sua finalidade) e incapaz de criá-la (nas suas ruas a história não acontece, o tempo é dirigido para o consumo e de alguns)” (PINTAUDI, 1991, p. 79). O *shopping center* é um destes lugares homogeneizados. Entrar em um *shopping* é entrar em todos os outros. Não-lugar? Pintaudi não responde, pelo menos não diretamente.

Serpa (1999), se não responde, traz a idéia para a discussão. Em texto apresentado no Simpurb de Salvador, esse autor discute a homogeneização dos lugares, ou melhor, a estandardização (ou clonagem, como prefere o autor) das paisagens nos diferentes lugares. Esses diferentes lugares teriam, também, além da paisagem, as suas funções uniformizadas segundo um padrão hegemônico e essa padronização/uniformização não estaria restrita somente aos *shopping centers*, mas a todos os espaços – públicos ou privados – de livre acesso ao público-usuário. Serpa chama os lugares estandardizados de não-lugares. Explica, citando Santos, no livro “Metamorfose do Espaço Habitado”, em edição de 1994, como “a evolução dos sistemas de engenharia” (SANTOS, 2008b, p. 89) propiciaram essa produção de não-lugares em série, graças a uma transformação de “uma divisão de trabalho local simples” em uma “cooperação geograficamente estendida e complexa” que se traduzem na uniformização das formas, das funções, e dos modos-de-fazer. Ainda citando Santos, Serpa recorre a um exemplo na região de Brumado, que tem a sua forma de irrigação desenvolvida no lugar, “resultado de uma interação direta entre o grupo e o seu pedaço de natureza” (SERPA, 1999, p. 240), substituída por outra técnica de irrigação imposta por um acontecer hierárquico, imposta por ele. São esses processos de estandardização que descontextualizam o lugar transformando-o em não-lugar (SERPA, 1999).

O autor discute o caso específico do projeto paisagístico da Lagoa de Abaeté, em Salvador-BA, que alienou dos moradores justamente aquela forma que dava nome a paisagem – a Lagoa – separada daqueles que moram pelo concreto da paisagem transformada segundo a linguagem estética universal que atraem turistas. Dessa forma a lagoa que era apenas “funcional” para a vida cotidiana dos moradores próximos, tornou-se funcional para o turismo e, por conseguinte, para os turistas desejosos de entrar em contato com as paisagens “naturais” típicas do “lugar”.

Corrêa (2007), em uma explicação genérica, de caráter teórico, sem se deter em qualquer exemplo, afirma que o urbano se caracteriza pela permanência de muitas de

suas formas espaciais, graças aos processos de inércia, quando as formas são úteis, ou em virtude dos processos de refuncionalização, quando as formas são adaptáveis. Alves explica como edificações na cidade de São Paulo tornam-se permanências, resquícios, formas pretéritas que continuam compondo a paisagem atual, mas refuncionalizadas, mas não para cumprirem sua importância diante da preservação da memória em si, “mas pela possibilidade do uso dos elementos arquitetônicos preservados para o desenvolvimento da atividade turística na cidade” (ALVES, 2009, p. 52).

Pintaudi, em texto apresentado no Simpurb de Salvador, discute a despersonalização dos espaços a fim de adaptá-los ao “gosto do freguês”, ou do turista, como a autora prefere. Pintaudi coloca como a “descaracterização de muitos espaços para a produção de novos, determina a perda de identificação dos habitantes com alguns de seus lugares, uma vez que as construções são cada vez mais estandardizadas⁹⁰” (PINTAUDI, 1999, p. 106). A autora lembra a importância de se preservar alguns traços característicos do lugar, que dão singularidade a ele, e contribuem para a construção de uma identidade local, ao mesmo tempo coloca como uma requalificação urbana e funcional pode descaracterizá-lo. Pintaudi descreve uma visita à orla de Aracaju, a qual estava sofrendo uma intervenção a época, 1995, com o objetivo de prepará-la para o turismo, o que significava, no caso, a aplicação de um processo de padronização da paisagem da orla da cidade. Para Pintaudi, “a praia de Aracaju poderia estar em qualquer lugar” (PINTAUDI, 1999, p. 103). Para contrapor essa descrição, a autora coloca como jovens parisienses em visita a São Paulo e visitando o Mercado Municipal da cidade confessam sentir falta de um espaço como aquele na sua cidade, Paris, que já o teve, mas que foi retirado em uma das intervenções urbanísticas realizadas (PINTAUDI, 1999). Salgueiro, na mesma linha de reflexão, mas alguns anos depois, em segundo Simpurb de São Paulo, afirma como espaços turísticos, geralmente refuncionalizados, são “caracterizados basicamente pela sua pouca consistência. São espaços sem espessura, verdadeiros palcos de papelão destinados a uma apropriação rápida muito influenciada pela moda. Em muitos espaços turísticos tanto o tempo como o lugar são anulados” (SALGUEIRO, 2003, p. 103).

Sobre a preservação das formas tradicionais, em específico os mercados municipais, Freire, no Simpurb de Presidente Prudente, afirma a importância de se manter tais lugares, fundamentais ao enraizamento espacial e à manutenção das

⁹⁰ Observamos que Pintaudi diferencia o conceito de uniformização do conceito de padronização.

identidades. Ao lado dos mercados municipais, lugares “ricos de um modo de vida ainda pouco mercantilizada”, a autora ainda põe: “antigos bairros que realizam festas nas ruas, escolas, associação e igrejas, alguns antigos bares, cafês, feiras” (FREIRE, 2001, p. 456).

Sem ilustrar com exemplos, Barbosa explica que inclusive o conteúdo dessas formas tradicionais pode ser sobrepujado pelo valor de troca. Os novos urbanismos, sucessores das “outras concepções modernas de ‘remodelação urbanísticas globais’” (BARBOSA,...), se utilizam das intervenções pontuais na cidade, com a justificativa de valorização do local, mas objetivando revitalizar esteticamente a paisagem urbana, em uma luta contra o caos, contra a anomia da cidade caótica – que é senão o contrário de uma ordem hegemônica – com a desculpa de resgatarmos a “‘memória cultural’, os ‘laços de identidade’, a ‘singularidade histórica’... capazes de reconstituir a civilidade, o progresso” (BARBOSA, 2001, p. 463). Segundo Barbosa, as ideologias urbanísticas, em voga nos anos 90, serviram de orientação a essas intervenções urbanísticas pontuais, seletivas, principalmente, para atrair bons negócios, tecnologia e empregos, em detrimento da integração da cidade.

Seabra explica como “fragmentos do processo de urbanização são estrategicamente produzidos para realizarem-se como memória (...). (...). O velho centro é agora Centro Histórico e como tal insere-se como memória, nos circuitos da cultura e do turismo” (SEABRA, 2001, p. 81), memória institucionalizada, “guardada” nos lugares, a serviço das intervenções urbanísticas que visam a requalificação de espaços deteriorados. Essa reintegração, no intraurbano, de espaços deteriorados aos novos circuitos de valorização, trata-se, segundo Seabra, do processo de metropolização atuando. Alfredo vai explicar o processo de metropolização, que é senão a propriedade privada do solo urbano em expansão, “como um fenômeno que comporta três momentos: o da instituição, destituição e re-instituição” (ALFREDO, 2003, p. 46). A valorização dos centros velhos, no caso, seria uma das formas desse movimento descrito por Alfredo, que abarca diversos outros processos. Consideramos esse movimento como um aspecto histórico da produção do espaço urbano, que apresenta especificidades em cada uma das partes que o constitui. O próprio Alfredo (2003) coloca que a realização da propriedade privada não se fixa, mas se produz em ciclos de acumulação, onde a instituição da propriedade privada capitalista do solo urbano, comporta ao mesmo tempo a sua destituição, em um ciclo cuja realização se finaliza na re-instituição desta propriedade.

Alfredo coloca que a mudança no valor de uso demandada pela propriedade privada, tem como objetivo a realização do processo de acumulação, que traz consigo também a realização de conteúdos não-previstos, que negam a propriedade, mas não são exteriores à ela, ou seja, a instituição da propriedade carrega o gérmen da sua destituição (ALFREDO, 2003), mas não nos enganemos, essa destituição é necessária a construção da identidade da propriedade privada, que encontra seu sentido na contradição. O “afrouxamento da propriedade (possibilidade de posse) aparece como um momento necessário de sua própria re-produção, ou seja, a negação da propriedade privada capitalista é um elemento que a constitui e apresenta-se como interna a ela mesma” (ALFREDO, 2003, p. 49). A esse ciclo, explicado por Alfredo, podemos encontrar correspondência, ainda que limitada, nos processos de territorialização e desterritorialização tal como eles são descritos por Trindade Júnior (2001). Para esse autor ambos os processos “andam juntos”, uma vez que a territorialização de um agente pode ser a desterritorialização de outro, e é assim que ambos os processos – que na verdade é um – geram novos lugares, “definidores de novas territorialidades, seja num contínuo processo de expansão, seja na recomposição de um território perdido total ou parcialmente”. Observemos que nos textos dos Simpurbs a fragmentação do espaço urbano “caminha de mãos dadas” com o surgimento de novos lugares.

Admitindo a multiplicação dos “lugares” homogeneizados, e dos não-lugares, compondo uma cidade fragmentada, perguntamos: que processos sustentam a produção desses espaços alienados? Pintaudi (1997) e Gustavo de Souza (2001) dão, sem responder diretamente, material para refletirmos sobre a questão, no que se refere ao discurso que justificam os citados espaços alienados. Gustavo de Souza, citando Giddens⁹¹, chama o conceito de “sistemas peritos”⁹² que se traduzem “nas sociedades por um crescente grau de complexidade e de complementaridade” (SOUZA, Gustavo de,...), cujo resultado “é a generalização da intensidade das necessidades, e elas acabam ganhando o mesmo significado nos locais mais diversos e longínquos do planeta” (SOUZA, Gustavo de, 2001, p. 261). Para o autor, não entendemos os sistemas peritos, mas aceitamos sua eficácia e essa aceitação é natural, conscientemente quase imperceptível, visto que a pretexto de garantirem a sobrevivência, uma sucessão de sistemas peritos – “dos complexos da engenharia de alimentos ao dinheiro digital, na

⁹¹ Souza (2001) cita: GIDDENS, A. A. **Consequências da Modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.

⁹² “sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes material e social em que vivemos hoje” (GIDDENS, 1991, p. 35, apud, SOUZA, 2001, p. 261).

figura dos cartões bancários digitais” (SOUZA, Gustavo de, 2001, p. 263) – atravessam o mundo vivido.

Pintaudi (1997) discute a apropriação do imaginário pela publicidade a fim de ditar o tempo de “validade” dos produtos e sua conseqüente obsolescência, ou, simplesmente, o “alargamento dos hábitos de consumo” (SILVEIRA, 2007, p. 5), como coloca Silveira no Simpurb de Florianópolis. Para tanto o imaginário passa por um processo de necessária padronização resultado de vários fatores: da aceitação “da técnica em sua utilização cotidiana”, “da crença compartilhada na ciência como fonte das maravilhas da técnica”, e da “sujeição forçada ao econômico” (LATOUCHE *apud* PINTAUDI, 1997, p. 213)⁹³. Pintaudi, citando Roncayolo, faz uma importante diferenciação entre imagem de marca e imaginário da cidade:

A imagem de marca de uma cidade, aquela que vendemos aos estrangeiros (o contrário dos locais), é uma coisa: trabalho de publicidade e marketing. O imaginário da cidade, alicerçado na cidade – ela mesma, segredado pela sociedade, feito de observações, de experiências e também de generalizações, induzindo condutas, é um trabalho sério, capaz de se impor às imagens de marca. (RONCAYOLO *apud* PINTAUDI, 1997, p. 219)⁹⁴.

Rita Gomes, no Simpurb de Manaus, também faz uma diferenciação envolvendo o imaginário, mas é entre o imaginário e o simbólico, que estabelecem entre si, segundo a autora, uma relação dialética. Para Rita Gomes, ao mesmo tempo em que o simbólico “se constitui num elemento estruturador daquilo que faz sentido na vida diária”, como modo através do qual “uma legitimidade social é capaz de mobilizar em profundidade uma democracia efetiva”; o imaginário é o que “permite a constituição de espaços distantes” (GOMES, Rita, 2009, p. 135), é o que promove o distanciamento do projeto coletivo, estimulando a busca de um lugar que ofereça essa *oportunidade*. Para Rita Gomes, é o imaginário que vai instigar a emigração das cidades pequenas.

A abordagem utilitária do imaginário, pela publicidade, impregnando o universo da moda é o que vai ajudar a sustentar os *shoppings* como os novos núcleos de consumo, cada vez mais acelerado, no tempo rápido da globalização. Essa moda, assim como a obsolescência dos objetos é ditada pela mídia que “se instala na vida cotidiana

⁹³ Pintaudi cita: LATOUCHE, Serge. **A ocidentalização do mundo**: ensaio sobre a significação, o alcance e os limites da uniformização planetária. Petrópolis: Vozes, 1994.

⁹⁴ Pintaudi cita: RONCAYOLO, Marcel. **La ville et ses territoires**. Paris: Gallimard, 1990.

como programação profunda de todos os comportamentos” (CARLOS, 1997, p. 205)

Pintaudi (1991) salienta que os novos espaços comerciais não são mais aquelas extensões “obedientes” à produção industrial, tal como ocorria quando estes mesmos espaços participavam das sociedades industriais. Com o advento da “sociedade burocrática do consumo dirigido” (LEFEBVRE, 1991, p. 68), o espaço comercial foi pulverizado, em virtude de uma necessária especialização, e se tornou espaços comerciais, cada um desempenhando funções específicas. Esse processo “é a tradução de uma alta racionalidade na gestão do grande capital” (PINTAUDI,...) e esses espaços (comerciais) são “a sustentação de um cotidiano programado, principalmente pelas grandes empresas” (PINTAUDI, 1991, p. 80).

A pulverização do comércio é um dos sintomas de um processo mais abrangente que abarca outras consequências, incluindo o já mencionado desdobramento do centro. Esse processo denominado, por Lefebvre, de “explosão” da cidade (já explicado anteriormente neste trabalho), é um movimento que além de gerar uma nova cidade, policêntrica, também vai constituir as periferias urbanas e segregadas, tanto para as classes mais abastadas quanto para as classes mais pobres. A expansão do “tecido urbano” (LEFEBVRE, 2006, p. 11) se realizará concomitantemente a fragmentação da cidade, ou como prefere chamar Davidovich, a “formação de microterritórios”, os quais podem ser resultados: de “esforços de consolidação da comunidade e da vida local”; “da importância adquirida pelas invasões, pela favela e pelas áreas sob domínio do narcotráfico e da contravenção”; (DAVIDOVICH, 1991, p. 25), ou do medo de uma classe média acuada que se refugia em condomínios protegidos.

Lembrando que não só os condomínios das classes média e alta se autosegregam, Marcelo Lopes de Souza (2001) explica, no Simpurb de Presidente Prudente, como as favelas, tornadas domínios territoriais do narcotráfico, são fechadas à livre circulação, inclusive daqueles oriundos de outras favelas, onde estão radicadas outras quadrilhas, rivais, no tráfico de drogas.

Moura, no Simpurb de Presidente Prudente, desenvolve reflexão semelhante à desenvolvida por Davidovich, no Simpurb de Rio Claro (em 1991), mas não se referindo ao crescimento do tecido urbano. A semelhança da reflexão, entre Moura e Davidovich, está nas consequências transparecidas na configuração da cidade, consequências da aplicação, ao longo da década de 90, de formas de planejamento urbano pós-modernas – em específico, aquelas *inspiradas* no planejamento estratégico. Esses modos de planejamento, bastante populares àquela época, segundo Moura, foram

contribuintes da intensificação das contradições e, conseqüentemente, da expansão do processo de fragmentação urbana, o qual constituiu, como conseqüências:

(...) espaços marcados pela ilegalidade, seja do exercício ilegítimo do poder – como os códigos particulares de enclaves urbanos, de alta ou baixa renda – seja do exercício legítimo da busca do teto – nas ocupações ilegais de áreas públicas ou privadas (MOURA, 2001, p. 349).

Todos estes espaços surgidos do contínuo processo de fragmentação, desde a cidade industrial, são espaços que de alguma forma estão sempre entre a segregação imposta e a autosegregação, mas, de todo modo, são espaços segregados compondo a cidade partida. Corrêa, alguns anos depois de Moura, no Simpurb de Florianópolis, reforçaria a reflexão sobre a ruptura da cidade (compondo cidadelas), descrevendo como a mesma se estrutura sócio-economicamente: os “condomínios exclusivos, murados e controlados (...) de um lado, e as favelas, conjuntos habitacionais favelizados, cortiços e áreas de auto-construções, de outro” (CORRÊA, 2007, p. 10). À forma partida, rompida, correspondem relações sociais em conflito. “A arquitetura e o planejamento defensivos agudizam o conflito em vez de preveni-lo, na medida em que tornam claras a extensão das desigualdades sociais e a falta de experiências e valores comuns” (MOURA, 2001, p. 349). As fragmentações da cidade “matam” o que os autores nos diversos Simpurbos vão denominar de urbanidade, ou fundam a “nova urbanidade” (CARLOS, 1997), já mencionada e descrita. Para Carlos não há mais cidade, mas o espectro dela que “sobrevive ao que antes era a urbanidade” (CARLOS, 1993, p. 94). Para Damiani,

A perda da cidade reaparece como tema, mas não necessariamente atrelada à pobreza material, à pobreza absoluta, na figura da ausência de serviços e equipamentos urbanos. Aparece, em última instância, como perda de fluidez da vida urbana, como perda da vida urbana propriamente, e de suas possibilidades. (DAMIANI, 1997, p. 225).

Os antigos lugares (bairros, ruas etc.) urbanos, na sociedade industrial, vão ser sobrepostos a estes novos lugares da cidade na sociedade burocrática do consumo dirigido. Os antigos lugares serão diluídos nesta “nova” cidade em expansão, explodindo. Surge essa nova urbanidade, em que “pedaços” cada vez maiores do cotidiano são apropriados para a reprodução do capital. A mídia publicitária, como já colocamos, faz a sua importante contribuição para a programação do cotidiano. A homogeneização “a toque de caixa” publicizada pela mídia de massa se impõe através

do seu tempo rápido vinculado a produção, ao consumo, que sincroniza, ou tenta sincronizar, todos os outros tempos, ou temporalidades. De acordo com Carlos,

Os jornais e revistas explicam às pessoas como se vestir, como agir em determinadas situações, como se relacionar com os outros, como educar os filhos, onde comprar, como empregar o tempo, onde ir nas férias. (CARLOS, 1993, p. 94).

O cotidiano sincronizado e programado torna-se rotina. Ele (o cotidiano) “vai se estabelecendo, criando exigências, horário, transporte, organizando-se na repetição, produzindo um espaço e tempo repetitivos” (CARLOS, 1993, p. 95), mas sem continuidade, já que produto de uma identidade fragmentária (PINTAUDI, 1997), assim como essa mesma identidade vai produzir esse cotidiano programado e lacunar. Numa cidade em crise essa identidade – fragmentária e frágil – contribui para que a função identitária do estar seguro apareça associada à propriedade privada. A “necessidade de segurança aparece ligada à de identidade e permanência” (PINTAUDI, 1997, p. 215). Quanto mais se desenvolve essa identificação associada ao privativo, mais também se evidencia a separação entre o público e o privado. Essa distinção, na cidade industrial, é adotada e sofisticada, outras distinções são criadas. A autora enumera algumas formas de segregação usuais na cidade moderna. Retomando o tema da crítica ao urbanismo moderno, citamos Pintaudi que discute os zoneamentos, que são os espaços segregados de acordo com as funções que desempenham. Citando Roncayolo, a autora afirma ser o zoneamento um aspecto da programação da vida cotidiana que caracteriza a sociedade atual. O “*zoning* é uma organização estereotipada da vida cotidiana” (RONCAYOLO *apud* PINTAUDI,...). Outra forma de segregação, também surgida a partir de uma intervenção urbanística, são as restaurações sociais que separam os lugares de seus praticantes (CERTEAU *et al. apud* PINTAUDI,...)⁹⁵. Para Pintaudi as intervenções urbanísticas “têm transformado o espaço urbano (ou porções dele) em simulacros, em espaços falsos” (PINTAUDI, 1997, p. 216).

Retomando o tema da crítica ao urbanismo, que já discutimos, para melhor pensarmos essas intervenções urbanísticas fragmentadoras, recorreremos a Damiani (1997), a qual coloca como o planejamento urbano fragmenta a cidade segundo um plano que a funcionaliza, ao mesmo tempo em que programa, no tempo hegemônico, o tempo da vida. Esse fracionamento da vida, para a autora, tem a capacidade de

⁹⁵ Pintaudi cita: CERTEAU, Michel de *et al. L'invention du quotidien 2: habiter, cuisiner*. Paris: Galimard, 1994.

“desdramatizá-la”.

Esses espaços funcionais, e fragmentados, realizados pelos saberes assegurados pelo Estado, têm o exemplo nos conjuntos habitacionais. Damiani mostra como estes equipamentos são a produção da anti-cidade/cidade-fragmentada.

(...) [Nos conjuntos habitacionais] o cotidiano programado parece encontrar sua forma mais adequada, catalogando e discernindo necessidades e as isolando no terreno. Tudo é concebido separado, projetado isoladamente, sobre “ilhas” desunidas: as áreas de serviço e comércio, as de lazer e de habitação. (DAMIANI, 1997, p. 228).

Damiani (1997) discute como a vida cotidiana é o lugar do homem expropriado, cujo tempo é programado por um planejamento construído de cima para baixo que se impõe, obrigando-o a viver em um espaço fragmentado, apenas aparentemente integrado com vistas a atender a ordenação racional do espaço para a reprodução do capital.

Para a Pintaudi o que integra, de fato, a cidade não são as intervenções urbanísticas mais as “práticas sociais da vida cotidiana” (PINTAUDI, 1997, p. 216). Salgueiro, no Simpurb de Salvador, também coloca, rapidamente, como as práticas individuais dos cidadãos integram a cidade. Os indivíduos através de suas práticas cotidianas unificam e dão sentido a uma série de pontos, lugares, que frequentam (SALGUEIRO, 1999). Mas Pintaudi adverte: essa integração não significa libertação uma vez que as mesmas práticas podem fazer parte de um cotidiano programado e controlado.

Seabra discute a diluição dos antigos lugares na cidade explodindo, mais especificamente essa autora discute a diluição do bairro ou sua redução. Seabra (2001) em texto apresentado no Simpurb de Presidente Prudente, explica como o bairro dialeticamente, em relação a cidade, vem se reduzindo. Ao longo de um processo historicamente construído, no qual o bairro se afirma através de um aprofundamento das práticas de sociabilidade de uma vida local que o caracteriza, também o bairro se nega, visto que essa afirmação implica numa influência maior das dinâmicas da cidade – aqui vista como uma totalidade – na vida de bairro, “porque a cidade se fazia também cada vez mais presente através da organização de associações, do registro do clube numa federação, da moda, (...), das práticas médicas: injeções e vacinas” (SEABRA,...). A cidade alcança o bairro e o reduz, assim como reduz o âmbito da prática espacial que o caracteriza. A tecnificação da vida imediata, cotidiana, restringe a sua espacialidade.

Vemos a despersonalização do “bairro-lugar” e, deste modo, “bairro e não bairro vão juntos; e o não bairro é a fragmentação/funcionalização do tempo e do espaço pela formação, difusão e diversificação das estruturas de mercado em geral” (SEABRA, 2001, p. 83). Para Seabra, o bairro está em extinção, um processo que aparentemente não coincide com a sua evocação cada vez mais freqüente. A autora analisa o contexto dessa evocação, e nos dá a chance de verificar que tal procedimento não é tão, assim, contraditório.

Se assim é, se criam e recriam relações em volta do bairro como discurso e como representação. E, mesmo que essas relações assim originadas se inscrevam numa prática concreta, (...), elas não têm força de instaurar a vida do bairro.

A sociedade industrial, qualquer que seja sua estrutura econômica e política, tende a perder contato com a vida imediata, com a espontaneidade com o mundo. É por isso que o bairro, e o que dele resta é hoje muito mais um fragmento da metrópole. (SEABRA, 2001, p. 90).

A idéia de bairro é trazida “à tona” enquanto recurso estratégico. Trata-se de um fenômeno que surge sob diversos modos: a autora explica sobre a institucionalização da memória do bairro a fim de expô-la para a cidade; discute uma possível “guetificação” do bairro (que é também uma forma de fragmentação); descreve a “produção caricatural do bairro étnico”, tradição inventada, com o objetivo de torná-lo mercadoria atraente aos processos metropolitanos. Seabra observa a evocação do bairro como recurso estratégico por seus próprios moradores, com o objetivo de fazerem frente aos “impactos tanto da fragmentação do espaço como de estratégias imobiliárias” (SEABRA, 2001, p. 88).

Maria Auxiliadora da Silva, em texto apresentado no Simpurb de Salvador, simpósio imediatamente anterior ao de Presidente Prudente no qual Seabra apresentou o texto anterior, coloca (sem mencionar a noção de lugar, mas recorrendo a idéia de permanência e estabilidade no espaço) como o bairro do Santo Antônio Além do Carmo mantém uma paisagem estável, assim como as relações que nele se desenvolvem, apesar de estar próximo do Pelourinho, centro histórico de Salvador que passou, na década de 90, por uma radical reforma de suas edificações e ruas, a fim de servir ao turismo. Essa autora pensa a singularidade do bairro do Santo Antônio Além do Carmo e como ela se manteve, uma reflexão que “casa” com a explicação de Lemos – no Simpurb de Presidente Prudente – sobre a diferenciação entre os bairros. À diferenciação, Lemos atribuiu o modo de constituição dos lugares que formam os bairros, como eles são “construídos com realidades de vidas cotidianas diferentes, com culturas diferentes, com

experiências ambientais diferenciadas” (LEMOS, 2001, p. 440).

Silva imputou, no texto, a estabilidade da configuração do bairro à sua função predominantemente residencial, cujos moradores possuem “padrões morais próprios da classe média” preservados desde sempre. A autora descreve o bairro como “tranquilo, silencioso, sem violência, onde todos se conhecem” (SILVA, Maria A. da, 1999, p. 265). Silva ainda coloca como o bairro do Santo Antônio Além do Carmo possuía vida cultural autônoma em relação ao centro tradicional, com manifestações culturais tradicionais celebradas no próprio bairro. Por fim, a autora também descreve, antes de Seabra, e utilizando outro recorte teórico, a visão do bairro como recurso estratégico a ser valorizado, pelos próprios moradores. A autora lista, ilustrando, algumas das proposições deles, entre elas: a restauração de todos os casarões, as revitalizações do Plano Inclinado e do Forte de Santo Antônio, a reutilização do Convento do Carmo e o aproveitamento do belvedere (SILVA, Maria A. da, 1999). Que lugar se fundaria no Santo Antônio Além do Carmo a partir destas mudanças propostas? As características qualitativas do bairro descritas tão claramente por Silva se manteriam mesmo após as mudanças? Teríamos um sentido de lugar partilhado pelos novos grupos que incorreriam ao Santo Antônio Além do Carmo?

3.2. O SENTIDO DO LUGAR: OS LUGARES VISTOS POR DENTRO

Amália Lemos, em texto apresentado no Simpurb de Prudente, discutindo o sentido da cidade (é esse o título do texto, inclusive), considera a relação dialética lugar-mundo um caminho para se pensar tal sentido. Lemos reafirma o lugar como uma mediação inevitável. “Sem o lugar não há expressão do mundo” (LEMOS, 2001, p. 434). No lugar “os homens se humanizam”.

Os lugares (...) são considerados como um componente de nossa identidade de sujeitos, como centro de significados, como condição da própria existência, foco de vinculação emocional para os seres humanos, contexto para as nossas ações; o lugar como expressão de paisagem e cultura, de experiências e significações diferenciadas. O lugar concentra significados, pensamentos e os sentimentos de seus habitantes, dando conteúdo e formando novas territorialidades (LEMOS, 2001, p. 435).

A cidade, inevitavelmente guarda lugares, mesmo quando as ações hegemônicas a preparam para a reprodução do capital, e, por conseguinte para o fluxo. O espaço

urbano, enquanto totalidade em totalização, subtotalidade em movimento, pronuncia contradições, guarda tempos históricos e os fixa, são as *rugosidades*⁹⁶ proferidas por Santos (2006), que muitas vezes, sem querer, constituem-se “um impedimento ao movimento, imobilizando e impondo conteúdos; nesses tempos resguardados, aparece a memória da vida da cidade” (DAMIANI, 1997, p. 232). Antes de Santos, Lefebvre realizava reflexão semelhante, mas referindo-se somente às formas que, no curso do desenvolvimento da cidade, “transformam-se em funções e entram em estruturas que as retomam e as transformam” (LEFEBVRE, 2006, p. 54). Para Lefebvre é assim, através da transformação das estruturas, que fragmentos e restos de formações urbanas anteriores servirão “para/em outras formações” (LEFEBVRE, 2006, p. 55).

Sem se referir à idéia de rugosidade, Carlos afirma existirem “resíduos e resistências nos subterrâneos que fogem ao processo homogeneizador e terrificante do capital” (CARLOS, 1991, p. 107). Lencioni explica como fragmentos espaciais revelam “não o presente, mas com muita nitidez o passado” (LENCIONI, 2003, p. 42). “A paisagem urbana tem impressos tempos passados, as marcas do território são memórias de outros tempos e outras espacialidades” (SALGUEIRO, 2003, p. 99). Freire afirma que as formas tradicionais (a autora não utiliza o termo *rugosidades*), e mais especificamente os antigos mercados municipais, possuem uma importância muito mais social, “no sentido que as trocas (sociais) que ali se realizam abrem possibilidades para relações mais humanizadas”, do que importância econômica – como local de comércio – ou importância geográfica, como “ponto central de articulação espacial” (FREIRE, 2001, p. 457). Para Freire os mercados públicos articulam relações não-previstas pelas trocas econômicas, cujos desenvolvimentos podem romper...

(...) com a cotidianidade que marca a vida nas grandes cidades, saturadas que estão pelas mercadorias; representam um momento de festa carregada de uma dose de simbologia, de nostalgia, de romantismo, posto que associados a um mundo (ou uma realidade?) que ficou em tempos passados (FREIRE, 2001, p. 459).

Carvalho também chama atenção às *rugosidades*, que para o autor toma forma dos casarios antigos, remanescentes das reformas urbanas realizadas em alguns bairros do Rio de Janeiro. Carvalho explica que as *rugosidades* são “expressões sócio-econômicas, discriminadas, que ‘teimaram’ em não desaparecer por completo”

⁹⁶ São heranças físico-territoriais, sócio-geográficas, resultantes da expansão desigual do modo de produção. Formas que permanecem na paisagem e normas que continuam influenciando no sistema de ações. Podem causar atrito, senão refuncionalizadas/renovadas, aos novos fluxos que se instalam, deformando-os (SANTOS, 2006; 2008c).

(CARVALHO, 2004, p. 145), apesar do progresso. Batista e Silva, no Simpurb de Recife, o mesmo no qual Carvalho apresentou suas reflexões, descrevem à localidade do Candeal Pequeno, em Salvador, como uma rugosidade, mas sem se utilizarem do termo. Os autores descrevem Candeal Pequeno como um espaço que “assiste e **resiste** desde a década de 60, ao acelerado processo de planificação da cidade, que estrategicamente cria e valoriza novas áreas, ao tempo que aniquila outras” (BATISTA; SILVA, 2004, p. 175, grifo nosso).

São essas rugosidades, ou permanências, convivendo com os mais novos objetos técnicos implantados no espaço urbano que vão compor, para Corrêa (que também não utiliza o termo rugosidade), em texto apresentado no Simpurb de Florianópolis, uma “paisagem urbana poligenética, construída em diferentes momentos por diversos agentes sociais visando distintos propósitos” (CORRÊA, 2007, p. 2). Silveira, sem se referir ao conceito de paisagem, e discutindo o circuito inferior da economia urbana, no Simpurb de Florianópolis, também reafirma as diversas temporalidades presentes na cidade:

A cidade grande não é apenas o lugar de existências e eventos modernos, o reino das grandes corporações ou do circuito superior, mas também abriga formas de existência passadas e presentes, muitas vezes consideradas residuais, informais ou atrasadas (SILVEIRA, 2007, p. 3).

Alguns autores – já mencionados – convidam a observação das heterotopias, as quais dentro de uma perspectiva dialética não são vistas como problemas – como o são na lógica formal – mas podem ser consideradas como possíveis alternativas ao modelo dominante. Espaços alternativos sim, porque portadores de outras racionalidades. Espaços de resistência também, porque portadores destas outras racionalidades associadas a outros tempos, que não aqueles sincronizados pelo tempo hegemônico, portanto capazes de impedir sua sincronização imposta. Maria Adélia de Souza (1999), em uma rápida menção à Geografia da Existência no Simpurb de Salvador, acredita que essa geografia será construída por aqueles que sobrevivem no cotidiano das grandes cidades. Para essa autora a ruptura da cidade com a ordem hegemônica virá de ações emancipatórias, cujos exemplos se encontram nas classes mais pobres que habitam os espaços urbanos periféricos. Antes da professora Maria Adélia de Souza, Lefebvre, que não cita uma Geografia da Existência, referia-se aos habitantes da cidade, em geral, sem situá-los em uma classe sócio-econômica, afirmando-lhes a capacidade de

reconstituírem centros, utilizando “certos locais a fim de restituir, ainda que irrisoriamente, os encontros” (LEFEBVRE, 2006, p. 79), caracterizadores do que deveria ser a urbanidade. Quem são esses habitantes? Onde achá-los? Lefebvre convoca os pesquisadores a encontrá-los.

Oliveira, no Simpurb de Fortaleza deposita também nos indivíduos a capacidade de produzir espaços e territórios urbanos, cujos limites podem não coincidir com aqueles propostos pelos mecanismos de poder estatal, pois “se colocam como contraprojetos ou contra-espaços que se constituem mecanismos de resistência à gestão exclusiva do urbano pelo Estado” (OLIVEIRA, 1997, p. 266). Gustavo de Souza (2001) afirma a existência de uma resistência local e comunitária que se coloca contra a ação global do industrialismo “planetarizado”, um tipo de reação de caráter “pós-moderno” que consiste numa “coletividade que supera o nível da produção, depositando-se nas relações de intimidade e cotidianidade, dadas por tempos e espaços definidos – não globais” (SOUZA, Gustavo de, 2001, p. 263). Barbosa afirma que o aparente caos urbano midiático, são outras ordens, “o momento de passagem de uma espacialidade para outra... o vir-a-ser”, são “resistências, nas fimbrias do cotidiano, ao processo brutal e pluriescalar das mudanças impostas ao espaço pelo regime burguês de acumulação de riqueza e poder” (BARBOSA, 2001, p. 467). Castilho, no Simpurb de Recife, em 2003, explica:

O espaço possui um **papel ativo** no movimento contínuo da sociedade, na medida em que as possibilidades dadas pelas próprias combinações locais de objetos e ações constituem-se numa força que pode combater as **determinações estranhas** que chegam aos territórios, promovendo flexibilidade e precariedade no mercado de trabalho e na vida das pessoas (CASTILHO, 2004, p. 22, grifo do autor).

Organizações de movimentos sociais, segundo Marcelo Lopes de Souza, têm sabido “protagonizar práticas de ação direta nas quais a dimensão espacial é muito forte e, de certo modo, definidora de estratégias e identidades”. São vários os modos que as práticas espaciais de resistência com base local assumem a fim de permanecerem na cidade apesar dos “efeitos desagregadores do capitalismo (semi)periférico”. Essas práticas “abrangem, por exemplo, afrontas à propriedade privada do solo e dos bens imóveis, por meio de ocupações de terrenos e prédios; [e] compreendem, também, a constituição de circuitos econômicos alternativos ao mercado capitalista (...)” (SOUZA, Marcelo L., 2007, p. 16).

Sem se referir a noção de lugar como eixo de sua reflexão, Seabra, no Simpurb

de Fortaleza, faz uma importante discussão sobre particularidade e diferença. A autora inicia pensando a particularidade, que surge como “um atributo da natureza” (SEABRA, 1997, p. 62), porém em processo de humanização, já que dialoga com a existência humana, e com outras particularidades. Um processo de dialetização das particularidades, segundo a autora, que as definem. Seabra desenvolve essa reflexão a fim de mostrá-la como parte de outra mais abrangente, que diz respeito a humanização/desnaturalização do mundo, que é também sua desumanização. Para a autora, vivemos uma crise do humanismo clássico, ao mesmo tempo em que questionamos o surgimento de um novo humanismo. Ele virá? Seabra é otimista. A autora vê a perspectiva de um novo humanismo em curso na possível afirmação das particularidades em diferenças, processo que ela estende às cidades.

Essas diferenças surgem no tempo e espaço, são irredutibilidades, ou “resíduos irredutíveis” (SEABRA, 1996; 1997), ritmos da vida que no processo de homogeneização das particularidades resistiram a ela. São os “tempos criativos, os tempos das rebeliões, das insurgências” (SEABRA, 1997, p. 65), tempos que estão presentes nas cidades, que se “espacializam”, relacionando-se entre si, e, por conseguinte autodefinindo suas espacialidades e demarcando territorialidades. São “insurreições que a vida implica para que possa continuar como vida” (SEABRA, 1997, p. 66).

Lencioni (2003) explica as diferenças que ocorrem no interior do movimento de homogeneização. Há áreas na metrópole que não são alcançadas pelas funções relacionadas ao grande capital, não se apresentam como espaço metropolizado, segundo a autora. São diferenças, fragmentos “que testemunham resistência ao processo de homogeneização ou atestam que o processo de homogeneização os ignorou” (LENCIONI, 2003, p. 41-42).

Davidovich, em texto apresentado no Simpurb de Fortaleza, faz a interessante descrição da afirmação de uma particularidade em diferença – sem usar estes termos, vale ressaltar – no exemplo do programa Favela-Bairro “levado a cabo” pela prefeitura do Rio de Janeiro. O programa não intencionava transplantar a favela para um conjunto habitacional de baixo custo na periferia, como de praxe, mas assumi-la como parte da cidade, integrando-a a legalidade. Davidovich coloca, entretanto, como a instituição tem dificuldade em reconhecer os diversos grupos moradores da favela, para ela um todo homogêneo. Não permanece na escala dos grupos sociais internos a favela e dos indivíduos a mesma perspectiva de reconhecimento da diferença que se observou

quanto a forma favela. Davidovich ainda assinala a resistência de alguns moradores a esse reconhecimento formal da favela, carregado de institucionalidade, “movidos em parte, pelo propósito de preservar um certo caráter autárquico” (DAVIDOVICH, 1997, p. 286).

Vários dos textos apresentados nas mesas e analisados por esse trabalho procuram formas de alcançar os espaços alternativos, não tão acessíveis ainda, pelas metodologias existentes. Autores propõem inclusive que a geografia urbana se aproprie de conceitos novos ou reformule antigos no objetivo de alcançar estes espaços. Talvez por conta da configuração destes espaços, descontínuos e complexos, porque permeados por outras racionalidades, com as quais a ciência ainda não desenvolveu “intimidade”. Gustavo de Souza (2001) pretende alcançá-los a fim de criar novas metodologias para avaliações e referenciamentos ambientais. Metodologias com os “pés” no lugar. Gustavo de Souza explica como a natureza pode, olhando através das lentes do espaço vivido, ganhar outro significado que não aquele de subordinação ontológica em relação ao homem, mas um significado de referência, onde a natureza vivida e construída compõe o arcabouço de identidade do homem. Para Souza a questão ambiental urbana deve se situar no contexto onde “conservar, preservar, só se torna relevante se de um lado, o que se preserva tiver sentido de lugar e, de outro, que o que for preservado tenha referências ao homem” (SOUZA, Gustavo de, 2001, p. 270).

Bitoun concorda que para explicar os espaços intra-urbanos “cada vez mais selecionados, e qualitativamente diferenciados” (BITOUN, 1997, p. 57) necessita-se outras perspectivas teórico-metodológicas. O autor quer propor uma superação do emprego de conceitos relacionados a uma perspectiva areal, ou baseados em zonas⁹⁷. Para ele esses conceitos não conseguiriam explicar as diferenciações freqüentes da paisagem urbana. Bitoun convida ao emprego do conceito de redes, categorizado em três níveis: redes de primeiro nível “constituídas pelas infraestruturas básicas (água, esgoto, transportes e comunicações, energia); redes de segundo nível onde distingue as redes de produção ou logísticas das empresas, as redes de consumo, inclusive de consumo de lazer, e as redes domésticas onde estão incluídos os serviços de educação e saúde” (BITOUN, 1997, p. 57-58); e, citando Dupuy em texto de 1991, redes de terceiro nível constituídas “pelos indivíduos que, lançando mão de todos os meios de comunicação colocados à disposição pelos operadores das redes de primeiro nível,

⁹⁷ Esse é um objetivo que vários autores nos diferentes Simpurbs procuram, propondo a utilização de novos conceitos e categorias, ou até mesmo novos sistemas teóricos.

‘fazem as conexões necessárias entre os três tipos de redes de segundo nível de modo a desenhar este esquema complexo de ligações multidirecionais que constitui a cidade de cada um’” (BITOUN, 1997, p. 58).

Como neste trabalho pensamos o lugar, direta e indiretamente, através daquelas características suas que julgamos importantes, admitimos que a rede que nos interessa é a de terceiro nível, uma vez que, segundo o mesmo Bitoun, o desvendamento das redes de terceiro nível está nos “estudos do cotidiano centrados na mobilidade social e espacial dos indivíduos” (BITOUN, 1997, p. 58). Para o autor, os indivíduos, usuários, sempre estão, de alguma forma, subvertendo as redes de primeiro e segundo nível, “tecendo no cotidiano itinerários [na maior parte das vezes, impossíveis de serem controlados pelo poder instituído] que articulam, em função de projetos e ritmos individuais, as redes domésticas, de produção e consumo” relacionadas ao uso, em suma. Interessante observar que Bitoun coloca ser, o entendimento dessas dinâmicas desenvolvidas no cotidiano, limites intransponíveis para o planejamento. Por sua vez os estudos acerca do cotidiano “não devem buscar a sua legitimidade na ambição de subsidiar o planejamento” (BITOUN, 1997, p. 58). Entretanto, ele continua a reflexão nos termos do planejamento: Bitoun afirma que as redes de primeiro nível devem ser universalizadas, e a operacionalização desse plano (de universalização) não pode perder de perspectiva os atributos da grande escala. Parece-nos que essa idéia do autor é uma aproximação da ciência prospectiva defendida por Lefebvre, onde o processo, na cidade, não pode ser perdido de vista. Somente fazemos a substituição, para a convergência com o nosso tema, da noção de cidade pela noção de lugar, já que este inclui aquela. Além do que, o lugar é o cotidiano se realizando, portanto capaz de abarcar as redes de terceiro nível explicadas por Bitoun.

Avançamos e podemos dizer que os espaços alternativos não são somente compostos de materialidades, concreção, mas tem uma parcela igual ou superior de imaterialidade. Não esqueçamos que estes espaços são, prioritariamente, humanos, fortemente humanizados, portanto podemos sondá-los por outros aspectos, alcançando-os por outros meios. Seguiremos Pintaudi (1997) e faremos essa sondagem através do imaginário – no singular – que tem, sim, como já colocamos recorrendo a mesma autora, um papel homogeneizador e de programação do cotidiano, mas que pode derivar para imaginários, no plural. Segundo Pintaudi, estes imaginários, passíveis de serem soletrados pelos objetos (CERTEAU, 1994, *apud* PINTAUDI, 1997), possuem importância não por apenas permitirem que a cidade exista e funcione, mas também

porque a materialidade que os definem adquire valor simbólico.

Compreender o imaginário significa compreender, na escala da vida cotidiana, a procedência social das imagens (a que grupo pertencem, que experiência carregam), itinerários, relações passadas e presentes, e, portanto, desde logo significa entender que ele não é um só. (PINTAUDI, 1997, p. 217).

Existe uma tendência mundial de unificação do imaginário – pela publicidade, como já foi colocado – mas a derivação em imaginários é inevitável, já que no lugar, “este imaginário, ao se concretizar, o faz de maneira fragmentária portanto diferente, diferenciado porque tem por base o espaço da vida cotidiana (...)” (PINTAUDI, 1997, p. 219) onde os diversos agentes irão revisitá-lo. Que cidades surgem através destes imaginários alternativos? Damiani (1997) afirma a cidade como mediação importante, na qual a ordem distante tenta se impor, mas sempre é confrontada com a possibilidade de ser redefinida pelos tempos complexos que a cidade comporta e que constituem os lugares urbanos.

Peluso (1997), em texto apresentado no Simpurb de Fortaleza, descreve rapidamente o surgimento das cidades satélites no entorno do plano piloto de Brasília – cidade que já nasce fragmentada – e particulariza sua análise no imaginário daqueles que obtêm casa própria na cidade satélite de Samambaia. A autora descreve o papel das formas na construção psicológica dos lugares. Em um paralelo que achamos interessante desenvolver, recorremos a Pintaudi (1997), que em texto apresentado no mesmo Simpurb, coloca o pretérito papel do rio Tamanduateí como referencial espacial importante na época das chuvas para os paulistanos, referencial que não existe mais, e que, portanto impôs uma remodelação no imaginário do morador atual da cidade. Peluso expõe a casa com um papel semelhante. A autora para descrever essa força do “ter a casa” no imaginário dos mais pobres põe as falas mais relevantes dos moradores no artigo. Falas do cotidiano, bastante ilustrativas. Para Peluso o “espaço e o tempo são ressignificados por meio da casa própria: ‘morar num lote sozinha ou morar nos fundos tem diferença, bastante diferença’. O tempo de ‘antes’ é difícil, de nomadismo, é ‘de bater a cabeça por aí’, e de ‘precisar’” (PELUSO, 1997, p. 241).

Os autores descrevem, de muitas maneiras, como o lugar – mas nem sempre mencionando diretamente essa noção – constitui-se como alternativa e resistência. Cordeiro explica como na metrópole, existem diversos outros tempos além daquele tempo rápido que caracteriza as ações hegemônicas. Estes tempos evoluem em outros

pontos da metrópole, e constituem outros fluxos. Geralmente são mais lentos, são “o tempo livre das ‘férias’, do cotidiano dos bairros residenciais e/ou das periferias ou ‘subúrbios do tempo’” (CORDEIRO, 1991, p. 65). Carlos afirma que “o cotidiano – fortemente burocratizado, dominado – também é o lugar onde se formulam, para Lefebvre, os problemas da reprodução no seu sentido amplo; é o lugar da superação das necessidades, é o lugar do novo” (CARLOS, 1997, p. 210). Nem todos os bairros da metrópole têm a vida apagada, alguns ainda possuem memória, constituem identidade, podem ser chamados de lugar:

Nos bairros italianos antigos da metrópole paulista, por exemplo, ainda restam as festas em homenagem à padroeira das regiões de origem dos migrantes; as procissões ainda têm apelo em algumas comunidades, as quermesses reúnem vizinhos em torno das barracas típicas para conversar tomando quentão (...). Em outros bairros, o sistema de “compra com caderneta” ainda permeia as relações diretas entre as pessoas no ato de compra e venda, onde todos se conhecem. As feiras que resistem bravamente à invasão dos supermercados e *shopping centers* ainda persistem enquanto ponto de encontro, além de lugar do mercado. (CARLOS, 1997, p. 210).

Esse exemplo descrito por Carlos é uma dessas outras espacialidades, alternativas, descritas, às vezes, como resistentes. Sempre resistentes se considerarmos que a resistência não precisa ser deliberada, não se for apropriação do espaço para o exercício do direito de viver na cidade, uma ação sempre política, ainda que nem sempre politizada. Para Santos “o Lugar – não importa a dimensão – é, espontaneamente, a sede da resistência, às vezes involuntária, da sociedade civil (...)” (SANTOS, 2006, p. 259). Rita Gomes explica como nas cidades pequenas são comuns os processos de cooperação que produzem, de certa forma, resistência, “que se manifesta por uma territorialidade marcada pela identidade cultural, histórica e social, que privilegia a festa e, dentre outros aspectos, serve para consolidar e construir as sociabilidades” (GOMES, Rita, 2009, p. 134). Damiani, em texto apresentado no Simpurb de Salvador, descreve como a identificação do lugar é construída, enquanto resistência, na medida em que o morador sobrevive na vida cotidiana reivindicando seu direito a vida na cidade:

A periferia autoconstruída mudou através da luta dos seus moradores. Se não sabem reivindicar, falar aos outros, poderosos, aprendem; se não sabem fazer documentos, jurídica ou oficialmente se colocarem, aprendem. A casa, o bairro constituem uma história. Uma história forte é a expressão utilizada, porque está sob a determinação dessas pessoas: toda a vida, toda a história. A quem diga, a casa não se vende, não se troca, de tanto que ela representa. E o lugar, amam o lugar: como uma vila bonita, porque a grande cidade é multcentralizada, e os centros derivam, também, dos lugares

produzidos por seus moradores. (DAMIANI, 1999, p.111).

A mesma autora, em outro texto apresentado no Simpurb de Fortaleza, afirma a capacidade de ruptura conservada no cotidiano: “o cotidiano não é somente ordem imposta, ele é, no plano subjetivo, uma organização de vida assegurada” (DAMIANI, 1997, p. 230), onde o básico, para a sobrevivência, está garantido. E é nessa procura da sobrevivência que o conjunto habitacional – o tema discutido por Damiani no referido texto – é subvertido na sua funcionalidade. Ora, se o conjunto habitacional foi subvertido na sua funcionalidade, ele o foi pelo uso dos seus moradores no cotidiano. O conjunto habitacional tornou-se lugar. Dessa forma, podemos dizer que as coações que essa forma implica

(...) são enfrentadas no nível da prática urbana, que, por sua vez, recupera as múltiplas relações entre o homem e o espaço, expondo ambos à história, às estruturas e conjunturas, à cultura adquirida, às inserções sociais, até o imaginário e imaginação sociais, aos desníveis e fissuras entre as macroestruturas e o espaço vivido cotidianamente, então, caracterizando possibilidades de apropriação, também, múltiplas (DAMIANI, 1997, p. 230).

O conjunto habitacional, antes um espaço hegemônico, transformou-se em um heterotopia, um espaço alternativo, possivelmente resistente.

Damiani descreve como os pobres têm dificuldade em se radicar na cidade, ainda que seja na periferia. Eles não têm a almejada propriedade. O fato do espaço que possuem não ser legal, diante das instituições, tornam sua situação instável, passível de mudança, e é isso o que geralmente acontece: mudar. O pobre não planeja, portanto, ele age no imprevisto. Sua ação é tática (CERTEAU, 1994), sua trajetória é imprevisível, principalmente para as instituições, mas também vulnerável (DAMIANI, 1999). Quando sobrevêm outros interesses, instituídos, em relação ao solo urbano que os pobres ocupam, na cidade, geralmente eles o perdem. Como o lugar se constitui nestes espaços, tão instáveis? Os pobres conseguem morar em espaço tão frágeis? De acordo com a autora, o pobre que nega a vida sofrida, anti-urbana, não se exercita na negatividade pura, mas sim projeta uma positividade, de realidade possível, cultivada cotidianamente, na qual ele se vê como produtor do espaço urbano, também, “sujeito possível de reapropriação do espaço, que caracteriza a realização do urbano, superando os limites da sobrevivência” (DAMIANI, 1999, p. 117).

Para Damiani, a realização do conjunto habitacional guarda uma contradição entre o espaço projetado e o espaço vivido. O morador pode ou não viver o espaço

projetado, isso vai depender de muitas circunstâncias, algumas delas não previstas, visto que o urbanista raramente pensa o projeto dentro de uma totalidade. Damiani coloca que a “adequação entre forma e conteúdo é complicada” (DAMIANI, 1997, p. 231). Gustavo de Souza converge com Damiani, e coloca como projetos de intervenção urbana que se esforçaram em uma radical mudança de conceitos a fim de obterem resultados mais favoráveis quanto ao uso comunitário, não foram capazes de obtê-los, pois “não foi possível impedir que florescessem conflitos entre o que se projetou como ideal, (...), e o que ocorreu no mundo vivido pelos moradores” (SOUZA, Gustavo de, 2001, p. 271). Realizou-se não a desordem, mas a ordem possível (SANTOS, 2008b).

Alfredo aborda a questão da negação ao processo de homogeneização (que esse autor não menciona com este nome), ou de metropolização, como o próprio denomina, a partir do momento de destituição da propriedade privada – cujo exemplo ele encontra na favela – não como um momento de negação radical da propriedade privada, mas como um momento de construção da sua identidade. Nasce da metrópole “as lutas encarniçadas para a espacialização de conteúdos que estejam para além das racionalidades de estoque e solvência” (ALFREDO,...), racionalidades relacionadas a viabilização da reprodução da vida e de “uma sociabilidade não relacionada a interesses abstratos como o dinheiro”. “**A cidade não é externa à metrópole!** Ela se estabelece como a **identidade negativa da metrópole**” (ALFREDO, 2003, p. 49, grifo do autor). “Não se tratam, portanto, de duas racionalidades externas que se chocam *a posteriori*, mas, sobretudo de uma incapacidade de a lógica expropriativa da metrópole realizar-se de forma unilateral, idêntica a si mesma” (ALFREDO, 2003, p. 50). Fazendo uma correlação com uma reflexão de Silveira (2002), na qual o lugar é o Outro da totalidade, a cidade, no caso, seria o Outro da metrópole, portanto negação da metrópole. Esta contraposição, entre cidade e metrópole, “não é apenas um processo exclusivamente lógico, mas prático, realizado pela via do embate, quando a vida é colocada como condição do processo” (ALFREDO, 2003, p. 51). Isso nos fala que algumas áreas urbanas tornam-se posse na medida em que alguns grupos sociais urbanos, que não conseguem acesso à propriedade privada, necessitam viver na cidade e, por necessidade, se insurgem diante da metrópole, construindo a cidade possível.

Nestes termos, a propriedade acumulada – ligada ao tempo cronometrado, a uma contenção métrica de parcelas do espaço – contrapõe-se a favela, porque esta diz respeito não somente a uma condição social, material e a uma relação destes indivíduos com a propriedade jurídica da terra, mas principalmente porque favela é, ela mesma, componente da prática espacial. A ela ligam-se espacialidades que buscam redefinir o

espaço capitalístico a partir de uma dimensão corporal. (ALFREDO, 2003, p. 52).

Os pobres apropriam-se do espaço urbano, realizam sua posse, através do corpo, principalmente, um fato que se realiza como contradição da forma hegemônica de apropriação. Ao corpo se ligam “ritmos próprios que exigem e produzem espacialidades”, que por sua vez podem impedir “uma espacialização unilateral da funcionalidade metropolitana” (ALFREDO, 2003, p. 52). O espaço urbano que se realiza como posse, produzindo a cidade – a favela, por exemplo – é a produção de um espaço apropriável pelo corpo. Na metrópole, cujos espaços foram funcionalmente setorizados, o corpo se realiza, no cotidiano, fragmentado. Salgueiro, sem se referir, especificamente, a condição de apropriação do espaço pelo pobre, também se refere a importância do corpo no processo de produção de espacialidade. Para essa autora o “fazer geografias” começa com “a construção e performance do si, o sujeito como entidade espacial distinta e envolvido numa teia de relações com a sua envolvente” (SALGUEIRO, 2003, p. 100).

Não faltam caminhos apontados pelos autores dos Simpurbs para se alcançar os espaços da experiência tática e espontânea, da imprevista resistência. Porém como o pesquisador pode saber das causas, dos motivos do surgimento destes espaços alternativos? Podemos vê-los depois que surgiram? Podemos descrever as dinâmicas que os compõem? Mas quais as motivações dos sujeitos que os constituem e lhes dão suporte?

As análises de processos na escala do intraurbano precisariam “penetrar” no cotidiano, uma vez que os fenômenos, os processos produtores de espaços alternativos, de espaços resistentes, estão imersos no plano do cotidiano, no lugar, onde as relações do homem comum se realizam. “O homem não habita a metrópole, mas lugares da metrópole aonde se desenrola a sua vida, marcada pelos trajetos cotidianos” (CARLOS, 2001, p. 69). Penetrar no cotidiano é entender a cidade de infinitas espacialidades, infinitas trajetórias descritas constituintes de um espaço vivido, um espaço usado, cujas motivações nem sempre são claras, justamente por estarem “escondidas” no cotidiano. “O cotidiano não coincide com a realidade, compreende o vivido, subjetividade fluida, emoções, afetos, comportamentos e imagens” (CARLOS, 1993, p. 95), “é onde se lêem as transformações, é onde se materializam as mudanças” (CARLOS, 2001, p. 69). O cotidiano está intimamente ligado ao espaço vivido, que Lemos (2001), no mesmo Simpurb (de Presidente Prudente), também chama de lugar.

Rita Gomes, discorrendo sobre as cidades pequenas, coloca a importância, para o entendimento das dinâmicas que as caracterizam, que as constituem, das “racionalidades internas, baseadas em experiências vivenciadas” no cotidiano, na vida diária. A autora entende que a “análise e a compreensão da pequena cidade requer que sejam considerados os laços de sociabilidade que são construídos ao longo da história de vida cotidiana do povo e do lugar” (GOMES, Rita, 2009, p. 131), o que segundo Maia, só pode ser apreendido “através da observação direta – aqui entendida no seu sentido mais amplo –, da maior aproximação com essas localidades” (MAIA, 2009, p. 155), no que também concorda Gonçalves (2009), que se utiliza da observação direta para estudar a influência do cotidiano nas cidades pequenas do agreste potiguar. Através da análise do agir cotidiano pode-se chegar às racionalidades que o comandam. É Rita Gomes que explica:

Partindo do pressuposto de que as pequenas cidades são espaços nos quais existe uma história que é social, cultural e economicamente construída, a análise do seu cotidiano, ou a sua problematização, significa perceber os mecanismos estruturais, suas representações coletivas e significados materiais, que condicionam práticas interativas. (GOMES, Rita, 2009, p. 132).

Maia explica que em boa parte das cidades pequenas brasileiras, existe uma imbricação entre a vida rural e a vida urbana, que deverá principalmente ser desvendada a partir do “conhecimento dos costumes, dos hábitos, da vida cotidiana dos seus habitantes e ainda do tempo que rege essas localidades” (MAIA, 2009, p. 155).

Os Simpurbs nos dão várias reflexões que afirmam a necessidade metodológica de se observar o cotidiano, pois nele “não se manifesta apenas a alienação, não se caracteriza apenas pela ausência e nostalgia; é também o lugar do novo e do possível, produto e resíduo (...)” (CARLOS, 1993, p. 97). Castro (1993) observa que a análise da cidade deve considerar um acontecer que se revela em diversas escalas, inclusive na escala do lugar, onde o cotidiano se realiza. Para a autora a escala do lugar é tão importante para explicar a cidade e o urbano quanto “suas relações com as escalas regionais, nacionais ou planetárias” (CASTRO, 1993, p. 92). Geiger explica como o cotidiano explicita as contradições. Para ele a TV coloca essas contradições a mostra quando concomitantemente emite para o destinatário da informação uma imagem em que ele é o referente. “É por assimilar o jogo do real/simulacro transmitido pela mídia, que as mocinhas dos morros do Rio descem descalças, sapatos na mão, para que não fiquem sujos de poeira ou lama, e que serão calçados quando chegarem no ‘asfalto’”

(GEIGER, 1991, p. 53). Santos, no livro “Natureza do Espaço”, reforça o caráter revelador da existência, no lugar, que põe a mostra as contradições: “O consumo imaginado, mas não [ou parcialmente] atendido (...) produz um desconforto criador. O choque entre cultura objetiva e cultura subjetiva torna-se instrumento da produção de uma nova consciência” (SANTOS, 2006, p. 326).

Silveira, dezesseis anos depois de Geiger, em 2007, reafirma as contradições inerentes aos eventos quando estes se realizam, no lugar. Para a autora, os mesmos nexos que possibilitam a posse, pelos mais pobres, das “variáveis modernas” para a renovação das suas relações de subordinação e dependência, também possibilitam o aumento da densidade comunicacional para a sobrevivência e o direito à cidade.

É o caso dos telefones celulares: criam-se dependências quanto aos custos da compra e tarifas, porém seu uso autoriza uma maior comunicação entre as pessoas que podem, assim, estabelecer novas parcerias de trabalho e, de um modo geral, aumentar sua comunicação (SILVEIRA, 2007, p. 6).

Damiani, discutindo os conjuntos habitacionais no Simpurb de Rio Claro, descreve diversos exemplos de subversão do espaço planejado. A ordem possível na cidade real.

Espaços são preenchidos com usos não-previstos: casas são usadas como bares (quando bares são proibidos), bolsões de estacionamento e garagens são criados nos espaços livres, internos aos condomínios, comércio ambulante aparece pulverizado ao longo das ruas e avenidas dos conjuntos, banheiros são improvisados em áreas públicas, condomínios são fechados por muros e grades, as janelas e fachadas dos prédios são transformadas, os prédios inacabados, sem água ou luz, são usados por invasores, casas e apartamentos são revendidos ou alugados, paredes e muros são pichados (DAMIANI, 1991, p. 35).

Castilho (2004), no Simpurb de Recife, descreve outro exemplo ilustrativo de como ações hegemônicas, no caso, vindas do estado, podem ter desdobramentos imprevistos, para aqueles que as planejaram, quando se realizam nos lugares. O exemplo utilizado por Castilho trata da implantação do Programa Capacitação Solidária no Recife com vistas a habilitar indivíduos de baixa renda para o trabalho na cidade e integrá-los à vida urbana. O autor coloca como inadvertidamente os cursos de capacitação criam redes de solidariedade orgânica, uma malha não mais “resultante de uma intervenção unicamente verticalizada e centralizada; mas horizontalizada e desconcentrada da qual participam também diversos segmentos oriundos da sociedade civil organizada” (CASTILHO, 2004, p.20). Castilho, citando Santos – no livro

“Natureza do Espaço” – admite que o lugar é portador de contra-racionalidades. Para esse autor, as dinâmicas que se desenvolvem no lugar, relacionadas ao surgimento de resistências às ações hegemônicas, também se reproduzem no território, afirmação que não tem paralelo em outro autor nos Simpurbs.

Observamos como as particularidades que constituem a singularidade do lugar guardam possibilidades nem sempre interessantes, além daquelas que subsidiam a resistência dos que existem no lugar. Essas possibilidades reforçam a fragmentação do espaço que se pretende integrar. Uma delas seria o “bairrismo”, que intelectuais brasileiros no início da década de 90 já indicavam como um caminho possível de ser tomado pelos movimentos sociais – de gênese local – que nasciam e se consolidavam cada vez mais distantes das grandes ideologias, que se encontravam em crise, como bem mostra a queda do muro de Berlim (GEIGER, 1991). Não esqueçamos que o lugar constitui-se como uma singularidade/particularidade diante do espaço e diante dos outros lugares, portanto ele é produtor de identidade, o que numa situação de conflito de interesses pode levar aqueles que se identificam como “locais”, moradores ou *insiders* de um lugar a ver “o de fora”, o *outsider*, como o inimigo. Damiani reproduz no seu texto, apresentado no Simpurb de Salvador, o depoimento de um morador da Zona Leste, uma demonstração da profundidade do processo de segregação entre os grupos sociais urbanos, e do caráter relacional do processo de identificação que dialoga com esse processo de segregação:

Zona Leste é diferente do resto. Um casamento no Belém – bairro da Zona Leste – mesmo sendo zona leste é mais perto do centro. Existe uma cara de Zona Leste, leste mais dentro, mais periférico. Viver no centro, ir mais ao centro, o jeito do centro, dos jardins, da cidade, a pessoa cheirosa, de pele cheirosa, de roupas bonitas, sapatos bonitos, jeito de falar, de andar, de sentar, jeito de andar com a bolsa, quando vive mais no centro, não tem cara de Zona Leste. (DAMIANI, 1999, p. 112).

A autora defende o estudo do cotidiano e vai mais longe, defendendo também o estudo das periferias urbanas, as pobres, pois estas possuem “conteúdos próprios”, um cotidiano que só pode ser revelado nos “limites da sobrevivência” (DAMIANI, 1999, p. 113).

Não poderíamos deixar de mencionar um artigo que discute o lugar como uma solução de planejamento, bastante destoante do geral dos artigos, apresentado no Simpurb de Manaus. O artigo em questão foi apresentado por Carla Alexandra Filipe Narciso, e segue um eixo teórico “afinado” com a teoria neopositivista. Para essa autora

os problemas dos países em desenvolvimento não são resultado das contradições dos conflitos inerentes ao atual modo de produção, mas são causados pela “desorganização territorial, o crescimento casuístico e o desaparecimento da paisagem característica de cada região e da identidade dos lugares” (NARCISO, 2009, p. 347). Segundo Narciso, a resolução desses problemas estaria no planejamento ambiental, visando a sustentabilidade ecológica, econômica e social da cidade. Precisamente, a autora propõe uma solução que seria a adoção de corredores verdes, compondo um sistema ecológico integrado de espaços abertos, ou como a própria Narciso denomina, sinteticamente, uma Estrutura Ecológica Urbana. Essa estrutura atuaria através de corredores verdes que constituiriam um “verde contínuo desejado e necessário” (NARCISO, 2009, p. 348).

Não reconhecemos a teoria na qual a autora se fundamenta para desenvolver algumas afirmações em relação ao lugar, que possui, inclusive, uma identidade e é construído socialmente, ao mesmo tempo em que o “encaixa” em uma concepção positivista de realidade. A identidade da idéia de lugar, adotada pela autora, tem um conteúdo de resistência não em relação à expansão irracional do atual modo de produção, mas em relação à própria irracionalidade da falta de um planejamento adequado. Para Narciso, a noção de identidade do lugar deveria ser adotada pelo planejamento ecológico e seria um dado estratégico. De fato, a autora não vê o lugar como espaço produzido pelas práticas sócio-espaciais cotidianas, mas reconhece a importância dele para as relações interpessoais. Narciso não define o que é uma cidade sustentável, mas coloca que “é a partir da apreensão e entendimento do lugar e dos sistemas inerentes a ele que se constrói a cidade sustentável” (NARCISO, 2009, p. 349). Para a autora são os espaços verdes públicos que deveriam estruturar a malha urbana e resgatar as funções de sociabilidade, assim como estimular a noção de vizinhança perdida no racionalismo moderno (?). Narciso trata de uma cidade funcionalmente organizada com sua estrutura urbana integrada a estrutura verde, com o fim de garantir um “contínuo natural” (NARCISO, 2009, p. 351) para “salvaguardar os valores naturais e culturais que expressam o lugar” (NARCISO, 2009, p. 352).

O artigo de Narciso nos oportuniza uma reflexão. O arranjo que a autora deu aos conceitos utilizados, a sua perspectiva diferenciada do lugar, onde o estado pode fazer contribuições deliberadas para sua realização (ainda que conceitualmente reduzida), abre algumas questões. As afirmações dos pesquisadores sobre o lugar quanto às possibilidades de insurreição que ele guarda e, por conseguinte, de esperança em um mundo menos homogêneo, menos excludente, também guarda surpresas e avisos quanto

a uma possível romantização das possibilidades libertadoras do lugar. É Alfredo (2003) que coloca ser o processo de destitucionalização do solo urbano, quando finalmente a apropriação “vence” da propriedade privada, um passo em direção a fragmentação da cidade e, por conseguinte a geração de valor de troca agregado aos novos “pedaços” de solo urbano criados quando no momento da sua re-institucionalização. Silveira, por sua vez, explica como o capital global evolui ocupando gradualmente as lacunas antes ocupadas pelas produções dos mais pobres, que “podem consumir mais, porém produzir menos” (SILVEIRA, 2007, p. 19) ou, parafraseando Certeau (1994), “fabricar” menos. Seabra, em outro artigo que não foi apresentado nos Simpurbs, no qual discorre sobre a insurreição do uso, afirma: “a parte cega da história diminuiu, porque as relações de propriedade foram invadindo domínios amplos da existência, alcançando costumes e alterando-os” (SEABRA, 1996, p. 75). A questão que fica é: o lugar realmente tem uma potência de resistência à ação hegemônica? Se tem, o quanto essa potência resistirá diante dos mecanismos crescentemente sofisticados de expansão, estabelecimento e consolidação dessa ação?

3.3. E A GEOGRAFIA HUMANÍSTICA?

Observamos que poucos autores discutem a geografia humanística nos Simpurbs. Corrêa, no Simpurb de Rio Claro, em 1991, faz uma menção à geografia Humanística, colocando-a como uma possibilidade teórica para se pensar a “natureza simbólica do espaço”, visto que “coloca em evidência o significado dos lugares para diferentes indivíduos” (CORRÊA, 1991, p. 103). Alguns tentam, ensaiam, uma discussão nos limites desta corrente, porém a abordagem da geografia humanística, nas ramificações que geralmente são tratadas pelos ditos autores, apresenta diversas incompatibilidades com a geografia crítica, freqüentemente a primeira opção de abordagem.

Helena Kohn Cordeiro explica sua tentativa de utilizar os métodos próprios da geografia da percepção em sua pesquisa sobre o centro metropolitano de São Paulo, pois essa experiência de pesquisa tinha-lhe suscitado “reflexões sobre a percepção do cotidiano da sociedade que o frequenta” (CORDEIRO, 1991, p. 64). Entretanto...

Os métodos utilizados pela geografia da percepção não nos oferecem explicações teóricas suficientes para o esclarecimento das mudanças ocorridas. Colocam-se ao nível sentimental e não da compreensão lógica dos processos, sendo as mudanças físicas e comportamentais tratadas como “comoção” na vida da cidade. (CORDEIRO, 1991, p. 64).

Amélia Luisa Damiani em texto apresentado no Simpurb de Fortaleza coloca dificuldades semelhantes. Também essa autora estimulada pela necessidade de recolocar na pesquisa o que “aparece como marginal e trivial dentro dos processos sociais”, mas que faz parte da “complexidade do mundo atual, especialmente da vida urbana” examina “de forma passageira, a contribuição da geografia comportamental e da teoria fenomenológica sobre o espaço vivido”. Damiani conclui que o “apelo à psicologia, nos limites da geografia comportamental, (...), pode ter validade apenas nos limites da compreensão dos interesses e do ponto de vista da publicidade, da propaganda, da manipulação do imaginário social (...)” (DAMIANI, 1997, p. 222), já quanto...

(...) a problemática desse espaço cotidiano, amarrada ao espaço vivido (assentado, por sua vez, na fenomenologia) coloca-me diante de novos impasses, difíceis de superar (...).

A questão da percepção do espaço sob esse ângulo acentuava o papel da experiência pessoal e o cunho antropológico de análise. Em ambas considerações atraentes, pairavam dúvidas como a da incorporação dinâmica e interna da concepção de sociedade e do social à análise. A relação entre a história humana como um todo, numa perspectiva antropológica, e a formação econômico-social capitalista em particular, como um momento dessa história, também apresentava uma solução complicada, inclusive em termos metodológicos. (DAMIANI, 1997, pp. 222-223).

Peluso, também em texto apresentado no Simpurb de Fortaleza, faz essa tentativa de utilização da teoria (ou teorias) relacionadas à geografia humanística. Podemos verificar uma citação referente ao fenomenólogo Bachelard, extraída de reflexão desenvolvida no livro “A Poética do Espaço”. Peluso coloca, no início do texto que citará Piaget (citado por Livia de Oliveira), Tuan e Buttimer, no entanto, não pudemos verificar essas citações no texto. Admitimos que a autora não se referia a citações diretas, mas ao desenvolvimento de reflexões permeadas pelas idéias dos autores mencionados. De fato, Peluso, na introdução do texto, descreve hipóteses nas quais notamos a inspiração humanística.

A primeira considera que, internalizando as formas e os arranjos espaciais e as práticas sociais que os tornam concretos, os indivíduos constroem uma realidade psíquica que os faz identificarem-se com as regras do sistema mais abrangente do qual fazem parte, dentro de uma dimensão histórico-social que modela o significado e o sentido de suas relações com o mundo exterior. A segunda propõe que os conteúdos internalizados são conhecidos por meio daquilo que é externalizado, sejam condutas [comportamentos] a

serem interpretadas ou discursos a serem decodificados. A terceira ressalta que o movimento, o processo e as nuances com que ocorre a internalização faz com que o espaço econômico, objetivo, externo ao homem, torne-se espaço subjetivo, introjetado, vivido. A quarta enfatiza que cada indivíduo encarna relações sociais e é um singular que materializa um universal. Dessa maneira, cada conduta e cada discurso esclarece qualitativamente a relação indivíduo/sociedade e as histórias dos sujeitos falam sempre de indivíduos em sociedade e em interação com outros indivíduos (PELUSO, 1997, p. 235).

São estas problemáticas que irão nortear o resto de sua reflexão, enriquecida por um trabalho de campo que incluía depoimentos de moradores das cidades satélites de Brasília acerca do tema casa própria. Para a autora, a casa própria, por conta do valor simbólico que ela representa para seu morador, torna-se espaço subjetivo, introjetado, vivido. Autorizamo-nos a dizer que a casa pode tornar-se um lugar e transformar em lugar seu imediato entorno.

Uma casa é um edifício relativamente simples. No entanto, por muitas razões é um lugar. Proporciona abrigo; a sua hierarquia de espaços corresponde às necessidades sociais; é uma área onde uns se preocupam com os outros, um reservatório de lembranças e sonhos. (TUAN, 1983, p. 184).

Peluso descreve como esse valor é acrescido entre os mais pobres, visto que a acumulação material é interdita para a maioria da população. O “sujeito investe afeto na casa, formando o que Guattari (1985) denomina de ‘territórios de desejo’, por meio dos quais o indivíduo vê o mundo, dá-lhe significado, sentido e valor” (PELUSO, 1997, p. 237).

Nos raros textos produzidos pela Geografia Humanística nos Simpurbs afirma-se, de novo, a riqueza, a heterogeneidade, da cidade. A cidade, de novo, guarda “cidades”. Cada cidade, uma perspectiva pela qual “enxerga” um grupo ou classe social, um indivíduo, o ser humano. A diferenciação do espaço urbano existe na experiência e na percepção dos grupos, classes sociais e indivíduos que o vivem.

No Simpurb do Rio de Janeiro, Mello (1993) reflete sobre esse modo de diferenciação do espaço urbano. Para tanto Mello “chama” o lugar, diretamente, sem meandros. Mas não só o lugar, junto com ele, na reflexão de Mello, aparecem o deslugar⁹⁸ e o balé do lugar⁹⁹.

Mello a fim de construir sua perspectiva de diferenciação do espaço urbano, começa diferenciando lugar e espaço, ambos em relação ao ser humano. Mello vê no

⁹⁸ Ou deslugaridade, de acordo com Ângelo Fonseca (2001). Ambos os nomes, deslugar e deslugaridade, são tradução para o termo *placelessness* do livro “*Place or Placelessness*” de Edward Relph.

⁹⁹ Balé do lugar seria a tradução dada por Mello a noção de “*place-ballet*” construída por David Seamon.

lugar o lar, para com o qual o ser humano se vê atraído, por que nele se sente acolhido. Já para com o espaço, o ser humano sente medo, em virtude de sua amplitude, demasiada. O lugar “está contido no espaço” (MELLO, 1993, p. 18). Dessa forma o lugar pode ser a cama, a casa, a rua, partes do bairro e da cidade, o lugar pode ser o centro, mas não para todos. Para determinados grupos ou classes sociais, sim, o centro é um lar, é o lugar, pois é o mundo vivido, seja a noite, ou dia, ou todo o dia. Para outros não, esses “outros” afastam-se do centro, para eles o centro é espaço, pois lhes desperta medo ou aflição. Carvalho (2004), dez anos depois de Mello, reproduz os moldes dessa reflexão, quando em artigo apresentado no Simpurb de Recife, sobre a contribuição dos túneis no Rio de Janeiro na configuração e na dinâmica da cidade, ele descreve o caráter ambíguo dos túneis, ao mesmo tempo espaço e lugar. “Espaço – em razão das fobias e temores e por serem metaforicamente escuros – e lugar por viabilizarem os fluxos, as saídas e a expectativa de claridade, ou seja, portanto, palcos de rito de passagem, aceno de esperança, brilho e luz” (CARVALHO, 2004, p. 150). Importante lembrar que essa reflexão não é partilhada por todos os autores da abordagem humanística. Para alguns autores, como já colocamos, o lugar pode despertar sentimentos contrários ao de intimidade e aconchego, visto que para estes autores a diferença entre lugar e espaço está na diferenciação, na singularidade que um tem e o outro, não.

“O deslugar (...) diz respeito às paisagens estandardizadas, repetidas, “xerocopiadas”, com uniformidade de seqüência como os conjuntos habitacionais, os viadutos ou as lanchonetes fast-food da rede McDonald’s” (MELLO,...). Mello, entretanto, faz uma observação importante: o deslugar existe para aqueles que não experienciam a paisagem despersonalizada, pois aqueles que a experienciam conseguem distingui-las, “por elas se afeiçoam” transformando-as em lugares. Ou seja, podemos inferir que os deslugares existem para os *outsiders*, os turistas, os “estranhos, desejosos do prazer estético de seus valores” (MELLO, 1993, p. 18).

O balé do lugar consistiria nas trajetórias cotidianas descritas pelo corpo. O balé do lugar seria capaz, como já citamos, de criar nos indivíduos que o descreve – e é co-extensivo com ele – um forte senso de lugar. Carvalho também utiliza o conceito, concernente “aos gestos, passos, itinerários e movimento de pessoas com a utilização ou não de veículos”, se referindo especificamente a contribuição dos túneis do Rio de Janeiro para os fluxos na cidade, “minimizando o esforço nos deslocamentos” (CARVALHO, 2004, p. 144). Há também referências a reflexões desenvolvidas por Tuan, quando o autor discutindo a consolidação da segregação na cidade explica a parte

dos túneis neste processo, no caso específico da Barra da Tijuca. Carvalho afirma a atração das classes mais abonadas pelos espaços fechados e seguros das “catedrais do consumo” (CARVALHO, 2004, p. 149), uma relação que ele descreve como claustrofílica, numa clara referência ao livro “Topofilia” de Yi-Fu Tuan. Mas a utilização destas reflexões, destes conceitos, não implica num texto integralmente fundamentado na Geografia Humanística. Permeia a discussão de Carvalho outras reflexões relacionadas, por exemplo, à produção do espaço, recorrendo à Roberto Lobato Corrêa, e ao conceito de rugosidade, discutido por Milton Santos. Ambos pensados no âmbito de outras abordagens.

Batista e Silva, no Simpurb de Recife, em 2003, relacionam suas reflexões sobre a localidade de Candeal Pequeno a duas definições de lugar, de duas abordagens teóricas diversas entre si. Os autores se referem ao lugar humanístico, segundo Tuan, e ao lugar pensado na Geografia Crítica, mais especificamente aquele discutido por Milton Santos. Entretanto, Batista e Silva restringem a relação que começam a construir a uma intenção do que pretendem realizar ao longo de uma pesquisa em andamento, talvez por isso não tenham descrito melhor o que porventura pudesse existir entre a noção de lugar e a localidade de Candeal Pequeno.

No Simpurb de Manaus (de 2005), também encontramos textos da Geografia Humanística. Um deles, o de Elis de Araújo Miranda (2009), não trata do lugar como eixo de sua reflexão, mas da paisagem. Entretanto, a autora entrega-se a um esforço de particularização do seu objeto de estudo, uma cidade amazônica de nome Cameté. Para tanto, Miranda resgata a história da cidade desde a sua fundação e a localiza, em um mapa que inclui no artigo. Interessante notar que o histórico descrito pela autora, se detém especialmente nas intervenções urbanísticas realizadas na cidade ao longo do tempo, a começar pelos portugueses. Miranda coloca que o projeto português da cidade, uma planta padrão utilizada independentemente do sítio onde ela iria ser implantada, foi gradativamente manipulado e transformado pela comunidade local. Cameté começa a particularizar-se a partir do momento que começa a existir, um estado que tende a se intensificar na medida que a dita cidade não está propriamente numa região de fácil acesso. A autora explica como essa particularização (nome que ela não emprega) se pronuncia na paisagem, visto que o processo deixa marcas, formas e conteúdos muitas vezes visíveis, mesmo ao olhar “de fora”.

Observamos como o grupo dominante, os portugueses, tentavam se impor através de uma homogeneização forçada dos diversos pontos da colônia onde atuavam,

utilizando, por exemplo, uma planta padrão. Miranda (2009) explica como essa reprodução da paisagem lusa por parte dos portugueses era um esforço de criarem com a terra estranha um vínculo, de criarem um sentimento de pertencimento para com o novo espaço que ocupavam. Como a própria autora demonstra, o objetivo de reproduzir Portugal nos trópicos não se consumou, pois não havia uma sociedade portuguesa que acolhesse aquelas formas.

Miranda chega à paisagem contemporânea de Cametá, e explicita o seu objetivo na reflexão que desenvolve: identificar as temporalidades vividas no lugar através da leitura da paisagem, para o que ela vai utilizar a metodologia de Duncan, para quem a paisagem é texto. Através da leitura da paisagem a autora “cerca” o lugar, mas não o alcança, talvez porque esse não seja o objetivo do artigo em questão. No entanto, ainda assim, podemos dizer que o texto de Miranda é um apontamento das possibilidades de se reconhecer as dinâmicas do lugar através da leitura da paisagem. Segundo a própria a “leitura da paisagem pode desvendar as referências culturais do lugar, por aquelas referências que estão sendo implementadas no lugar” (MIRANDA, 2009, p. 336). Então Miranda observa as edificações, os monumentos, os equipamentos, formas edificadas pelos agentes hegemônicos nas diversas épocas, compondo na paisagem hoje uma história da classe dominante. A autora pontua a presença de alguns elementos do conjunto arquitetônico edificado pelos portugueses: as igrejas, a praça e o porto. Há também os monumentos. Um para lembrar a Cabanagem, mas que não exalta os cabanos e sim os que resistiram a eles, portugueses e simpatizantes. Outros com os bustos dos “notáveis” da cidade, membros da elite cametaense de outrora.

A autora também pontua as ausências. Miranda afirma ter existido uma sinagoga na cidade, um indicativo da existência anterior de judeus na região, que não mais existem, ou pelo menos não são mais representativos. Afora as palafitas não há qualquer menção, na cidade, a objetos que demonstrem ter existido uma população de trabalhadores. O lugar é composto por diversas temporalidades, variadas relações, entretanto, a paisagem de Cametá preservou apenas um lado da história. Onde está(ão) o(s) outro(s)?

Castriota nos fornece um importante conceito, criado por Casey, que poderia nos subsidiar uma reflexão sobre os elementos da paisagem que não aparecem. O conceito chama-se “memória do lugar”, que não nos privaria de nenhum elemento da paisagem e compreenderia inclusive aqueles que estão ausentes. A memória do lugar, de acordo com Castriota, agora citando Hayden, vai ser a “chave para o poder dos lugares

históricos em ajudar a definir o seu passado comum” (CASTRIOTA, 2009, p. 125). No final do artigo. Miranda descreve o estranhamento dos moradores locais diante dos bustos (monumentos em bronze) dos notáveis. Nenhum deles sabia dizer que eram os representados e qual a importância deles para a cidade. Qual seria a memória do lugar em Cameté? Talvez esteja na festa de São Benedito, festa de um santo negro e que é a mais esperada pelos moradores, não só da cidade, mas da região, o que inclui as comunidades quilombolas próximas, mas a autora não vai dá muitos exemplos destas marcas da paisagem, não porque não quer, mas porque não as vê. Elas existem? Talvez...

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se considerarmos o número de vezes que o lugar é tratado como uma noção-eixo nos diversos artigos dos Simpurbs, não conseguiríamos dizer o quanto ele é importante para pensarmos o urbano e a cidade no Brasil. Mas então, o que conseguimos dizer? Podemos dizer que o lugar aparece, de diversas formas. Ele aparece, por exemplo, às vezes como ponto, reconhecível no mapa, local a ser localizado pela ação hegemônica e apropriado como mero suporte. Eixo da discussão? Não. O lugar, nestas reflexões, é um dos aspectos da realidade, atingido pelos processos globais, ou gerais, como denominam os autores. Lugar? Podemos chamar um ponto localizável no mapa de lugar? Em outro tempo poderíamos, sim. Bastava reconhecer um ponto no espaço-suporte indiferenciado, e já se poderia chamá-lo de lugar, mas os tempos mudaram, mudaram também os nomes que o explicam, quando não, os significados destes nomes. Aquele lugar unidimensional já não é o bastante para diferenciá-lo do seu entorno: uma realidade crescentemente complexa. A localização, como já explicamos, tornou-se apenas um dos atributos do lugar. Hoje, outros atributos o seguem, a fim de que possa abarcar a dinamicidade de tudo que ele abrange.

Reconhecemos outros lugares sendo tratados nos Simpurbs, estes plenos de outras dimensões, entre elas o cotidiano. Segundo Henrique (2010), o lugar é a possibilidade de existência espacial do cotidiano e, como tal, se coloca como potencialidade para a compreensão da produção do espaço urbano. Desta forma, lugar e cotidiano se apresentam como categorias indissociáveis na leitura geográfica. Através do cotidiano o lugar vai além do ponto: “ganha” extensão, inclui trajetórias, é todo permeado e constituído pelo simbólico. Na cidade grande, inclusive, a depender do autor, pode perder continuidade espacial. O lugar é espaço vivido, portanto apropriável pelo corpo. O corpo é o nosso primeiro lugar, segundo os geógrafos humanísticos. O lugar é pleno de humanidade.

Quando desenvolvemos o terceiro capítulo, nos preocupamos em colocar possibilidades, que foram construídas e aplicadas no contexto da realidade urbana brasileira. Autores bem heterogêneos são colocados para “conversar”. Afinal queríamos compará-los, mostrar as convergências e as divergências entre eles. Por exemplo, o ser humano dando valor a determinados espaços, constituindo lugares, é um processo que vários autores concordam. O caráter de resistência do lugar também é um aspecto que alguns autores partilham. Observamos que muitas reflexões quando “tocam” o lugar, ou

processos que se desenvolvem nele, por mais distantes que estejam teoricamente, no momento de pensarem o lugar, se interseccionam e se “encaixam”. Tem-se nesse comparativo que desenvolvemos uma definição mais sistematizada do lugar, ou uma idéia em formação mais ou menos coerente, que obviamente não é totalmente equivalente entre os autores, que colocados lado a lado não concordam em tudo. A escala do lugar, por exemplo, não é algo simples de definir e fechar. Os autores não chegam a um ponto comum neste assunto. Mas, essa indefinição, que não está restrita somente a escala de apreensão do lugar, o que nos mostra? A noção de lugar está em construção. A noção contém uma “zona cega” difícil de perscrutar, por estar imersa no cotidiano. Somente poderemos delineá-la, com mais exatidão, se a empregarmos, se a vivermos. Defendemos que o lugar é uma noção que pertence à existência. Se a quisermos emersa deveremos percebê-la, vivê-la, ao mesmo tempo em que a concebemos. O lugar não existe primeiro no reino das idéias, para depois o surpreendermos na realidade. O lugar faz parte da realidade em diálogo com a existência humana. Sua apreensão pertence à práxis. Nos lugares estão sendo geradas as alternativas possíveis a aquilo que está estabelecido e que domina. Elas, as alternativas, foram geradas pela imaginação humana, na existência, portanto, são irresistíveis. Falta-nos apenas reconhecê-las, para isso é necessário “somente” que nos embrenhemos no cotidiano.

O professor Jan Bitoun, em entrevista, observa como a Geografia, durante muito tempo, desenvolveu uma reflexão “estadocentrada”. Dá-se muita visibilidade a esses atores na geografia, mas e quanto aos “atores miúdos, pequenos, do cotidiano”? O professor Bitoun tem a impressão que eles não foram suficientemente trabalhados pela disciplina geográfica. Ele ilustra de diversas formas como isso não aconteceu, em casos importantes, em momentos cruciais. Em um dos exemplos, na Amazônia, que não é um exemplo relacionado a cidade e o urbano propriamente, o professor explica como não se deu atenção, durante os projetos de colonização realizados no período ditatorial, às populações ribeirinhas, por considerá-las “atrasadas”. O Estado em vez de usar os rios para o projeto colonizatório, tentou construir estradas, em vez de estimular o desenvolvimento das povoações a beira do rio, nos igarapés, ocupou as áreas inférteis de terra firme, sobre as quais não se tinha nenhum conhecimento acumulado. E a geografia o que discutiu a respeito?

A geografia não se antecipou, ela trabalhou muito mais os territórios da Eletrobrás,

Petrobrás e de todas as “Brás” da vida; fez até crítica aos governos militares etc., em certos aspectos, mas ela não fez aparecer muito esse ator [miúdo, do cotidiano], esse ator apareceu dele mesmo a partir de sua organização social, de suas ligações internacionais, hoje se chamam populações ribeirinhas, povo da floresta e etc. etc. (Professor Jan Bitoun, entrevista realizada em 2009).

Mas, hoje, o que discutimos a respeito? Alcançamos esses atores “miúdos”, na cidade e no urbano, especificamente? Tentamos alcançar o cotidiano que se realiza nos lugares urbanos? Não intencionamos responder essas questões, e não as respondemos, pelo menos não diretamente. Indicamos algumas pistas, mas não fizemos afirmativas. Participamos de um processo que procuramos entender, como afirmar então qualquer coisa? Como afirmar? No máximo poderíamos colocar tendências.

Com certeza, somente, podemos apontar o Simpurb, hoje, como um fórum onde as condições – para essa discussão possível, essa reflexão possível, sobre o lugar urbano e sua importância – foram construídas e estão dadas, propiciando que a dita discussão (entre tantas outras) possa se desenvolver com a devida profundidade e rigor. NO evento não existem temas fechados que excluam necessariamente a noção de lugar, ele não possui um formato inegociável, vendo-o de diversas perspectivas. “Ele [o simpósio] não tem um modelo rígido de que todo Simpurb repete a mesma temática, os mesmos ‘fios condutores’, eles são adaptáveis” (Roberto Lobato Corrêa, entrevista realizada em 2009). Sua flexibilidade organizativa, inclusive, talvez tenha contribuído para que o evento crescesse, e neste ponto abrimos uma nova problemática que, de certa forma, se relaciona ao nosso trabalho, já que o crescimento de um tal evento relaciona-se a riqueza e profundidade da discussão desenvolvida, do que pode depender se pensar o lugar e outras noções igualmente importantes com a devida relevância explicativa.

Os Simpurb, desde sua primeira edição até as últimas, apresentaram um crescimento expressivo em número de participantes – nas sessões temáticas, principalmente – um fato confirmado pelos organizadores. Isso ocorre, por diversos motivos. Professora Maria Encarnação Sposito coloca alguns deles: o aumento da pós-graduação brasileira, a pressão institucional por mais publicações acadêmicas. Esse aumento no número de participantes, segundo a professora Sposito, pode repercutir sobre a qualidade das discussões ocorridas no simpósio. Sposito, inclusive, se refere como muitos presentes, no simpósio, não estavam interessados em ouvir, mas principalmente em falar. Professora Nelba Penna também faz uma crítica semelhante, citando Sérgio Martins quando este se referiu aos eventos de uma forma geral: a professora descreve uma atitude de “feira” da parte dos participantes, onde o indivíduo

“vai passando pelos estandes, e vai olhando, e passando de um pra outro, não fica com nada” (Professora Nelba Azevedo Penna, entrevista realizada em 2009), não há discussão, há participação passiva, que lhe dá direito a um certificado. Sposito e Penna consideraram essas posturas negativas para a o desenvolvimento sincero de uma reflexão acadêmica.

Penna observa, em entrevista, que o termo simpósio se refere a um evento pequeno, a fim de que se possa ter uma discussão, em grupo, a mais profunda possível. Carlos¹⁰⁰ e Rodrigues (2006), defendem igualmente um simpósio menor, onde cada dia deveria apresentar uma única mesa, a fim de que todos possam comparecer a discussão que se desenvolverá nela. Professora Nelba Penna faz eco a esse requisito na entrevista de 2009.

Professor Bitoun, em entrevista, admitindo que o crescimento dos Simpurbs o transformara em mais um evento da geografia brasileira, indica que *talvez* esse crescimento possa ter um lado positivo, de enriquecimento da discussão, uma vez que possibilita a inclusão de vários trabalhos vindos de todos os cantos do território brasileiro. Tantos trabalhos trazem novas problemáticas que antes não poderiam nem ser pensadas pelas simples ignorância de que elas existiam. Professor Bitoun, a fim de ilustrar sua fala, parafraseia Otávio Velho, e nos diz que algo está acontecendo no interior do Brasil, novos processos causadores de mudanças significativas, que precisam ser explicados, e talvez não sejam, pois as classes médias das grandes cidades, os universitários entre eles, não os reconhecem, e talvez os ignorem por não terem os termos para explicá-los. No entanto, a “ampliação das oportunidades de surgimento de novos temas e novos pesquisadores não se deve fazer em prejuízo da qualidade das discussões” (DAMIANI *et al.*, 2009, s/p)¹⁰¹, pois o compromisso dos Simpurbs é com a criatividade e não com o produtivismo, como coloca documento divulgado no Simpurb de Brasília, subscrito por vários dos mais atuantes participantes dos Simpurbs, que são também alguns organizadores das edições passadas do evento. Os geógrafos que subscreveram o documento afirmam a necessidade da Geografia Urbana de “construir uma compreensão do mundo a partir dos conteúdos do fenômeno urbano em direção ao desvendamento da sociedade, ultrapassando a mera realidade empírica em busca de sua explicação” (DAMIANI *et al.*, 2009, s/p). Os autores do documento convidam a

¹⁰⁰ Professora Ana Fani Alessandri Carlos foi organizadora de dois Simpurbs, entre eles, o primeiro.

¹⁰¹ Assinaram esta proposta: Amélia Luisa Damiani, Ana Fani Alessandri Carlos, Arlete Moysés Rodrigues, Jan Bitoun, José Borzachiello da Silva, Roberto Lobato Corrêa, Silvana Pintaudi, Pedro Vasconcelos, Marcelo Lopes de Souza, Maria Encarnação Beltrão Sposito.

comunidade geográfica a um exercício de superação que deve ser encaminhado, também, pelo Simpurb.

Superação parece ser uma palavra de ordem na Geografia, e uma urgência. Professor Bitoun, quando foi entrevistado, ilustra quanto trabalho, nós, geógrafos temos pela frente se quisermos descobrir o que acontece nos “espaços opacos” (Bitoun utiliza este termo), se quisermos realizar esse exercício de superação da realidade sensível, função da geografia que temos negligenciado. Para efeito demonstrativo, o professor Bitoun descreve um exemplo, dos efeitos da limitação teórica e política, no âmbito da atuação do Estado, ainda que bem intencionada. Trata-se de uma técnica envolvida com o planejamento da cidade referindo-se a aqueles que moram nas favelas e periferias de Recife, ela os descreve como metade da população da cidade que mora nos morros e ninguém vê. Professor Bitoun questiona essa afirmativa, perguntando a técnica quem era esse ninguém que não via. Para a técnica eram eles próprios que não viam; eles, a classe média. Ora, claro que a classe média via, mas escolhia não vê quem eram, realmente, essas pessoas, pensa o professor Bitoun, ou escolhia vê-los como um problema, ou problemas a serem resolvidos, ou escondidos, ou ignorados. De acordo com a lógica hegemônica (quantitativa, formal, geométrica e linear), esse problema é criado por essa população que “ninguém vê”, ou metade de uma população, constituída por indivíduos genéricos, destituídos de particularidades, de características individualizadoras. Indivíduos genéricos existentes em um espaço indiferenciado, cujo nome o reduz àquela característica que o denuncia como problema, que o negativiza diante de todo o restante da população da cidade. Favela pode ser esse nome, ou periferia, ou subúrbio, mas perguntamos: quantas “favelas” existem “escondidas” naquele espaço denominado, simplesmente, favela? Quantos lugares existem na cidade, mesmo na cidade formal, vigiada e controlada? Quantas espacialidades, subversivas ou não, “irrastreáveis”?

Na revista VEJA, em março de 2010, foi publicada uma matéria onde as populações dos morros do Rio de Janeiro são vistas como problemas, bem visíveis, aliás, para infelicidade de moradores mais abastados de alguns bairros da cidade. A matéria explica como esses moradores – que se mudaram para aquelas áreas anos atrás, quando suas residências tinham uma vista para os morros verdejantes – têm suas propriedades desvalorizadas em virtude de dois fatores: a destruição do “verde” nas encostas dos morros pela expansão da favela, e a violência do tráfico que veio a reboque.

Nos anos 70, o administrador Raimundo Bulcão, 82 anos, desfez-se de três imóveis para concretizar o sonho de viver numa casa de 700 metros quadrados em que, da janela, se descortinava a imensidão verde da Mata Atlântica, no Rio de Janeiro. Essa vista sumiu. Ao longo de quatro décadas, ela foi desaparecendo à medida que a favela da Rocinha se alastrava a passos largos pelo morro – até chegar a exatos 80 metros da casa do administrador: “o odor reinante aqui é uma mistura de lixo com esgoto, e o som varia entre tiroteio e baile funk. Verde, quase não se vê mais” (SOARES, 2010, p. 94).

Ponto relevante da matéria publicada pela VEJA, se referia a uma das causas, consideradas principais, de tão grande expansão da favela: a taxa de fertilidade nas favelas cariocas, “maior do que do Rio como um todo” (SOARES, 2010, p. 94). Essa matéria nos faz pensar a contribuição da mídia para a simplificação nociva da problemática urbana. A mídia manipulando o imaginário urbano a fim de apoiar ações hegemônicas, geralmente fragmentadoras da cidade, fundadas na concepção da cidade como um espaço-suporte indiferenciado, onde vive a população, soma simples dos indivíduos.

Lembramo-nos de um livro, chamado “A Máquina do Tempo”, de Herbert George Wells, publicado em 1895. Neste livro, um homem que viaja no tempo até um futuro distante, descobre que a espécie humana se dividiu em duas: os “elóis”, bonitos e despreocupados, que vivem na superfície; e os *morloks*, feios e monstruosos, moradores dos subterrâneos. Os “elóis”, em outro tempo, anterior aquele onde a história acontece, tinham dominado os *morloks*, e explorado o trabalho deles em fábricas transplantadas para o subterrâneo do planeta. No entanto, naquele tempo aonde o homem vindo do passado se encontrava, as coisas tinham mudado, os *morloks*, carnívoros, se alimentavam dos “elóis”, vegetarianos, e os criavam como gado sem os últimos saberes. Para os “elóis”, que não eram muito inteligentes e não se lembravam de muitas coisas, os *morloks* eram criaturas más que vinham todas as noites levar embora alguns deles. Mas vinha o dia e os “elóis” logo se esqueciam, felizes, da noite horrível. O dia era vivido como se nada houvesse acontecido, e como se nada pudesse vir a acontecer.

A metáfora escrita por Wells coube no final do século XIX, para demonstrar os possíveis desdobramentos que a sociedade industrial sendo gestada na Europa, desigual e injusta, poderia gerar no futuro. Ela, a metáfora, ainda vale, se quisermos observar a nossa sociedade de modo simplificado, ou se quisermos olhar a realidade como a técnica (mencionada por professor Bitoun) olha, ou como também olha o jornalista da VEJA. Entretanto se quisermos encarar a realidade a fim de observá-la complexa como de fato é, veremos que a metáfora não cabe. Os *morloks* do mundo moderno – os pobres

urbanos – não são um grupo homogêneo de predadores que vitimam as pobres famílias da classe média, mas também não são um grupo homogêneo de trabalhadores braçais dóceis que assim o serão para todo o sempre. Não há um grupo homogêneo constituído da população menos favorecida sócio-economicamente, de nenhum jeito. Os *morloks* não existem, mas as classes mais favorecidas se comportam como “elóis”, apenas lembrando-se da multidão heterogênea e sobrevivente, enquanto uma população homogênea, capaz de qualquer coisa para garantir sua sobrevivência, como destruir encostas verdes de morros ou traficar drogas. Para a razão hegemônica, disseminada pela mídia, essa população homogênea e seus espaços são problemas de segurança que devem ser resolvidos, ou quando não, escondidos ou ignorados.

É o professor Bitoun que coloca: “se cinquenta por cento da população é pobre, significa que tem uma diversidade enorme essa pobreza, portanto não vai dizer: os pobres. Eu acho que aí que a geografia tem um papel importante de dar visibilidade às práticas” (Professor Bitoun, entrevista realizada em 2009). Mas não nos restrinjam às práticas dos pobres, aos lugares dos pobres. Procuremos as práticas que se realizam nos lugares, independente da classe sócio-econômica, pois a criatividade e a capacidade de produzir alternativas não se restringem a uma classe, nem a um grupo social específico. Essas práticas nascem da contradição, do drama. Portanto, sejamos mais abrangentes, reafirmemos nosso compromisso com o humanismo. Onde estão os lugares nos quais se realizam essas práticas, alternativas? Quem são os indivíduos e/ou grupos que as realizam? Como elas se realizam? Essas perguntas já foram feitas, com outras palavras, por Lefebvre (2006). São perguntas que “pedem” para serem respondidas. Talvez um caminho para respondê-las seja pensar a cidade a partir dos seus lugares. Uma atitude teórico-metodológica da qual dependeria uma teoria profunda e uma empiria sincera, cujas metodologias ainda estão sendo construídas, e estariam sempre. Pensamos que a contribuição para tal empiria, em construção, seja o possível objeto da continuação deste trabalho, em um pretendido doutorado, que não se descuidaria, obviamente, da construção teórica sobre a noção de lugar, que outros começaram, e tentamos continuar.

Qualquer que seja o caminho que tomemos daqui em diante, não devemos perder de vista o nosso compromisso primeiro: a construção de conhecimento profundo e envolvido com o ser humano. Foi com esse compromisso, inclusive, que realizamos este trabalho, recusando-nos a tomar partido diante das teorias apresentadas, das perspectivas possíveis de simpósio descritas, assim como das possibilidades de lugar apresentadas. Queríamos pensar as opções. Certo que não somos ingênuos a ponto de

afirmar que fomos imparciais ao longo do trabalho, não fomos, e nem queremos ser. Fizemos escolhas, que ao “olhar” não muito atento, já “saltam a vista”. Ainda assim ousamos afirmar uma coisa: tentamos descrever as muitas possibilidades e fazer poucas afirmações. Em algumas religiões orientais diz-se que o caminho sábio é o caminho do meio. Procuramos tomá-lo e nisto somos radicais.

É trilhando o caminho do meio, do bom senso, que deixamos explícito o nosso compromisso com a qualidade do conhecimento produzido, perante uma realidade que devemos pensar com o objetivo de torná-la crescentemente melhor, mais justa para todos que dela partilham. É com esse compromisso em mente, que diz respeito a todo e qualquer intelectual do Brasil e do mundo, que devemos fazer as nossas escolhas.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de Almeida. O estudo geográfico da cidade no Brasil: evolução e avaliação. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). **Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano**. São Paulo: EDUSP, 1994, p. 199-322.

ALFREDO, Anselmo. Cidade e metrópole, uma identidade contraditória no processo de metropolização do espaço. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; Lemos, Amália Inês Geraiges (orgs.). **Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2003, p. 45-56.

ALVES, Glória de Anunciação. As centralidades da cidade de São Paulo: o papel do centro tradicional. In: OLIVEIRA, José Aldemir de (org.). **Cidades brasileiras: territorialidades, sustentabilidade e demandas sociais**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, p. 48-60, 2009.

AUGÉ, Marc. **Não-Lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Tradução de Maria Lúcia Pereira. Campinas: Papirus, 1994.

BARBOSA, Jorge Luiz. O sentido da cidade no final do século XX. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). **Urbanização e cidades: perspectivas geográficas**. Presidente Prudente: Unesp, 2001, p. 461-468.

BARROS, Nilson Crocia de. Crescimento metropolitano e comércio informal na cidade do Recife, Brasil. **Boletim de Geografia Teorética**, UNESP, Rio Claro, vol. 21, nº 42, p. 69-77, 1991.

BATISTA, Selma P. Maciel; SILVA, Maria Auxiliadora da. O processo de configuração sócio-espacial do Candeal Pequeno: uma análise da dinâmica local. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 8., 2003, Recife. **Anais...** Recife: Editora Universitária da UFPE, 2004, p. 175-182.

BITOUN, Jan. Recife, uma interpretação geográfica. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). **Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano**. São Paulo: EDUSP, 1994, p. 27-45.

_____. O intra-urbano: a geografia e o urbanismo. In: SILVA, José Borzacchiello da; COSTA, Maria C. Lustosa; e DANTAS, Eustógio W. Correia (orgs.). **A cidade e o urbano: temas para debates**. Fortaleza: Editora da UFC, 1997, p. 53-60.

_____. **Jan Bitoun**: depoimento. Brasília, 02 de set. de 2009. 1 MP3. Entrevista concedida ao mestrando Shanti Nitya Marengo, do programa de pós-graduação do Departamento de Geografia do IGEO-UFBA.

BRAGA, Ralph. O espaço geográfico: um esforço de definição. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, nº 22, p. 65-72, 2007.

BUTTNER, Anne. Aprendendo o dinamismo do mundo vivido. Tradução de Neide Piran e Antonio Christofolletti. In: CHRISTOFOLLETTI, Antonio (org.). **Perspectivas da geografia**. São Paulo: Difel, p. 165-193, 1982.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Pensando novos caminhos da análise urbana. **Boletim de Geografia Teórica**, Unesp, Rio Claro, vol. 21, nº 42, p. 103-108, 1991.

_____. O espaço e o tempo sociais no cotidiano. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 3., 1993, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UFRJ, p. 93-98, 1993.

_____. Repensando a Geografia Urbana: uma nova perspectiva se abre. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). **Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano**. São Paulo: EDUSP, 1994, p. 157-198.

_____. A construção de uma “nova urbanidade”. In: SILVA, José Borzacchiello da; COSTA, Maria C. Lustosa; e DANTAS, Eustógio W. Correia (orgs.). **A cidade e o urbano: temas para debates**. Fortaleza: Editora da UFC, 1997, p. 199-212.

_____. A Metrópole polifônica – poliorâmica. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). **Urbanização e cidades: perspectivas geográficas**. Presidente Prudente: Unesp, 2001, p. 59-72.

_____. **O Lugar do/no Mundo**. São Paulo: Labur Edições, 2007. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dg/gesp/baixar/O_lugar_no_do_mundo.pdf>.

CARLOS, Ana F. A.; RODRIGUES, Arlete M.. Rumo ao X Simpurb. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, nº 19, p. 207-210, 2006.

CARVALHO, Ronaldo Cerqueira. Rio de Janeiro – uma cidade conectada por túneis. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 8., 2003, Recife. **Anais...** Recife: Editora Universitária da UFPE, 2004, p. 143-152.

CASTILHO, Cláudio Jorge Moura de. Ações sociais de capacitação para o trabalho e o uso do território: a proximidade territorial e a construção de espaços de cidadania. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 8., 2003, Recife. **Anais...** Recife: Editora Universitária da UFPE, 2004, p. 13-28.

CASTILLO, Ricardo. Aproximações sobre o tema da análise geográfica da urbanização e da fragmentação na era das novas tecnologias da informação. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). **Urbanização e cidades: perspectivas geográficas**. Presidente Prudente: Unesp, 2001, p. 59-72.

CASTRIOTA, Leonardo B.. **Patrimônio cultural: conceitos, políticas, investimentos**. São Paulo: Annablume, 2009.

CASTRO, Iná Elias de. Tempo e espaço no cotidiano urbano: uma introdução. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 3., 1993, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UFRJ, 1993, p. 91-92.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994.

COELHO, Franklin. Reforma urbana e territorialidade. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 3., 1993, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UFRJ, 1993, p. 144-150.

CORDEIRO, Helena Kohn. Reflexões sobre o tempo do cotidiano no centro metropolitano de São Paulo. **Boletim de Geografia Teorética**, Unesp, Rio Claro, vol. 21, nº 42, p. 65-69, 1991.

CORRÊA, Roberto Lobato. O espaço urbano: notas teórico-metodológicas. **Boletim de Geografia Teorética**, Unesp, Rio Claro, vol. 21, nº 42, p. 101-103, 1991.

_____. Perspectivas da Urbanização Brasileira – uma visão geográfica para o futuro próximo. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 10., 2007, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: 2007. 16 p.. CD ROM.

_____. **Roberto Lobato Corrêa**: depoimento. Brasília, 03 de set. de 2009. 1 MP3. Entrevista concedida ao mestrando Shanti Nitya Marengo, do programa de pós-graduação do Departamento de Geografia do IGEO-UFBA.

COSGROVE, Denis E.. Em direção a uma geografia cultural radical: problemas da teoria. Tradução de Olívia B. Lima da Silva. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Introdução à Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 104-133.

CRESSWELL, Tim. **Place**: a short introduction. Malden: Blackwell Publishing, 2004.

DAMIANI, Amélia Luisa. O Estado e o conjunto habitacional. **Boletim de Geografia Teorética**, Unesp, Rio Claro, vol. 21, nº 42, p. 34-38, 1991.

_____. A cidade (des)ordenada e o cotidiano. In: SILVA, José Borzacchiello da; COSTA, Maria C. Lustosa; e DANTAS, Eustógio W. Correia (orgs.). **A cidade e o urbano**: temas para debates. Fortaleza: Editora da UFC, 1997, p.221-233.

_____. O urbano e a tríade espaço, poder e cultura. In: VASCONCELOS, Pedro Almeida; SILVA, Sylvio Bandeira de Mello (orgs.). **Novos estudos de geografia urbana brasileira**. Salvador: Edufba, 1999, p. 109-119.

DAMIANI, A. L. et. al. **O Simpósio de Geografia Urbana**: uma proposta de trabalho. 2009. Texto divulgado no 21º Simpósio Nacional de Geografia Urbana, Brasília, 2009.

DAVIDOVICH, Fanny. Movimentos sociais e cidade: uma introdução ao tema. **Boletim de Geografia Teorética**, Unesp, Rio Claro, vol. 21, nº 42, p. 21-26, 1991.

_____. Programa Favela-Bairro no município do Rio de Janeiro e política urbana: hipóteses para pesquisa. In: SILVA, José Borzacchiello da; COSTA, Maria C. Lustosa; e DANTAS, Eustógio W. Correia (orgs.). **A cidade e o urbano**: temas para debates. Fortaleza: Editora da UFC, 1997, p. 283-295.

_____. Metrópole e contemporaneidade, algumas pontuações. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; LEMOS, Amália Inês Geraiges (orgs.). **Dilemas urbanos**: novas

abordagens sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2003, p. 57-72.

FERREIRA, Ignez C. Barbosa. Espaço, poder e cultura na Gestão do Território. In: VASCONCELOS, Pedro Almeida; SILVA, Sylvio Bandeira de Mello (orgs.). **Novos estudos de geografia urbana brasileira**. Salvador: Edufba, 1999, p. 143-158.

FERREIRA, Luiz Felipe. Acepções recentes do conceito de lugar e sua importância para o mundo contemporâneo. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano V, p. 65-83, jul./dez. 2000.

FONSECA, Antonio Ângelo Martins da. A emergência do lugar no contexto da globalização. **Revista Desenvolvimento Econômico**, Salvador, Ano III, nº 5, p. 97-104, dezembro 2001.

FREIRE, Ana Lucy Oliveira. As práticas sociais urbanas: contribuições para refletir sobre a cidade. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). **Urbanização e cidades: perspectivas geográficas**. Presidente Prudente: Unesp, 2001, p. 445-460.

FRESCA, Tania Maria. Rede urbana paranaense e produção industrial: uma análise necessária. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 10., 2007, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: 2007. 13 p.. CD ROM.

GEIGER, Pedro P.. O cotidiano na vida metropolitana e conflitos da terra. **Boletim de Geografia Teorética**, Unesp, Rio Claro, vol. 21, nº 42, p. 49-59, 1991.

_____. Matrizes da geografia urbana: questões gerais. In: VASCONCELOS, Pedro Almeida; SILVA, Sylvio Bandeira de Mello (orgs.). **Novos estudos de geografia urbana brasileira**. Salvador: Edufba, 1999, p. 21-31.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. Geografia *fin-de-siècle*: o discurso sobre a ordem espacial e o fim das ilusões. In CASTRO, I. E. de; CÔRREA, R. L.; GOMES P. C. da C. (Orgs.). **Explorações Geográficas: percursos no fim do século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 13-42.

GOMES, Rita de Cássia da Conceição. Buscando compreender as pequenas cidades. In: OLIVEIRA, José Aldemir de (org.). **Cidades brasileiras: territorialidades, sustentabilidade e demandas sociais**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, p. 125-137, 2009.

GONÇALVES, Francisco Ednardo. O perfil urbano das cidades pequenas do agreste potiguar. In: OLIVEIRA, José Aldemir de (org.). **Cidades brasileiras: territorialidades, sustentabilidade e demandas sociais**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, p. 196-220, 2009.

GUIMARÃES, Humberto Goulart; SILVA, Suzana Campos. O espaço existencial em xeque: proposta de análise da existência humana. In: ENCONTRO NACIONAL DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO, 2., 2009, São Paulo. **Trabalhos apresentados**, São Paulo: USP, 2009. Disponível em: < <http://enhpgii.wordpress.com/trabalhos/> >. Acesso em: 27/12/2009.

HARVEY, David. **Justice, nature and the geography of difference**. Malden: Blackwell Publishing, p. 291-326, 1996.

_____. **Espaços de esperança**. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

HENRIQUE, Wendel. Pela continuidade da Geografia Crítica sobre a Third International Conference of Critical Geography. **Biblio 3W**, Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales, Universidade de Barcelona, Barcelona, vol. VII, nº 400, 25 de setembro de 2002. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/b3w-400.htm>>. Acesso em: 05/05/2010.

_____. **Everyday life and urban planning of historical cities in Bahia/Brazil**. ANNUAL CONFERENCE. London: Royal Geographical Society, 2010. No prelo.

HOLZER, Werther. A Geografia Humanista: uma revisão. **Espaço e Cultura**, NEPEC (Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Espaço e Cultura) – UERJ, Rio de Janeiro, nº 3, janeiro, p. 8-19, 1997.

_____. O lugar na Geografia Humanista. **Revista Território**, LAGET (laboratório de Gestão do Território) – UFRJ, Rio de Janeiro, ano IV, nº 7, jul./dez., p. 67-78, 1999.

JAPIASSU, Hilton Ferreira. **Introdução ao pensamento epistemológico**. 2 ed.. Rio de Janeiro: F. Alves, p. 135-158, 1977.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. Tradução de Célia Neves e Alderico Torfíbio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana do mundo moderno**. Tradução de Alcides João de Barros. São Paulo: Editora Ática, 1991.

_____. **A Revolução Urbana**. Tradução de Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

_____. **O Direito à Cidade**. Tradução de Ruben Eduardo Frias. 4 ed.. São Paulo: Editora Centauro, 2006.

LEITE, Adriana Filgueira. O lugar: duas acepções geográficas. **Anuário do Instituto de Geociências**, UFRJ, volume 21, p. 9-20, 1998.

LEITE, Rogério Proença. **Contra-usos da cidade**: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea. Campinas: Editora Unicamp; Aracaju: Editora UFS, 2004.

LE MOS, Amália Inés Geraiges de. O sentido da cidade hoje: reflexões teóricas. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). **Urbanização e cidades**: perspectivas geográficas. Presidente Prudente: Unesp, 2001, p. 433-443.

LENCIONI, Sandra. Uma nova determinação do urbano: o desenvolvimento do processo de urbanização contemporânea. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; LEMOS,

Amália Inês Geraiges (orgs.). **Dilemas urbanos**: novas abordagens sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2003, p. 35-44.

MAIA, Doralice Sátyro. Cidades pequenas: como defini-las? Apontamentos para o s estudos sobre as cidades pequenas. In: OLIVEIRA, José Aldemir de (org.). **Cidades brasileiras**: territorialidades, sustentabilidade e demandas sociais. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009, p. 138-158.

MARTINS, Élvio. Geografia e ontologia: o fundamento geográfico do ser. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, nº 21, p. 33-51, 2007.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples**: cotidiano e história na modernidade anômala. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2008, p. 17-49.

MASSEY, Doreen. Um sentido global do lugar. In: ARANTES, Antonio A. (org.). **O espaço da diferença**. São Paulo: Papyrus, 2000, p. 177-185.

MELLO, João Baptista Ferreira de. A cidade dos homens: algumas interpretações humanísticas sobre o urbano. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 3., 1993, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UFRJ, 1993, p. 17-22.

MIRANDA, Elis de Araújo. Leitura de uma paisagem luso-amazônica. In: OLIVEIRA, José Aldemir de (org.). **Cidades brasileiras**: territorialidades, sustentabilidade e demandas sociais. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009, p. 328-346.

MORAES, Antonio Carlos Robert de. **Geografia**: pequena história crítica. 21. ed.. São Paulo: Annablume, 2007.

MOREIRA, Erika Vanessa; HESPANHOL, Rosângela A. de Medeiros. O lugar como uma construção social. **Revista Formação**, Unesp, Presidente Prudente, nº 14, v. 2, p. 48-60, 2007.

MOREIRA, Ruy. **O pensamento geográfico brasileiro**: as matrizes clássicas originárias. São Paulo: Contexto, 2008a.

_____. **Pensar e ser em geografia**: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico. São Paulo: Contexto, 2008b.

_____. **O pensamento geográfico brasileiro**: as matrizes da renovação. São Paulo: Contexto, 2009.

MOURA, Rosa. Gestão desarticulada: políticas urbanas em tempos de ajuste estrutural. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). **Urbanização e cidades**: perspectivas geográficas. Presidente Prudente: Unesp, 2001, p. 331-356.

NARCISO, Carla Alexandra Felipe. A produção do espaço verde público na construção da cidade. In: OLIVEIRA, José Aldemir de (org.). **Cidades brasileiras**: territorialidades, sustentabilidade e demandas sociais. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009, p. 347-357.

OLIVA, Jaime. A cidade como ator social – a força da urbanidade. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; LEMOS, Amália Inês Geraiges (orgs.). **Dilemas urbanos**: novas abordagens sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2003, p. 73-80.

OLIVEIRA, José Aldemir de. A cidade no horizonte do provável: políticas e desenvolvimento urbano. In: SILVA, José Borzacchiello da; COSTA, Maria C. Lustosa; e DANTAS, Eustógio W. Correia (orgs.). **A cidade e o urbano**: temas para debates. Fortaleza: Editora da UFC, 1997, p. 265-271.

_____. A natureza nas (das) pequenas cidades de um Brasil longe-perto daqui. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 8., 2003, Recife. **Anais...** Recife: Editora Universitária da UFPE, 2004, p. 13-28.

PELUSO, Maria Luiza. A casa própria e o sonho. In: SILVA, José Borzacchiello da; COSTA, Maria C. Lustosa; e DANTAS, Eustógio W. Correia (orgs.). **A cidade e o urbano**: temas para debates. Fortaleza: Editora da UFC, 1997, p. 235-243.

PENNA, Nelba Azevedo. **Nelba Azevedo Penna**: depoimento. Brasília, 05 de set. de 2009. 1 MP3. Entrevista concedida ao mestrando Shanti Nitya Marengo, do programa de pós-graduação do Departamento de Geografia do IGEO-UFBA.

PEREIRA, Elson Manoel. Planejamento Urbano em Florianópolis e cidade contemporânea. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 10., 2007, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: 2007. 20 p.. CD ROM.

PINTAUDI, Silvana Maria. Os shopping-centers e o cotidiano da metrópole paulista. **Boletim de Geografia Teórica**, Unesp, Rio Claro, vol. 21, nº 42, p. 78-81, 1991.

_____. Cidade, cotidiano e imaginário. In: SILVA, José Borzacchiello da; COSTA, Maria C. Lustosa; e DANTAS, Eustógio W. Correia (orgs.). **A cidade e o urbano**: temas para debates. Fortaleza: Editora da UFC, 1997, p. 213-220.

_____. Cidade, cultura e poder Público. In: VASCONCELOS, Pedro Almeida; SILVA, Sylvio Bandeira de Mello (orgs.). **Novos estudos de geografia urbana brasileira**. Salvador: Edufba, 1999, p. 101-108.

_____. Políticas públicas municipais: entre o local e o mundial. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). **Urbanização e Cidades**: Perspectivas Geográficas. Presidente Prudente: Unesp, 2001, p. 283-290.

REIS, Luís Carlos Tosta dos. A crise da importância da área central e o desdobramento do núcleo central de negócios. In: OLIVEIRA, José Aldemir de (org.). **Cidades brasileiras**: territorialidades, sustentabilidade e demandas sociais. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, p. 48-60, 2009.

RELPH, Edward. **Place and Placelessness**. London: Pion Limited, 1976.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. Global e local na análise da estruturação da cidade: reflexões metodológicas. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 3.,

1993, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UFRJ, 1993, p. 99-104.

SALGUEIRO, Teresa Barata. Cidade pós-moderna, espaço fragmentado. In: VASCONCELOS, Pedro Almeida; SILVA, Sylvio Bandeira de Mello (orgs.). **Novos estudos de geografia urbana brasileira**. Salvador: Edufba, 1999, p. 245-258.

_____. Espacialidades e temporalidades urbanas. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; LEMOS, Amália Inês Geraiges (orgs.). **Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2003, p. 99-104.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: razão e emoção**. 4 ed.. São Paulo: EDUSP, 2006.

_____. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: EDUSP, 2008a.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia**. 6. ed.. São Paulo: Edusp, 2008b.

_____. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. 6. ed.. São Paulo: Edusp, 2008c.

SCHAEFER, Fred K. O excepcionalismo na geografia: um estudo metodológico. **Boletim Carioca de Geografia**, AGB (Associação dos Geógrafos Brasileiros), Rio de Janeiro, ano XXVII, p. 9-49, 1976.

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. A insurreição do uso. In: MARTINS, José de Souza. **Henri Lefebvre e o retorno a dialética**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1996, p. 71-86.

_____. Conteúdos da urbanização: dilemas do método. In: SILVA, José Borzacchiello da; COSTA, Maria C. Lustosa; e DANTAS, Eustógio W. Correia (orgs.). **A cidade e o urbano: temas para debates**. Fortaleza: Editora da UFC, 1997, p. 61-68.

_____. Urbanização e fragmentação: apontamentos para o estudo do bairro e da memória urbana. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). **Urbanização e Cidades: Perspectivas Geográficas**. Presidente Prudente: Unesp, 2001, p. 75-94.

SERPA, Ângelo. Clonagem de paisagens: como alguns projetos de intervenção transformam as paisagens urbanas em não-lugares. In: VASCONCELOS, Pedro Almeida; SILVA, Sylvio Bandeira de Mello (orgs.). **Novos estudos de geografia urbana brasileira**. Salvador: Edufba, 1999, p. 237-244.

_____. **O espaço público na cidade contemporânea**. Salvador: Edufba; São Paulo: Editora Contexto, p. 139-150, 2007.

SILVA, Armando Corrêa da. **O espaço fora do lugar**. São Paulo: Hucitec, 1978.

SILVA, José Borzacchiello da. Reinventando Fortaleza: o saber geográfico e outros saberes na interpretação da cidade. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). **Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano**. São Paulo: EDUSP, 1994, p. 47-61.

_____. **José Borzacchiello da Silva**: depoimento. Brasília, 03 de set. de 2009. 1 MP3. Entrevista concedida ao mestrando Shanti Nitya Marengo, do programa de pós-graduação do Departamento de Geografia do IGEO-UFBA.

SILVA, Maria Auxiliadora da. A evolução urbana do centro histórico de Salvador e a preservação da continuidade funcional do bairro de Santo Antônio Além do Carmo. In: VASCONCELOS, Pedro Almeida; SILVA, Sylvio Bandeira de Mello (orgs.). **Novos estudos de geografia urbana brasileira**. Salvador: Edufba, 1999, p. 259-271.

SILVEIRA, Maria Laura. Uma situação Geográfica: do método à metodologia. **Revista Território**, LAGET (laboratório de Gestão do Território) – UFRJ, Rio de Janeiro, ano IV, nº 6, jan./jun., p. 21-28, 1999.

_____. Totalidade e fragmentação: o espaço global, o lugar e a questão metodológica, um exemplo argentino. In: SANTOS, Milton et al. (orgs.). **O novo mapa do mundo: fim de século e globalização**. São Paulo: Editora Hucitec, 2002, p. 201-209.

_____. O Espaço Geográfico: da Perspectiva Geométrica à Perspectiva Existencial. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, nº 19, p. 81-91, 2006.

_____. Crises e Paradoxos da Cidade Contemporânea: os circuitos da economia urbana. SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 10., 2007, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: 2007, 21p., CD ROM.

SOARES, Ronaldo. Engolidos pela favela. **VEJA**, São Paulo, edição 2156, ano 43, nº 11, 17 de março de 2010.

SOUZA, Gustavo de Oliveira Coelho de. Cidade, meio ambiente e modernidade. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). **Urbanização e Cidades: perspectivas geográficas**. Presidente Prudente: Editora Unesp, 2001, p. 253-279.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Da “fragmentação do tecido sociopolítico-espacial” da metrópole à “desmetropolização relativa”: algumas facetas da urbanização brasileira nas décadas de 80 e 90. SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). **Urbanização e Cidades: perspectivas geográficas**. Presidente Prudente: Editora Unesp, 2001, p. 391-417.

_____. As cidades brasileiras e os movimentos sociais no início do século XXI: sete questões para provocar o debate. SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 10., 2007, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: 2007, 25p., CD ROM.

SOUZA, Maria Adélia de. Lugar e Geografia da Existência. In: VASCONCELOS, Pedro Almeida; SILVA, Sylvio Bandeira de Mello (orgs.). **Novos estudos de geografia urbana brasileira**. Salvador: Edufba, 1999, p. 9-18.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

SPOSITO, Maria E. B. **Maria Encarnação Beltrão Sposito**: depoimento. Brasília, 04 de set. de 2009. 1 MP3. Entrevista concedida ao mestrando Shanti Nitya Marengo, do

programa de pós-graduação do Departamento de Geografia do IGEO-UFBA.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair de. Redes de ação: uma possibilidade de interpretação da fragmentação. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). **Urbanização e Cidades: perspectivas geográficas**. Presidente Prudente: Editora Unesp, 2001, p. 127-34.

TUAN, Yi-Fu. Geografia Humanística. Tradução de Maria Helena Queirós. In: Christofolletti, Antonio (org.). **Perspectivas da geografia**. São Paulo: Difel, p. 143-164, 1982.

_____. **Espaço e Lugar: a Perspectiva da Experiência**. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Categorias e conceitos para a compreensão da cidade brasileira do período escravista. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). **Urbanização e Cidades: perspectivas geográficas**. Presidente Prudente: Editora Unesp, 2001, p. 13-34.

YÁZIGI, Eduardo. **A alma do lugar: turismo, planejamento e cotidiano em litorais e montanha**. São Paulo: Contexto, 2001.